

**LUDENS**

NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE PESQUISAS  
SOBRE FUTEBOL E MODALIDADES LÚDICAS



# Estudos Interdisciplinares em Sociologia do Esporte

Marco Bettine (Org.)

Universidade de São Paulo

## II ENCONTRO PAULISTA DE SOCIOLOGIA DO ESPORTE

05 de novembro de 2014

Escola de Artes, Ciências e Humanidades – Universidade de São Paulo

### Comissão Organizadora

Marco Antônio Bettine de Almeida – EACH/USP

Natália Moreno – EACH-USP

Renata Ferreira dos Santos – FEF/UNICAMP

Willian Maranhão – LUDENS/USP

### Comitê Científico

Marco Antônio Bettine de Almeida – EACH/USP

### Comitê Executivo

Marco Antônio Bettine de Almeida – EACH/USP

Natália Moreno – EACH-USP

Renata Ferreira dos Santos – FEF/UNICAMP

### Apoio

Ludens – Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas sobre Futebol e Modalidades Lúdicas

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Edital Esporte.



DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO  
(Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Biblioteca)

Encontro Paulista de Sociologia do Esporte (2. : 2014 : São Paulo, SP)  
Estudos interdisciplinares em sociologia do esporte / II Encontro Paulista de Sociologia do Esporte ; organização do Grupo de Pesquisas Interdisciplinares em Sociologia do Esporte, Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em Futebol e Modalidades Lúdicas. – São Paulo : Escola de Artes, Ciências e Humanidades, 2015  
132 p.

Evento realizado na EACH/USP no dia 05 de novembro de 2014  
Modo de acesso ao texto em pdf: <<http://www.usp.br/ludens/index.php/pt/>>  
ISBN 978-85-64842-19-9 (Brochura)  
ISBN 978-85-64842-21-2 (Documento eletrônico)

1. Sociologia do esporte. 2. Esportes – Aspectos sociais. 3. Antropologia urbana. 4. Sociabilidade. 5. Interdisciplinaridade – Encontros. I. Universidade de São Paulo. Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em Futebol e Modalidades Lúdicas. Grupo de Pesquisas Interdisciplinares em Sociologia do Esporte, org. II. Título.

CDD 22. ed. – 306.483

Autorizo a reprodução parcial ou total desta obra, para fins acadêmicos, desde que citada a fonte.

## Sumário

<i>Apresentação</i>	5
PARTE 1. SOCIOLOGIA DO ESPORTE COMO CAMPO CONCEITUAL	
1. Pierre Bourdieu	
Contribuições da Obra de Pierre Bourdieu para a Pesquisa em Sociologia do Esporte no Século XXI	9
2. Jürgen Habermas	
Esporte e Complexificação Sistêmica	38
PARTE 2. ANÁLISES INTERDISCIPLINARES EM SOCIOLOGIA DO ESPORTE: APLICAÇÃO NA REALIDADE CONCRETA	
Capítulo 1. Pessoas com Deficiência, Tecnologia e Relações Sociais	52
Capítulo 2. A Formação de Treinadores Esportivos no Brasil: Conquistas e Possibilidades	69
Capítulo 3. Cenas do Cotidiano: Skate na Praça Roosevelt	85
Capítulo 4. O Futebol Americano no Estado de São Paulo: A Violência sob a Ótica dos Dirigentes	92
Capítulo 5. A Percepção das Jogadoras da Seleção Brasileira de Rugby sobre a Entrada da Modalidade nos Jogos Olímpicos: Expectativa Por Maior Valorização da Modalidade	111
Capítulo 6. O Soft Power e os Megaeventos Esportivos	122

### Apresentação

Apresentando MAIS um livro de sociologia do esporte

Cabe-me apresentar este livro de sociologia do esporte, decorrente das atividades do II Encontro Paulista de Sociologia do Esporte, que se deu em novembro de 2014, na Escola de Artes, Ciências e Humanidades – Universidade de São Paulo.

Poderia escrever aqui que me cabe apresentar MAIS um livro de sociologia do esporte, embora este MAIS possa ser mal compreendido, como se o esporte significasse um modismo intelectual, ou uma repetição de temas já esgotados. Na verdade, o sentido deste MAIS aponta para o crescimento do interesse pelo esporte enquanto objeto de pesquisa, numa interação crescente entre o pesquisador, a curiosidade das pessoas e os meios de comunicação. Vivemos o momento de maior presença do esporte na vida cotidiana e da sociedade em geral, ao mesmo tempo em que sua real compreensão apresenta enormes desafios.

Desde a crise de paradigmas no campo das ciências humanas, marcada pela queda do Muro de Berlim em 1990, e o colapso das experiências do socialismo real, a sociedade e as ciências sociais não tiveram uma relação fácil. O objeto esporte não foge dessa sina. Se há uma relativa clareza de seu papel social e político a partir do início do século XX, na atualidade tudo parece mais complexo.

Tendo como marco a Olimpíada de 1938 na Alemanha, o esporte vai ser fortemente instrumentalizado politicamente tanto por estados de natureza totalitária como também no conflito entre as grandes superpotências da Guerra Fria, os Estados Unidos e a ex-União Soviética. O fim deste ciclo aponta, por um lado, uma grande mercantilização de todas as manifestações ligadas ao esporte, tornando-o um enorme mercado de produtos materiais, simbólicos e inclusive atitudinais. E, por outro lado, uma nova forma de apropriação política do esporte, com novos atores à frente, o chamado grupo dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), no contexto da estratégia denominada *soft power*, como inclusive destaca um dos capítulos a seguir.

Estamos falando, portanto, de um objeto que pode ser percebido e estudado tanto na dimensão do nível macro das relações sociais, como nas suas manifestações no cotidiano imediato de diferentes classes sociais, e de diferentes culturas. Daí a importância de MAIS um livro de sociologia do esporte.

Mas existe outro MAIS que precisa ser levado em conta, estamos apresentando MAIS um livro de sociologia... e aqui a situação é bem diferente. Se pensarmos na importância e na presença da discussão sociológica, na década de setenta e início dos anos oitenta, seja na vida das pessoas, seja na qualidade das publicações especializadas, ou ainda nos meios de comunicação, é claramente perceptível que este campo de conhecimento encolheu, perdeu interlocutores e representatividade.

Neste contexto, a sociologia do esporte é uma exceção, em todos os sentidos. Apresenta um diálogo ágil com a sociedade e os meios de comunicação, além de uma produção acadêmica sistemática de qualidade. Dois fatores parecem ser importantes para compreender o fenômeno. O primeiro é a própria importância material e simbólica do esporte na sociedade contemporânea. E o segundo é a sua "desimportância" até há pouco tempo atrás. Vou tentar explicar melhor.

A crise de paradigmas atinge todo o corpo de produção teórica das ciências humanas e principalmente as ciências sociais, com destaque particular para a sociologia. Como toda crise, não tem limites e características claras. Pode ser percebida como a necessidade de repensar toda a metodologia da área a partir de novas perspectivas (a produção chamada pós moderna e a Teoria da Ação Comunicativa de Habermas servem de exemplos), ou como a falência de um tipo específico de relato característico do século XIX centralizado no papel do trabalho enquanto elemento macro sociologicamente determinante, ou ainda como uma crise circunscrita ao marxismo e suas variações.

O campo da sociologia, como todo campo de conhecimento, adota uma subdivisão e especificidade interna. A partir de um elemento unificador, a Teoria Sociológica, durante todo o século passado vão se sedimentando várias subáreas, onde as mais importantes vão ser a sociologia industrial e do trabalho, a sociologia urbana e a sociologia rural. Hoje a ênfase das subáreas é distinta, em função inclusive da própria crise de paradigmas. Mas estamos falando do século

passado e, neste contexto, o esporte e o lazer tem muita pouca importância frente aos temas já apontados.

Muito bem, vamos tomar como um exemplo a sociologia rural, sua preocupação com a ocupação do campo, os processos de exploração do trabalho, as lutas e formas de organização dos trabalhadores rurais, a modernização produtiva, o agrobusiness, e etc. O século XX vai assistir uma enorme, e muitas vezes tensa, discussão sobre estas questões, a partir das teorias mais influente no período. É preciso ter presente que não se trata apenas de papel impresso, mas de pessoas formadas em escolas de pensamento com uma história de vida dedicada aos estudos do tema e à defesa, muitas vezes intransigente, das posições do seu grupo de referência acadêmico e político. Qualquer renovação teórica, numa subárea com esta característica, é tensa, pesada e lenta.

É aqui que mora, justamente, uma das vantagens da sociologia do esporte e que permite compreender, em parte, a pujança da sua produção. A já referida “desimportância” da sociologia do esporte torna a apropriação de novas formas paradigmáticas de análise mais fácil, e sem a exigência de revisões profundas e nem tampouco a procura por forma de conciliar o mais recente com uma tradição enraizada no campo. Em outras palavras, a geração que está agora à frente da produção em sociologia do esporte não precisa pedir licença, nem aos seus orientadores e nem aos autores clássicos, para adotar a perspectiva de, por exemplo, Bourdieu ou Habermas, dois teóricos trabalhados neste livro. É uma situação mais fácil do que a apresentada pela sociologia do trabalho, a urbana ou a rural, para ficar nesses casos.

O livro a seguir ilustra, de forma nova e original, a potencialidade do campo da sociologia do esporte, tanto na perspectiva dos referenciais teóricos como no sentido de estudar aspectos específicos da sua manifestação na sociedade, constituindo-se numa contribuição importante, para uma área que cada dia se afasta mais da “desimportância” histórica que a marcou, ao meu ver erroneamente, durante o século passado.

Boa Leitura!

*Gustavo Luis Gutierrez*

Professor Titular da Universidade Estadual de Campinas.

PARTE 1

SOCIOLOGIA DO ESPORTE  
COMO CAMPO CONCEITUAL

## **CONTRIBUIÇÕES DA OBRA DE PIERRE BOURDIEU PARA A PESQUISA EM SOCIOLOGIA DO ESPORTE NO SÉCULO XXI<sup>1</sup>**

### **INTRODUÇÃO**

A sociedade globalizada do século XXI, pautada pelo enfraquecimento de fronteiras de mercado, cultura e política, caracteriza-se como um mundo diferente de qualquer período do passado. Sua conformação se dá orientada por uma cultura homogeneizante, baseada nos meios de comunicação de massa, que ameaça algumas identidades culturais em níveis nacionais e locais. Nesta realidade, qualquer pessoa no mundo pode ser exposta às mesmas mensagens, de forma homogênea, quase instantaneamente (SKLAIR, 2010). Em tal cenário, as práticas culturais cotidianas caracterizam-se como fenômenos universais, que remetem a um processo de desterritorialização dos limites geopolíticos a partir de influências mútuas de formas culturais que se tornam mundializadas (MARCHI JR; AFONSO, 2007).

Investigar o esporte como um fenômeno sociocultural pode ser um dos caminhos possíveis para estudar a sociedade globalizada. O espaço do esporte é homólogo a demais espaços sociais. Explorá-lo permite melhor compreender demais campos de atuação humana, assim como a própria sociedade contemporânea (VIGARELLO, 2005). Além de se beneficiar da lógica de mercado presente na globalização capitalista, o esporte influencia e, em muitos casos também beneficia,

---

<sup>1</sup> Renato Francisco Rodrigues Marques, Professor Doutor da Escola de Educação Física e Esporte de Ribeirão Preto – EEFERP, Universidade de São Paulo – USP. Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisa em Aspectos Socioculturais e Pedagógicos do Esporte – GEPESPE-RP.



segmentos afins como turismo, publicidade, equipamentos, vestuário, calçados, apostas, produtos licenciados, serviços profissionais, tratamento médico, construção de instalações, publicações e vídeos, alimentação, games e propagandas em diversas mídias (MARCHI JR; AFONSO, 2007).

Compreender o esporte como um fenômeno constituinte da sociedade contemporânea significa buscar desvendar o seu papel, suas formas de manifestação, os valores que transmite para os sujeitos que com ele se relacionam e as interações entre tais agentes (COAKLEY, 2008). Sua relevância se dá em relação à capacidade de suas formas de manifestações motoras traduzir princípios incorporados no *habitus* de sujeitos ou grupos sociais (VIGORELLO, 2005). Neste contexto, o corpo é fundamental para o domínio prático do mundo. O esporte é, talvez, o terreno principal em que a *práxis* se faz mais aparente (GIULIANOTTI, 2005).

Como forma de análise sociocultural sobre o fenômeno esportivo, a sociologia do esporte se apresenta como alternativa e meio de abordagem. A sociologia, como ciência fundamentada na investigação sobre condições sociais e ambientais que podem afetar decisões e comportamentos individuais (DELANEY; MADIGAN, 2009), oferece ferramentas de investigação sobre aspectos socioculturais do esporte. Tal disciplina acadêmica se configura como o estudo do mundo social no qual as pessoas criam, organizam, mantêm e transformam suas formas de relacionamentos (COAKLEY, 2008).

A sociologia do esporte é, primariamente, uma subdisciplina da sociologia, que estuda o esporte como um fenômeno social e procura promover certa reflexão sobre sua origem e formas de interações sociais que o permeiam e conformam (PILZ, 1999). É uma área de estudos sistemáticos, baseada em evidências, sobre processos, padrões, questões, valores e comportamentos encontrados no esporte (DELANEY; MADIGAN, 2009).

Como instituição historicamente estabelecida, o esporte não deve ser analisado fora de suas dimensões sociais, pois consiste em um fenômeno que contribui de forma determinante para a interpretação da realidade social (RICHTER et al, 1992), pois relaciona-se com inúmeras outras instituições sociais, afetando bilhões de pessoas, direta ou indiretamente (DELANEY; MADIGAN, 2009).

As transformações sociais do fenômeno esportivo e os impactos ou influências que exerce sobre os hábitos dos indivíduos que tomam contato com esse universo, ou seja, as inter-relações entre as manifestações esportivas e a sociedade, constituem o foco da sociologia do esporte.

É importante considerar que, enquanto objeto de estudo, o esporte tem sua evolução, valores e conquistas atrelados à sociedade em que se insere, ou seja, é uma prática que deve ser contextualizada no tempo e no espaço da sua socialização, visto que é transformado e conformado de acordo com os sujeitos que dele se apropriam (COAKLEY, 2008). Tal característica, expressa pelo efeito de apropriação, ou seja, a configuração empreendida a um objeto de acordo com características dos sujeitos envolvidos, confere ao esporte certa elasticidade semântica (BOURDIEU, 1990).

Em estudos ligados à sociologia do esporte, assim como em outras disciplinas acadêmicas pertencentes às ciências sociais, existe a necessidade de adoção de referenciais teóricos ligados a esta forma de conhecimento, que delimitem diretrizes de trabalho, ferramentas e critérios de análise. Em suma, para a interpretação de uma realidade social, é possível que diferentes aspectos de um mesmo objeto sejam delimitados, descritos, discutidos e analisados. Segundo Delaney e Madigan (2009), cada pessoa pode elaborar uma teoria diferente sobre um fenômeno social. Tais teorias funcionam como guias que permitem certa sistematização de análise e compreensão sobre diferentes elementos da sociedade, de pontos de vista diversos.

Neste contexto, existem inúmeras teorias, que se estruturam com base em interações, padrões e eventos encontrados no ambiente social. Uma teoria reflete uma perspectiva possível de compreensão da sociedade (DELANEY; MADIGAN, 2009).

São inúmeras as teorias pertencentes à tradição sociológica. A escolha por uma determinada linha teórica reflete os valores ou possíveis vieses do pesquisador, ou atende às necessidades empíricas de análise, discussão e reflexões sobre os objetos e fenômenos estudados (DELANEY; MADIGAN, 2009). Deste modo, escolher uma abordagem teórica implica não apenas em estabelecer uma linha de trabalho, mas sim, em delimitar possibilidades de análise e interpretação da realidade, de modo a estabelecer relações, parâmetros e expectativas de explicações sobre o ambiente social. Por isso, a escolha do referencial teórico para uma investigação sociológica não pode se basear em modismos ou conveniências funcionais, mas sim, na análise sobre as possíveis contribuições que determinada teoria pode oferecer para a exploração de determinado objeto ou problemática de pesquisa.

Como possibilidade de teoria sociológica tem-se a Teoria Geral dos Campos Sociais, ou Teoria Reflexiva, de Pierre Bourdieu. Este importante acadêmico francês empreendeu uma investigação sociológica do conhecimento, que detectou um jogo de dominação e reprodução de valores em diferentes esferas da sociedade (MARQUES; GUTIERREZ, 2014), culminando em formas de distinção e diferenciação social entre grupos. Durante tal trajetória, propôs não apenas uma forma de compreender o espaço social, mas também a aplicou em investigações em diferentes campos de manifestação cultural, como a arte, ciência, mídia, educação e esporte.

A teoria reflexiva de Bourdieu se pauta na união entre a teoria rigorosa e observação empírica,

...prezando pela objetividade teórica na interpretação do universo empírico e, acima de tudo, não tratando os "fatos" como "dados", ou seja, como um corpo de conhecimento que materializa de tal modo a realidade a ponto de não demandar um tratamento teórico mais refinado e específico (SOUZA, 2011, p. 39).

O modelo teórico de Bourdieu empreendeu uma forma de identificação de mecanismos que determinam leis de reprodução social, configuradas como instrumentos ocultos de dominação, e que estruturam formas de reprodução de desigualdades sociais. Além disso, desenvolveu uma análise sobre o fazer sociológico, ou seja, uma proposta de elaboração de uma forma de atuação sociológica, pautada na ideia de reflexividade, que prevê um envolvimento profundo do pesquisador com o objeto e sua construção histórica, no qual o cientista social incorpora um *habitus* sociológico (SOUZA, 2011).

A obra de Bourdieu se apoia no pressuposto do conhecimento praxiológico (ou *práxis*), que tem como objeto não apenas as relações objetivas, mas as interações dialéticas entre estruturas objetivas e subjetivas, com base nas disposições que atualizam ou reproduzem tais estruturas (BOURDIEU, 1983). Para tal compreensão é preciso considerar os processos que geram a *práxis*, as estruturas que ordenam as ações dos agentes que acabam por caracterizar os espaços sociais e dar sentido às atividades e conformações dos objetos de análise.

Nessa perspectiva, a percepção praxiológica dos espaços sociais é produto de uma dupla estruturação: objetiva, na qual é socialmente estruturada, significando que as propriedades que são atribuídas aos agentes e instituições apresentam-se em distribuições desiguais e de forma a delimitar possibilidades de ação. E subjetiva, na qual também é estruturada, porque os sistemas de percepção e apreciação exprimem o

estado das relações de poder que norteiam o juízo do gosto e as escolhas do agente, de acordo com as possibilidades delimitadas pela esfera objetiva (BOURDIEU, 1990).

Este tipo de abordagem caracteriza-se como uma aproximação que adota uma versão do estruturalismo mais pessoal, focada na ação, examinando como as estruturas são constituídas e reconstituídas todos os dias através de práticas sociais (GIULIANOTTI, 2005).

Bourdieu (1990, p.149) caracteriza tais premissas com base em dois termos: “construtivismo estruturalista” ou “estruturalismo construtivista”:

Por estruturalismo ou estruturalista, quero dizer que existem, no próprio mundo social e não apenas nos sistemas simbólicos – linguagem, mitos, etc -, estruturas objetivas, independentes da consciência e da vontade dos agentes, as quais são capazes de orientar ou coagir suas práticas e representações. Por construtivismo, quero dizer que há, de um lado, uma gênese social dos esquemas de percepção, pensamento e ação que são constitutivos do que chamo de *habitus* e, de outro, das estruturas sociais, em particular do que chamo de campos e grupos, e particularmente do que se costuma chamar de classes sociais.

Ou seja, a obra bourdieusiana se apoia nas estruturas traçadas por questões objetivas, e nas apropriações mais particulares dos agentes, de acordo com sua posição no espaço social. Dessa forma, fundamenta-se a relação dialética entre o caráter objetivo e subjetivo de análise social. Nesta perspectiva, os agentes atuarão sempre no sentido de busca pelo acesso às propriedades específicas de seu espaço, de maneira orientada pelas estruturas objetivas do meio e permeada pela compreensão, gostos e modos de ação próprios de sua subjetividade.

Nessa construção, o que comanda os pontos de vista, as intervenções e os objetos de interesse é a estrutura das relações objetivas entre os diversos agentes, pois é ela que os direciona a diferentes posições em determinado espaço social (BOURDIEU, 2004). O que desenha sua forma subjetiva são as apropriações do agente dentro de seu grupo mais íntimo e sua percepção sobre o todo. Cada agente vê o campo a partir de um ponto de vista. Esta relação praxiológica é que estrutura a análise bourdiesiana sobre diferentes campos da sociedade.

Por conta do conhecimento praxiológico, a ação social não é considerada mera execução, mas um núcleo de significação do mundo. A sociedade não se sustenta como totalidade, mas na intersubjetividade originária da ação do sujeito (MARCHI JR., 2002).

Frente a tal espectro metodológico, este presente texto pretende apresentar algumas destas ferramentas sociológicas da obra de Pierre Bourdieu, assim como possibilidades de aplicação das mesmas em investigações sobre o campo esportivo no século XXI. A intenção é refletir sobre contribuições das categorias bourdiesianas à execução e reflexão sobre os trabalhos de pesquisa em sociologia do esporte. Para tal, foram elaboradas 3 sessões: Princípios da obra de Pierre Bourdieu e o poder simbólico; Pierre Bourdieu e o campo esportivo; Particularidades do campo esportivo no século XXI.

## **PRINCÍPIOS DA OBRA DE PIERRE BOURDIEU E O PODER SIMBÓLICO**

A Teoria dos Campos, ou Teoria Reflexiva, elaborada por Pierre Bourdieu, serve como arcabouço teórico e científico para intervenções ligadas às relações entre sujeitos que concorrem pelo poder e acesso a bens em disputa, inseridos em determinados setores da sociedade. Organiza as análises a respeito de suas ações, posicionamentos e inter-relações, e se configura como uma ferramenta metodológica que auxilia em

processos de apropriação de conhecimento relacionado a certos objetos sociais, como por exemplo, o esporte (MARQUES; GUTIERREZ; ALMEIDA, 2012).

A obra de Bourdieu se apoia no jogo de dominação existente em todas as áreas da sociedade. Tal ocorrência se dá devido à distribuição desigual de bens e ao acesso diferenciado a eles, de acordo com a posição que cada agente ocupa em seu espaço social. Essa diferenciação se dá a partir da consideração de que existem campos sociais de disputas, ou seja, espaços sociais em que os sujeitos buscam reconhecimento através da posse de formas de capital simbólico, específico de cada um destes ambientes (MARQUES; GUTIERREZ; ALMEIDA, 2012; MARQUES; GUTIERREZ, 2014).

Um campo social se conforma através da definição dos objetos de disputas e dos interesses específicos desse espaço, que só são compreendidos por quem faz parte dele. No campo, os agentes disputam o direito da violência simbólica, ou seja, o poder de orientar a conservação ou mudanças da estrutura de distribuição de capital simbólico, com base no seu reconhecimento como sujeito com destaque social, devido sua aquisição de capital (BOURDIEU, 1983). Desta forma, cada campo específico se faz relativamente autônomo, ou seja, embora sofra certas influências do meio social que o cerca, tem suas regras e história próprias (BOURDIEU, 1989). Tem-se como exemplo a existência do campo esportivo, no qual os sujeitos lutam pela legitimidade de sua participação, reconhecimento esportivo, poder econômico e político dentro dos princípios e critérios criados e mantidos por seus agentes (MARQUES; GUTIERREZ, 2014).

As diferentes espécies de capitais, como dádivas em disputas, são os poderes que definem as probabilidades de ganho em espaços sociais específicos. Cada campo ou subcampo (espaços que respeitam as normas do campo, mas também apresentam certas particularidades dentro dele) confere poder e direitos a posicionamentos legítimos aos detentores de capitais, de acordo com as especificidades das formas de disputa e relações de desigualdade ocorrentes (MARQUES; GUTIERREZ, 2014). Tais condições

implicam em uma economia simbólica de capitais singular em cada campo ou subcampo. Têm-se quatro formas essenciais de capital que norteiam as disputas e que se inter-relacionam (BOURDIEU, 1989; 1998): econômico (quantidade de dinheiro em posse do agente), social (círculo social e relações interpessoais), cultural (conhecimento e formas de demonstração e certificação de conhecimento, ligado, entre outras formas, à escola regular e convívio familiar) e simbólico (características que conferem legitimidade e poder ao detentor deste bem, porém de modo específico dentro de cada campo social. É determinado pelo que as normas e costumes daquele espaço indicam como algo a ser valorizado e reconhecido). Pode-se também relacionar o capital simbólico a honra, prestígio e outros créditos valorizáveis (GIULIANOTTI, 2005).

Por exemplo, no esporte, uma das formas de capital simbólico é o mérito esportivo (MARQUES; GUTIERREZ, 2014). Em complemento a esta ideia, Giulianotti (2005) sugere outras associações de formas de capital próprias do campo esportivo, tomando como exemplo um clube: econômico (ganhos e lucros anuais); social (contratos e participação de membros); cultural (vestimenta particular, linguagem, etnia, comportamento); simbólico (títulos esportivos conquistados).

Outro ponto fundamental da obra de Bourdieu é a noção de *habitus*, uma estrutura estruturante, ou seja, que é estabelecida de acordo com as leis do campo e os caminhos específicos para a disputa e aquisição de capital, ao mesmo tempo em que norteia possibilidades de ação dos sujeitos (*práxis*) (BOURDIEU, 1983; 1996). Para o autor francês, o *habitus* expressa primeiro o resultado de uma ação organizada, que define o modo de ser, um estado habitual (especialmente do corpo) e, em particular, uma predisposição, uma tendência, propensão ou inclinação (GIULIANOTTI, 2005).

Nos campos, as disputas ocorrem entre agentes oriundos de diferentes grupos sociais, determinados pela quantidade ou tipo de capital que possuem. Cada grupo apresenta características e formas de atuação próprias (*habitus*), que norteiam suas



ações e as práticas dos agentes na busca por dominação (BOURDIEU, 1996). Nos campos sociais é possível certa mobilidade social por parte dos agentes, desde que adquiram capitais que lhes confirmem certo poder, e incorporem *habitus* específicos de determinados grupos. O estilo de vida dos agentes, segundo Bourdieu (1983), deriva das disposições e possibilidades encontradas por ele em seu grupo, e suas escolhas possíveis proporcionadas por seu *habitus*.

Em linhas gerais, as categorias sociológicas de Bourdieu são interdependentes. Um *habitus* pessoal, combinado com o capital e a posição de alguém no campo, determinará suas práticas culturalmente estabelecidas (*práxis*). Esta interação pode ser resumida na seguinte fórmula: (*habitus* x capital) + campo = prática (GIULIANOTTI, 2005).

## PIERRE BOURDIEU E O CAMPO ESPORTIVO

Bourdieu muito valoriza a perspectiva histórica na construção de objetos de pesquisa social, pois permite compreender os problemas colocados sobre os espaços sociais, suas origens e distribuições, de modo a permitir a construção teórica de fronteiras e bens em disputa de determinado campo.

Para desenvolver uma abordagem sobre um campo ou subcampo específico, Pierre Bourdieu sugere alguns passos metodológicos importantes, pautados no conhecimento praxiológico, que consiste, em linhas gerais, de uma análise macroscópica sobre o objeto estudado (identificação e construção teórica do campo), para uma posterior investigação microscópica (relacionada às formas de ação e interação entre os agentes). Em conferência proferida na Universidade de San Diego, em 1986, Bourdieu utilizou como exemplo o ato de observar uma árvore muito de perto. Isso impossibilita enxergar e considerar a floresta à sua volta, e por não ter se construído esse espaço

antes da análise do objeto, não se tem nenhuma chance de compreender de onde se está vendo e o que, de fato, se vê.

Segundo Bourdieu (1983), é impossível compreender um objeto de estudo sem conhecer a história do espaço de produção do mesmo.

...não podemos capturar a lógica mais profunda do mundo social a não ser submergindo na particularidade de uma realidade empírica, historicamente situada e datada, para construí-la, porém, como “caso particular do possível”, conforme a expressão de Geston Bachelard, isto é, como uma figura em um universo de configurações possíveis (BOURDIEU, 1996, p. 15).

Para Bourdieu, a realidade social é criada de relações entre grupos sociais e as interações entre os indivíduos e tais coletivos humanos. Por isso, este autor insiste que a lógica de pesquisa é inseparavelmente empírica e teórica. Suas próprias pesquisas misturam dados sociais e reflexão crítica (GIULIANOTTI, 2005). Nesta perspectiva, um primeiro passo para análises sociológicas sob esta perspectiva seria analisar a posição que o referido campo ocupa no macrocosmo social. Em seguida, traçar um mapa da estrutura objetiva das relações ocupadas pelos agentes ou instituições que competem de forma legítima pela autoridade específica no campo. Por fim, devem ser analisados os *habitus* dos agentes e as formas de disputa por poder e dominação no campo (BOURDIEU; CHAMPOREDON; PASSERON, 2002; SOUZA; MARCHI JR, 2010; MARQUES; GUTIERREZ, 2014).

Um dos campos estudados por Bourdieu durante sua carreira acadêmica foi o esportivo. Bourdieu preocupou-se não com esporte em si, mas sim com os fatores de socialização e diferenciação social ocultos “por trás da cena”, que induzem a diferentes gostos e preferências no campo do esporte. Seu foco principal foi a estratificação social

presente neste espaço (GIULIANOTTI, 2005). Como em outras intervenções, utilizou-se de abordagem histórica sobre as relações e pontos de disputa relativos ao objeto estudado e buscou analisar como se dão ou se davam as ações dos agentes de acordo com tal contextualização. Dessa forma, acabou, por intermédio de seu interesse pelo estudo da prática esportiva, contribuindo para o aprofundamento de conhecimentos em sociologia do esporte.

Para Bourdieu (1990), a utilidade e justificativa para a existência de uma área de estudos em sociologia do esporte é que, por um lado, existem pessoas que conhecem muito bem o esporte na forma pública, mas que não sabem falar dele, e de outro, pessoas que conhecem muito mal o esporte na prática e que poderiam falar dele, mas não se designam a fazê-lo, ou o fazem de forma descuidada. Deste modo, ele aponta caminhos para o desenvolvimento desta área de estudos:

Para que uma sociologia do esporte possa se construir, é preciso primeiro perceber que não se pode analisar um esporte particular independentemente do conjunto das práticas esportivas; é preciso pensar o espaço das práticas esportivas como um sistema no qual cada elemento recebe seu valor distintivo (BOURDIEU, 1990, p.208).

É possível notar, nesse discurso, a similaridade e o critério de tratamento do autor, com base em sua teoria, entre diferentes temas. Em outras palavras, ele afirma que o esporte, antes de ser analisado em suas minúcias, deve ser contextualizado, construído um espaço do esporte, relativamente autônomo e presente no macrocosmo social (visto que este é um espaço de forças que não se aplicam somente a ele), no qual as relações, propriedades e posições sejam específicas e funcionem de acordo com suas normas. Após esta construção, se faz possível a análise de um ponto mais específico, ou de um subcampo em especial de uma forma de massificação do esporte.

A prioridade em um estudo sociológico sobre esporte torna-se a construção do espaço das práticas esportivas, devido à elasticidade semântica que esses objetos apresentam. Bourdieu afirma que o campo esportivo não é estático, as simbologias e formas de distinção podem ser modificadas a partir das ações de seus agentes (GIULIANOTTI, 2005). O trabalho deste pesquisador consiste em estabelecer as propriedades socialmente pertinentes que relacionam o esporte estudado com interesses opostos e preferências de uma determinada categoria social (BOURDIEU, 1990). Tal elasticidade de significados e sentidos do esporte se deve às diferentes possibilidades de apropriação por parte dos agentes envolvidos, que agregam novas características à prática esportiva de acordo com seu próprio *habitus* e posicionamento no campo.

O estudo de Bourdieu se faz importante para pesquisas em sociologia do esporte no sentido de contribuir para a compreensão das necessidades humanas de criação de modalidades esportivas e sua apreciação, em sua utilização como meio simbolicamente consolidado e na manutenção de estruturas que corroboram sua presença no universo das práticas com valor simbólico. Além disso, presta grande contribuição metodológica ligada à criação de um espaço específico para o esporte e as relações sociais pertinentes a ele. Segundo Vigorello (2005), a contribuição de Bourdieu à sociologia do esporte se dá pela sistematização de um modo de abordagem, da problemática, dos conceitos. A organização de um sistema claro de pesquisa favorece a fecundidade teórica e interpretação analítica.

Como forma de análise do campo esportivo, Bourdieu parte do processo de gênese do esporte moderno. Ou seja, de uma reflexão histórica como forma de mapear e consolidar um espaço social das práticas esportivas. Tal perspectiva vai de encontro ao mencionado por Vigorello (2005) em relação à distinção social como um processo contínuo ligado a transformações nas formas de diferenciação e de mudanças nas

distâncias sociais entre grupos. Por isso, segundo o autor, a sociologia bourdieusiana prolonga-se, inevitavelmente, em um estudo temporalizado da concorrência entre os diferentes grupos e a ênfase do interesse para efetuar a história dos mesmos.

O esporte moderno teve sua gênese, durante o século XIX, baseada na racionalização e sistematização de regras de jogos populares, até então transmitidos de geração em geração como práticas próprias de festividades. Tal transformação ocorreu nas escolas públicas e elitizadas da Inglaterra, onde os filhos da aristocracia e da grande burguesia retomaram tais práticas populares, consideradas vulgares, impondo-lhes uma mudança de significados e de função, incorporando valores morais aristocráticos e formas eruditas. Houve neste processo a mudança de sentido destes jogos, que receberam um outro significado, recebendo caráter distintivo. Formou-se uma espécie de prática corporal submetida a regras específicas cada vez mais irredutíveis, com fim em si mesmas (BOURDIEU, 1983).

Ao transformar os jogos populares, as elites inglesas criam (literalmente, por meio de racionalização e sistematização de regras escritas) uma prática que busca transmitir certos valores morais aos jovens, e que passa a ser apreciada e praticada por sujeitos pertencentes a um grupo que tem tempo livre para tal, além de condições de acesso a locais e materiais de prática cada vez mais específicos. O esporte passa a ser uma forma de diferenciação social (MARQUES; GUTIERREZ, 2014).

O esporte, para a elite aristocrática, simbolizava a prática por si só, própria para quem tivesse tempo livre e condições socioeconômicas que permitissem uma atividade vinculada principalmente ao prazer e desprendimento, dissociando de qualquer busca por recompensas materiais. Com o sucesso das práticas esportivas entre os jovens da aristocracia, o número de adeptos aumentou e, ao terminarem o ciclo escolar, surge um novo grupo praticante, que providenciou a criação de ligas e associações, visando facilitar e intermediar a prática do esporte. (MARQUES; GUTIERREZ, 2014).

Além disso, com a criação das ligas e associações, a facilitação de transportes e o crescimento do interesse por suas atividades, o esporte sofre um processo de universalização de regras e práticas (DUNNING; CURRY, 2006).

Com base nesta descrição histórica, Bourdieu (1983; 1990) propõe a conformação de um campo esportivo com história relativamente autônoma que, mesmo articulada e inserida no espaço macros cópico da sociedade, tem seu próprio tempo, regras e capitais em disputa. Dessa forma, tem-se o esporte como um microcosmo da sociedade como um todo.

A autonomia relativa do campo esportivo se afirma mais claramente quando os grupos são dotados de autoadministração (órgãos reguladores) e regulamentação, fundadas em uma tradição histórica ou garantidas pelo Estado. Algumas das regras específicas do campo esportivo se apresentam com base nas especificações de órgãos reguladores, ou seja, dirigentes especializados, dotados do direito à violência simbólica, que acabam por controlar os critérios de entrada e permanência de agentes neste espaço (MARQUES; GUTIERREZ, 2014). Neste cenário, o esporte se faz fruto da sociedade capitalista, sendo uma forma de expressão de valores e meios de interação próprios deste grupo. A gênese do esporte se apoia, neste período, no amadorismo distintivo e conveniente para a afirmação do *habitus* aristocrático.

O campo esportivo se caracteriza como um espaço de lutas pela legitimidade da prática esportiva e distinção social, entre agentes amadores e profissionais, representantes da elite e de classes populares (BOURDIEU, 1983), e a consequente transmissão de valores morais próprios destes grupos.

Com o surgimento do profissionalismo, estimulado pela burguesia, que percebeu no esporte uma forma de obter lucros, indivíduos das classes mais pobres tiveram acesso às práticas, por essa ser uma oportunidade de ganho de capital e ascensão social. Com a entrada dos grupos menos favorecidos no universo do esporte,

além do envolvimento de capital econômico, o sentido deste passou a incorporar a seriedade e busca por melhora de desempenho, redirecionando a prática (MARQUES, 2007).

A luta entre o amadorismo e o profissionalismo é uma das chaves para a compreensão do processo de transformação do esporte contemporâneo. Praticar o esporte de forma amadora simbolizava uma atividade distintiva, realizada em ambientes restritos aos membros desses grupos. A profissionalização era a porta de entrada de sujeitos de classes menos favorecidas e, conseqüentemente, carregados de *habitus* populares.

Outra forma de disputas entre posições no campo esportivo moderno se manifesta pelos diferentes estilos de vida, posse de capitais econômico, social e cultural, gostos dos diversos grupos sociais por práticas esportivas específicas e conseqüentes diferenças no uso do corpo (BOURDIEU, 1983; 1990). As práticas mais distintivas são aquelas que asseguram uma relação mais distanciada do adversário, mais estetizadas. Por exemplo, tem-se a maior procura das classes mais populares por atividades como o futebol e o rugby, enquanto grupos de maior posição social preferem o golfe e o tênis, sendo o contato corporal entre os participantes um critério que exerceria influência sobre os gostos (BOURDIEU, 1990).

As classes dominantes comportam-se de modo distante da paixão demonstrada em práticas esportivas populares. O esporte legitimado por este grupo é menos intenso e serve como espaço de encontros sociais, com menor contato corporal entre os participantes. A classe média apresenta diferentes gostos por práticas, de acordo com sua profissão ou poder econômico. Por sua vez, as classes populares entendem o corpo de modo instrumental e se identificam com práticas esportivas que demanda maior virilidade (GIULIANOTTI, 2005).

Com base nesse quadro, Marchi Jr (2002) aponta que, segundo Bourdieu, o esporte pode apresentar duas distintas formas de leitura. Uma tida como sincrônica, na qual uma modalidade está ligada diretamente às disposições evidenciadas nos agentes de uma determinada posição social. Outra, de forma diacrônica, pela qual a modalidade pode ser apropriada por agentes de grupos variados. Isso significa que as práticas esportivas contemporâneas têm a possibilidade de atender os mais diferentes grupos sociais, assim como uma determinada disposição pode apropriar-se de qualquer prática.

### **PARTICULARIDADES DO CAMPO ESPORTIVO NO SÉCULO XXI.**

Os diferentes interesses, apropriações e aproximações do esporte pelos diferentes grupos sociais acabam por traduzir que o esporte se faz, na perspectiva bourdiesiana, um fenômeno heterogêneo, com diversos significados para os sujeitos que com ele se relacionam. Uma mesma modalidade assume características e sentidos diversos, de acordo com o grupo de agentes envolvidos (MARQUES; GUTIERREZ, 2014). Gera-se então, uma elasticidade semântica, na qual cada grupo se apropria de determinada prática de acordo com seu *habitus*. Uma modalidade esportiva que oferece grande elasticidade semântica acaba por apresentar grande disponibilidade para usos diferentes, até opostos, podendo até mudar de sentido (BOURDIEU, 1990).

Considerando os limites de elasticidade semântica, como forma de preservar a conformação básica dos fenômenos sociais, garantindo sua presença como componentes do campo esportivo, essas diferentes apropriações são também fruto das inserções de novatos nas práticas, que acabam por modificar algumas disposições já estabelecidas, a partir de atitudes heterodoxas (BOURDIEU, 1996).

Considerando as imprevisíveis possibilidades de transformação das práticas, torna-se prioridade no estudo sociológico do esporte a construção de um espaço que



abarque a elasticidade de significados das atividades esportivas (MARQUES; GUTIERREZ, 2014).

De acordo com a Teoria geral dos campos, o que determina a entrada de um sujeito no espaço do esporte é seu *habitus*, que está na origem dos estilos de vida. Da mesma forma que em outros campos, o esportivo exige, em situações e épocas diferentes, *habitus* apropriados à sua realidade (MARQUES; GUTIERREZ, 2014). Por exemplo, no caso do surgimento do voleibol, no final do século XIX, um conjunto de disposições era exigido pela estrutura que se formava para a modalidade, ou seja, para estar inserido nesse espaço, eram cobradas determinadas representações sociais dos sujeitos candidatos. Para participar das atividades do voleibol o agente tinha que apresentar um capital social e cultural específico, pois, de outro modo, poderia ser considerado desnecessário e prejudicial ao andamento da modalidade (MARCHI JR, 2004).

No caso da Associação Cristã de Moços, local de criação desta modalidade esportiva, eram privilegiados profissionais liberais. Isso acaba por determinar o *habitus* exigido para fazer parte de determinado grupo esportivo, o que reforça que o surgimento dessa noção demanda uma diferenciação de grupos (MARCHI JR, 2002). Já o *habitus* atual do voleibol, por exemplo, foi criado principalmente após a década de 1980, por interdependência constituída pelos dirigentes, técnicos, atletas, agentes de marketing, mídia, clubes e empresários (MARCHI JR., 2006).

Assim como é apontado por Bourdieu, os critérios para valorização de atos simbólicos, assim como para acumulação do poder simbólico, não são estáticos no tempo e no grupo social. Por isso, é sempre importante apontar qual é a época e agentes envolvidos na determinação de tais orientações (MARQUES; GUTIERREZ, 2014). Por exemplo, Marchi Jr. (2006) aponta que o espaço do voleibol teve, no decorrer da sua

história, novas formas de representações delineadas. Ou seja, mudou-se o capital simbólico e, em consequência, as ações dos agentes.

O final do século XX foi marcado, entre outros eventos socioculturais, pelo crescimento do que Proni (1998) chamou de mercantilização da cultura, fenômeno este iniciado principalmente após a II Guerra Mundial. Deu-se início a um processo de espetacularização do esporte, pautado na divulgação e disseminação do *habitus* esportivo, como forma de transmissão político-ideológica, associada com o crescimento de um processo de mercantilização do esporte.

Para que o fortalecimento da perspectiva espetacular do esporte, tanto com finalidades políticas quanto econômicas, fosse eficiente, era necessário divulgá-lo, fazer desse fenômeno uma manifestação cultural importante, que gerasse interesse e que unificasse formas de comunicação entre todo o mundo. Isso ampliou seus limites geográficos e culturais, tornando-o mais conhecido e valorizado em todo o planeta (MARQUES; GUTIERREZ; MONTAGNER, 2009). Porém, também abriu possibilidades de novas formas de manifestação, devido às diferentes incorporações desse fenômeno por inúmeras formas de cultura (MARQUES; ALMEIDA; GUTIERREZ, 2007).

Ao acompanhar, por exemplo, a história dos Jogos Olímpicos Modernos, percebe-se tal processo de transformação no sentido de profissionalização do modo de ação de atletas e dirigentes, de uma perspectiva amadora para a profissional (PRONI, 2008). Tal massificação, sedimentada no aumento da divulgação de eventos esportivos com finalidades de mercantilização do esporte como produto (GEBARA, 2002), contribuiu para que a perspectiva de transformação do esporte em um campo pautado não somente no *habitus* esportivo descrito por Bourdieu, mas, principalmente, na mercantilização de suas práticas, agentes e produtos.

Percebe-se, no final do século XX e início do XXI, uma transformação importante do esporte em fenômeno plural, ligado tanto ao lazer, educação, espetáculo,

política e, principalmente, economia (MARQUES; GUTIERREZ; MONTAGNER, 2009). Esta não foi uma mudança pontual nem repentina, mas sim, fruto de modificações estruturais na sociedade capitalista pós-Guerra Fria. São exemplos desta mudança:

a) a transformação realizada no voleibol brasileiro entre as décadas de 1980 e 1990, com a progressiva mercantilização de equipes anteriormente amadoras, atraindo investidores e a atenção do público, e a seguinte profissionalização de treinadores, dirigentes e atletas, própria do mundo globalizado do século XXI (MARCHI JR, 2004);

b) a aceitação e exploração universal do profissionalismo de atletas a partir dos Jogos Olímpicos de 1988 e 1992, em Seul e Barcelona, respectivamente. Após essas edições, nota-se a transformação dos Jogos em um megaespectáculo, dirigido pela lógica de mercado e segundo os interesses do mundo dos negócios (MARQUES; GUTIERREZ; MONTAGNER, 2009). A inclusão de atletas profissionais nos Jogos Olímpicos ocorreu em etapas. Em 1988, foi permitida a participação de jogadores profissionais de futebol, com limite de idade até 23 anos, e o retorno de jogadores da ATP de tênis de campo. Em 1992, foi liberada a participação de jogadores de basquetebol da NBA. Em 1996, os jogadores de vôlei de praia da Liga Profissional Americana puderam competir, assim como a inclusão de 3 jogadores de futebol com mais de 23 anos. Em 2000, aceitou-se a inclusão dos profissionais do beisebol (PRONI, 2008).

A sociedade globalizada, pautada na mercantilização de produtos culturais do lazer, propiciou a base para que o espetáculo esportivo se convertesse em veículo de propaganda de produtos destinados a mercados de massa (PRONI, 1998). Esse movimento expande os limites geográficos, culturais e de significados do esporte. Seu uso se amplia e ele se faz produto não somente em competições internacionais, mas também em níveis regionais. Além disso, a imagem desse fenômeno, tida como positiva e unificadora dos povos, atrai o interesse para a prática de muitas pessoas de diferentes culturas (MARQUES; GUTIERREZ; MONTAGNER, 2009).

Como consequência desta ampliação do alcance do esporte como objeto reconhecido por diferentes formas de cultura, tem-se a criação de novas formas de massificação de atividades esportivas (TUBINO, 1992), expressas pelos diversos sentidos e significados que se fazem presentes na sociedade contemporânea. Tal apropriação do esporte por culturas diferentes (efeito de apropriação) propiciou a criação de diversas formas de ambientes e sentidos de práticas, que vão do alto rendimento até o lazer e a escola formal, com diferentes sentidos para a prática (elasticidade semântica) (MARQUES; GUTIERREZ; ALMEIDA, 2008).

Observa-se também neste processo, a substituição do movimento associacionista, baseado na organização voluntária em torno do interesse comum pela prática esportiva, principal referência ética e moral do esporte moderno (TUBINO, 1992), pelo de consumo. Ou seja, a ação coletiva de criação de ambientes esportivos se desvaloriza frente ao mercado de ofertas de possibilidades através da compra de espaços/oportunidades/condições para a atividade esportiva (MARQUES; GUTIERREZ; MONTAGNER, 2009).

Com a substituição do uso político-ideológico do fenômeno esportivo por um novo paradigma, o do esporte como negócio, surge um novo conflito social, o confronto direto entre a lógica do mercantilismo e os valores do esporte. Os valores esportivos, desenvolvidos desde a Antiguidade e consolidados no associacionismo e no *fair play*, vão sendo gradualmente ameaçados pelos aspectos pragmáticos do lucro (TUBINO, 1992).

Nesse processo, o esporte contemporâneo se caracteriza como um fenômeno heterogêneo ligado ao mercado, no qual suas práticas, voltadas ao lazer, à educação formal e ao alto rendimento, acabam ou se associando com o giro de capital, ou sofrendo influência cultural de um modelo

hegemônico. Nesse universo os meios de comunicação exercem um papel de destaque, o de divulgar e expandir os conceitos, costumes, símbolos, valores e produtos do esporte (MARQUES, 2007, p. 94).

O processo de profissionalização do esporte também o tornou popular com base na massificação de suas práticas e significados. O amadorismo anterior restringia os grupos a reuniões de sujeitos homogêneos socialmente (MARCHI JR, 2006). Ao profissionalizar-se, o esporte mudou seus interesses amadores de diferenciação social para um sentido de ser um fenômeno que transcende barreiras sociais visando o aumento do próprio consumo.

Tais modificações nas formas de organização e estruturação do *habitus* esportivo no século XXI sintetizam o efeito de apropriação desta prática por diferentes formas de cultura, mas principalmente (sintetizando a principal característica do fenômeno contemporâneo em relação ao moderno) pelo acesso à prática e ao consumo de diferentes grupos sociais, com *habitus* distintos e diacrônicos. Tal diversificação rompe com a tradição elitista do esporte como prática distintiva no século XIX e início do XX e sustenta um processo de popularização deste fenômeno como objeto constituinte do modo de vida da sociedade globalizada.

Este novo cenário apresenta-se como terreno fértil para estudos em sociologia do esporte, no sentido que elucidada uma série de modificações de ordem sociocultural entre o fenômeno estudado por Bourdieu (desde a gênese do esporte moderno, até final do século XX) e o campo esportivo do século XXI. Neste cenário, é possível, e promissor, relativizar algumas das afirmações de Bourdieu sobre esporte, contextualizando-as frente a novas e atuais configurações, assim como desbravar novas possibilidades de teorias e reflexões.

Embora a análise de Bourdieu sobre o esporte se mostre aplicável em muitos pontos até hoje, suas reflexões se dão em esfera generalista sobre o fenômeno esportivo, merecendo maior aprofundamento em relação a contextos específicos e espaços particulares, sendo necessária a ampliação de estudos em escala mundial sobre as formas de distinção social no campo esportivo em diferentes ambientes (GIULIANOTTI, 2005). Neste cenário, faz-se...

...de suma importância, para os propósitos e procedimentos de reflexividade histórica, indagar sobre o momento de constituição dos subcampos esportivos, até porque avaliamos que uma das principais condições estruturantes de um universo esportivo concreto em seu momento de aparição na metade final do século XIX na sociedade inglesa, para além das disputas entre amadores e profissionais, entre adeptos do esporte-lazer ou do esporte-competição, foi a própria disputa que se protagonizou entre cada um dos esportes emergentes ou reinventados, ou seja, entre os subcampos esportivos e seus respectivos representantes e estruturas (SOUZA, 2011, p. 43).

Pode-se observar, no esporte atual, praticantes de posições sociais privilegiadas em atividades de recorrente contato corporal viril. Assim, o que se pode apontar é que atualmente a dimensão econômica continua predominante à cultural na escolha da modalidade esportiva. Porém, em relação ao final do século XX, nota-se maior presença de membros das elites em modalidades de menor distinção social (visto que seu capital econômico lhe permite total acesso a qualquer prática), o que não acontece necessariamente com grupos de menor ascensão (visto que algumas modalidades exigem não apenas valores distintivos, mas sim, posse de bens econômicos para a participação). A perspectiva mercadológica do esporte contemporâneo expõe o

acesso irrestrito de grupos privilegiados, que muitas vezes ignoram o valor distintivo de algumas práticas (com presenças significativas em lutas, rugby e futebol, por exemplo) e, ao mesmo tempo, restringe as possibilidades de grupos em posição menos privilegiada não apenas por questões simbólicas, mas principalmente financeiras. Ou seja, por impossibilidade de consumo das práticas e produtos esportivos.

Outra transformação própria do esporte contemporâneo, em relação à versão moderna de meados do século XX, consiste na inserção deste fenômeno em uma sociedade globalizada, pautada em práticas transnacionais, com identidades nacionais imprecisas e norteada pela lógica de mercado (SKLAIR, 2010). Neste sentido, percebe-se uma relação dialética relativa a regras universais e a noção de representatividade nacional, na qual alguns atores simbolizam, ao mesmo tempo, um patrimônio mercadológico e esportivo mundial e o papel de representantes de regiões ou nações (vide o “argentino” Lionel Messi, uma estrela conhecida e consumida em escala global, que sintetiza um mercado comum, mas que, em determinados ambientes, como a Copa do Mundo, representa a pátria Argentina).

Neste sentido, a utilização de muitas das categorias de análise de Bourdieu fazem-se pertinentes e úteis, pois solidificam investigações sobre o esporte contemporâneo e podem auxiliar na compreensão das transformações sofridas pelo fenômeno estudado pelo autor francês durante o século XX e o objeto de estudos atual. Esta homogeneidade ou continuidade metodológica permite a comparação ou, no limite, uma linearidade analítica e interpretativa sobre o campo esportivo globalizado.

Vigorello (2005) destaca que algumas categorias propostas por Bourdieu sustentam análises sociológicas desde o final da década de 1970, como por exemplo a noção sobre as diferentes espécies de capital, o conceito de campo e a estruturação praxiológica de *habitus*. Segundo o autor,

Esses conceitos deram impulso a uma dinâmica nova, orientando as pesquisas para o “quê” das práticas e o “quem” dos praticantes. Sobretudo, eles reforçam e especificaram na França a ligação tradicionalmente feita entre as práticas esportivas e as filiações sociais (VIGORELLO, 2005, p. 187).

A originalidade da análise sociológica de Bourdieu sobre o esporte é projetar as práticas esportivas em sistema, feito de convergências e de oposições, de correspondências e exclusões próprias de um campo social específico (esportivo), baseado na disputa entre agentes e objetos. Tal perspectiva superaria análises fragmentadas e deterministas, ou hierarquizações lineares e cartesianas entre as diferentes modalidades, pois analisa as possíveis formas de manifestação esportiva de forma dependente e inter-relacionada entre si (VIGORELLO, 2005).

Porém, faz-se necessário considerar que tais postulados servem como guias para análises nos dias de hoje. Ou seja, tais categorias próprias da teoria dos campos servem de sustentação para observações e descrição do fenômeno atual, de modo a oferecer ferramentas para estudos sobre o esporte e referenciais de comparação entre períodos, grupos e *habitus* esportivos.

Como outro exemplo, tem-se a análise sobre o valor distintivo do amadorismo no campo esportivo. O período de gênese deste fenômeno trazia uma destacável valorização do *habitus* desinteressado dos praticantes, pautado em valores morais aristocráticos. Por sua vez, o campo esportivo contemporâneo apresenta possibilidades diversas de atuação, desde uma forma profissional, pautada no rendimento atlético e busca por lucros (assumindo um valor simbólico muito diferente do profissionalismo do século XIX e início do XX), quanto pelo amadorismo com finalidades educacionais, de melhoria de condições de saúde ou lazer.



A maior contribuição da obra de Bourdieu para estudos sobre o esporte contemporâneo se dá, tanto como referencial para análises sociológicas, com base em suas categorias analíticas, quanto como pressuposto para uma compreensão sobre as transformações simbólicas deste fenômeno.

Este ensaio objetivou apresentar e discutir categorias e procedimentos metodológicos de pesquisa sociológica baseados na obra de Pierre Bourdieu. A utilização da obra deste importante sociólogo francês tem-se mostrado uma eficiente e rica forma de análise do espaço social, visto que apresenta consistente embasamento teórico e metodológico.

Tanto as categorias sociológicas de sua obra, quanto seus postulados sobre o campo esportivo consistem em ferramentas de análise social de grande valia no estudo do esporte contemporâneo. Considerando ser este um fenômeno social recente, pautado em manifestações heterogêneas e na lógica de mercado globalizado, o esporte atual demanda estudos que procurem descrever características dos diferentes *habitus* dos grupos atuantes e as formas de disputa pelo poder simbólico.

Porém, para tais jornadas, é fundamental o respeito às formas e métodos de pesquisa sugeridos por Bourdieu. Considerar que as relações sociais ocorrem em campos específicos, parcialmente autônomos, pautadas na disputa por poder e legitimação de práticas e modos de vida se faz fundamental. Além disso, alguns conceitos estruturais como a ideia de *práxis*, campo, *habitus*, capital e o sentido de análise partindo da macroestrutura para a microestrutura que envolve o objeto analisado são preceitos centrais para a manutenção do rigor científico em incursões sociológicas no campo esportivo com base na obra deste autor.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. Questões de sociologia. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1983.

- \_\_\_\_\_. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1989.
- \_\_\_\_\_. Coisas ditas. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990.
- \_\_\_\_\_. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1996.
- \_\_\_\_\_. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio Mendes (orgs.). Escritos de Educação. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 71-79.
- \_\_\_\_\_. Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- BOURDIEU, P; CHAMBOREDON, J-C; PASSERON, J-C. A profissão de sociólogo. Preliminares epistemológicas. 3ed. Vozes: Petrópolis, 2002.
- COAKLEY, J. Sports in society: issues and controversies. 10 ed. New York: McGraw-Hill, 2008.
- DELANEY, T; MADIGAN, T. The sociology of sports: an introduction. Jefferson: Mcfarland & Company, 2009.
- DUNNING, E; CURRY, G. Escolas públicas, rivalidade social e o desenvolvimento do futebol. In: GEBARA, A; PILATTI, L. A. (orgs). Ensaio sobre história e sociologia nos esportes. Jundiaí: Fontoura, 2006. p.45-76.
- GEBARA, A. História do esporte: novas abordagens. In: PRONI, M. W; LUCENA, R. F. (Org.). Esporte: história e sociedade. Campinas: Autores Associados, 2002. p. 5-29.
- GIULIANOTTI, R. Sport: a critical sociology. Bodmin: MPG Book, 2005.
- MARCHI JR, W. Bourdieu e a teoria do campo esportivo. IN: PRONI, M. W; LUCENA, R. F. (orgs.). Esporte: história e sociedade. Campinas: Autores Associados, 2002, p. 77-111.
- \_\_\_\_\_. Sacando o voleibol. Hucitec: Unijuí, 2004.
- \_\_\_\_\_. Como é possível ser esportivo e sociológico? In: GEBARA, A; PILATTI, L. A. (orgs.). Ensaio sobre história e sociologia nos esportes. Jundiaí: Fontoura, 2006, p. 159-195.
- MARCHI JR, W.; AFONSO, G. F. Globalização e esporte: apontamentos introdutórios para um debate. In: RIBEIRO, L. (org.) Futebol e globalização. Jundiaí: Fontoura, 2007, p. 131-149.
- MARQUES, R. F. R. Esporte e Qualidade de Vida: reflexão sociológica (2007). Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

- MARQUES, R. F. R.; ALMEIDA, M. A. B. de; GUTIERREZ, G. L. Esporte: um fenômeno heterogêneo: estudo sobre o esporte e suas manifestações na sociedade contemporânea. *Movimento*. Porto Alegre, v. 13, n. 3, p.225-244, 2007.
- MARQUES, R. F. R.; GUTIERREZ, G. L.; ALMEIDA, M. A. B. de. O esporte contemporâneo e o modelo de concepção das formas de manifestação do esporte. *Revista Conexões*. V. 6, n.2, p. 42-61, 2008.
- \_\_\_\_\_. Investigação sobre as configurações sociais do subcampo do esporte paralímpico no Brasil; os processos de classificação de atletas. *Revista da Educação Física/UEM, Maringá*, v. 23, n. 4, p. 515-527, 2012.
- MARQUES, R. F. R.; GUTIERREZ, G. L.; MONTAGNER, P. C. Novas configurações socioeconômicas do esporte contemporâneo. *Revista da Educação Física/UEM, Maringá*, v. 20, n. 4, p. 637-648, 2009.
- MARQUES, R. F. R.; GUTIERREZ, G. L. O esporte paralímpico no Brasil: profissionalismo, administração e classificação de atletas. São Paulo: Phorte, 2014.
- PILZ, G. A. Sociologia do esporte na Alemanha. *Estudos históricos: esporte e lazer*. v.1, n.23, p. 3-17, 1999.
- PRONI, M. W. Esporte-espetáculo e futebol-empresa. (1998). Tese de doutorado. Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.
- \_\_\_\_\_. A reinvenção dos Jogos Olímpicos: um projeto de marketing. *Esporte e Sociedade*. V. 3, n. 9, 2008.
- RICHTER, K., J; ADAMS-MUSHETT, C.; FERRARA, M., S.; McCANN, B. C. Integrated swimming classification: a faulted system. *Adapted Physical Activity Quarterly*, 9, p.5-13, 1992.
- SKLAIR, L. Globalização. In: SCOTT, J. (org). *Sociologia: conceitos-chave*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010, p. 94-98.
- SOUZA, J.; MARCHI JR, W. Por uma sociologia reflexiva do esporte: considerações teórico-metodológicas a partir da obra de Pierre Bourdieu. *Movimento*, v16, n1, jan-mar 2010.
- SOUZA, J. A reflexividade metodológica de Pierre Bourdieu como modelo heurístico para leitura do esporte no Brasil – potencialidade e contribuições. In: MARCHI JR, W. *Ensaio em sociologia do esporte*. Factash: São Paulo, 2011, p. 29-54.
- TUBINO, M. J. G. *Dimensões sociais do esporte*. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1992.

VIGARELLO, G. Sistemas de esporte, esportes concorrentes. In: ENCREVÉ, P.; LAGRAVE, R-M. (orgs.)  
Trabalhar com Bourdieu. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p. 185-196.

---

## **ESPORTE E COMPLEXIFICAÇÃO SISTÊMICA<sup>2</sup>**

Para Habermas, a partir da publicação da “Teoria da Ação Comunicativa” (1987), o Mundo da Vida é o armazém do saber humano, local de desenvolvimento da sociedade e da sua produção simbólica que representa estruturas normativas, subjetivas, objetivas e associativas fundamentais para a consolidação da vida em sociedade.

O Sistema, por sua vez, é formulado pela perspectiva de ganhos sobre o outro, a partir da colonização do Mundo da Vida e incorporação da linguagem voltada para o uso estratégico. O Sistema para Habermas (1987) é dividido entre Sistema Dinheiro, Mercado, e Sistema Poder, Estado.

Habermas (1990) aponta que a evolução material das sociedades é uma consequência de sua evolução cultural. Ele estuda o desenvolvimento da sociedade por meio da evolução social, tendo como ponto de partida a linguagem, preocupando-se com as formas de interação do homem no mundo.

A expressão esportiva, como objeto da “Teoria da Ação Comunicativa”, será analisada pela linguagem e as formas de interação, bem como pelo processo de complexificação sistêmica.

O esporte, nos limites deste texto, é pensado como parte do Mundo da Vida, expressando as relações próprias da comunidade, passando por gerações, até caracterizarem-se por um Sistema (Dinheiro ou Poder) integrado de ações conjuntas, identificadas por sua ideologia, crenças, expressões, formas de ser e estar.

---

<sup>2</sup> Marco Antonio Bettine de Almeida, Professor Associado da Universidade de São Paulo, Escola de Artes, Ciências e Humanidades.

A partir deste referencial de esporte, pode-se percebê-lo em diferentes dimensões, como o esporte praticado no espaço das relações espontâneas (Mundo Vida); como esporte ensinado na escola e sancionado pelas instituições burocráticas (Sistema Poder); esporte de massa que reflete um sistema industrial em desenvolvimento e que tem base no fetiche, na mercantilização das relações e no consumo (Sistema Dinheiro).

Procurando não segmentar a ideia de esporte, trabalhar-se-á a sua relação como definida pela totalidade das tradições, técnicas e instituições derivadas de um sistema histórico, parte integrante e indissociável do saber partilhado por determinada comunidade.

Com o fenômeno de complexificação, apontado por Habermas (1987) nas sociedades industrializadas, o esporte praticado espontaneamente dá espaço para o esporte de massa. O esporte com suas modalidades é uma forma de expressão cultural que nitidamente sofreu com os avanços e transformações da sociedade massificada. Os meios mercantis foram implacáveis aos campos de várzeas e as expressões pedagógicas, eles terminaram por restringir outras formas de expressão esportiva, criando em torno de si a reprodução do movimento, o mercado de atletas e a dependência aos meios de comunicação de massa. As apresentações esportivas tornaram-se mercadorias, disseminando hábitos e costumes, moldando, posteriormente, as relações interpessoais.

Na prática esportiva ocorreram os dois processos apontados anteriormente, (a) a mecanização do esporte por meio da incorporação da tecnologia e (b) a substituição da busca de uma prática despretensiosa por uma necessidade de consumo, por meio da ideologização, mostrando que o esporte é parte integrante do processo de transformação cultural.

Por exemplo, na perspectiva de análise habermasiana, o esporte de massa, pelo processo de complexificação sistêmica, pode ser percebido subordinando todas as

outras expressões em prol do consumo, delimitando os dois campos: Sistema Poder (caracterizado por formas de expressão da pedagogia do movimento) e Mundo da Vida (caracterizado pela sociabilidade espontânea, como os jogos populares, as apropriações do esporte de maneira informal), para constituir-se enquanto campo hegemônico.

A massificação cultural, ou colonização do Mundo da Vida, valoriza pouco o jogo e a pedagogia esportiva. O Esporte, guiado pelos cânones da indústria cultural, tem uma forte presença do individualismo e do consumo, a sua construção gira em torno da profissionalização, da busca do recorde e do relacionamento com o outro por meio do vencer.

O processo de apropriação do Mundo da Vida é complexo e incorpora aspectos como a perda de identidade, o afastamento dos símbolos sagrados coletivos e a destruição de uma moral. Neste sentido, o Mundo da Vida parece viver, desde a constituição da sociedade moderna uma luta diária com a indústria cultural, procurando incorporar a tecnologia e reconvertê-la enquanto instrumento de uma sociabilidade espontânea ou autêntica. No caso do esporte, particularmente, vive-se a dualidade entre as novas tecnologias do esporte e a ideologia do consumo, onde o esporte espontâneo pode ser percebido enquanto espaço de resistência, como a corrida nos parques, nadar em um lago ou praticar vôlei distraidamente.

O esporte definido aqui não é aquele que permanece inalterado no tempo, mas o que preserva e incentiva a socialização espontânea e a formação coletiva de identidade do grupo. Esta dimensão parece ser a característica fundamental do Mundo da Vida.

### **O ESPORTE VIA "TEORIA DA AÇÃO COMUNICATIVA"**

O esporte interpretado via "Teoria da Ação Comunicativa" seria essencialmente uma relação social. A essência da produção cultural ligada ao esporte é ser mais um

interlocutor do Mundo da Vida, servindo para a evolução da linguagem, das instituições e formação da personalidade.

Pode-se afirmar que o esporte surge no mundo da vida por meio da integração entre as pessoas, da busca do jogar, do querer aprender uma técnica e da vontade de competir. A complexificação do esporte dá-se nas sociedades modernas com a (a) institucionalização das modalidades e (b) racionalização dos movimentos.

A análise aqui proposta preocupa-se com as três tendências do esporte via teoria habermasiana, a primeira tendência é a que vê o esporte pelos olhos da cultura – como componente do mundo da vida; a segunda tendência que discute o papel do Estado como grande propulsor do esporte – Sistema Poder; e a última tendência que aponta a função do Mercado como dinamizador das práticas esportivas – Sistema Dinheiro.

Portanto, o esporte expressa as três esferas: Mundo da Vida, Sistema Poder e Sistema Dinheiro, estas esferas estão em simbiose e podem ser exemplificadas pela: (a) finalidade que o indivíduo em fazer a atividade (partilhar, divertir, ganhar, sobreviver); (b) os objetivos que está buscando (estética, saúde, trabalho, sociabilidade, prazer, competir); (c) o espaço social que ocorre a atividade (jogos olímpicos, escola, parque, praia, clube); (d) as trocas com outros sujeitos (sociabilidade, vencer, aprender); e (e) a ação a ser considerada pelo agrupamento como sendo formas de expressão do esporte como a pedagógica, de alto-rendimento ou a de lazer.

Será esporte se, e quando, o indivíduo está se relacionando com seus pares (relação intersubjetiva), buscando expressar com o corpo formas sistematizadas de movimento (ou aproximações com estas formas) e se aquela atividade é considerada esporte pelo grupo (sociedade).

## FENÔMENO ESPORTIVO



O esporte, na sua origem, derivava de jogo ou escola de caráter. Jogos eram integrantes das expressões das tradições do sagrado ou do profano, consistindo em atividades lúdicas de caráter ritual. A escola de caráter eram aquelas de controle do corpo, cavalheirismo, contemplação da expressão corporal. Pelas suas exigências, estas ações celebravam o corpo, a força, a beleza e o mágico.

Uma característica do esporte moderno foi retirar o caráter ritual religioso do jogo e o transformar em algo secularizado, sem estruturar-se na religião, incorporando elementos racionais, como medidas, recordes e igualdade de chances (Pilati, 2006). No que se refere à escola de caráter foi substituída pelo vencer a qualquer custo, exploração da imagem do atleta.

Como parte do processo de racionalização, o esporte, segundo olhar weberiano perderia o seu caráter religioso, conservando o culto ao corpo, o conteúdo lúdico e o ritual simbólico da equipe, das cores e do pertencimento. A racionalização trata do uso da razão instrumental na ação humana, significa tomar atitudes e decisões descartando os elementos de natureza pessoal, afetiva e emocional. A eficiência torna-se um valor normativo prioritário para o esporte moderno e a quantificação dos feitos atléticos uma exigência fundamental das máquinas competitivas. Trata-se da tendência de transformar qualquer atividade esportiva em algo que possa ser medido e calculado.

A quantificação geralmente se faz acompanhar de dois outros fenômenos, muito frequente no mundo esportivo de alto-rendimento, a especialização – definição dos papéis a serem executados pelos atletas – e as estratégias – táticas de jogos cada vez mais formais, rígidas e calculistas. Estes dois elementos visam, em última instância, um melhor desempenho dos atletas e das equipes nas competições.

A introdução do uso de aparelhos tecnológicos confere mais racionalidade e precisão matemática aos processos de especialização, que adquirem, assim, uma nova

legitimidade. A legitimidade tecnológica e científica. Para além da secularização e da racionalização, a consagração do esporte como prática social pode ser vista como parte da modernização do mundo ocidental, de seu processo civilizador, no sentido que lhe atribui Norbert Elias (1980). Segundo sua perspectiva, aqui exposta de forma muito simples e esquemática, a predisposição humana de agir segundo seus instintos e paixões para satisfazer suas necessidades gera tensões e ameaças à vida social. Neste caso, o esporte operaria como uma espécie de válvula de escape, pois a incorporação de hábitos mais racionais, controlados, leva a uma repressão exterior: conter os gestos e palavras; e interior: proibir-se de pensar em atos violentos (Gutierrez e Almeida, 2005).

Na lógica de Elias (1980) como na de Habermas (1987), há um processo de evolução da sociedade e espaços específicos de ações comunicativas, que buscam o divertimento. Os dois teóricos partem do processo de evolução social e busca de espaços de sociabilidade. Habermas (1987) acrescentaria os termos: espontânea e livre de coações, este último mais distante do sentido eliano, para Norbert Elias (1980) sempre há uma coação na constituição da sociedade.

Assiste-se, também, a reprodução social, simbólica e de manutenção da lógica da dominação no esporte (Marchi, 2006). Pierre Bourdieu (2000) coloca que o campo esportivo constitui uma arena de lutas simbólicas e de fato, onde se contrapõem forças e interesses consolidados, pelo capital e pelas diferenças de capital simbólico entre os sujeitos, onde operam os mecanismos que distinguem dominantes e dominados.

Pode-se fazer uma relação entre a diferença de capital simbólico de Bourdieu (2000) e o processo de complexificação sistêmica de Habermas (1987), mais particularmente no surgimento dos Sistemas que colonizam o Mundo da Vida, neste caso, a utilização do capital simbólico para fortalecimento de um grupo hegemônico como nos fala Bourdieu (2000) se aproximaria de uma espécie de ação estratégica habermasiana que utiliza dos elementos culturais para sua apropriação e dominação.

São muitas as questões suscitadas frente ao objeto esporte: (a) a relação com o simbólico, (b) civilização e (c) poder. Para seguir neste estudo é importante entender como o fenômeno esportivo se incorpora na vida cotidiana, porque desta vinculação é possível compreender a relação com o Mundo da Vida e, por consequência, a complexificação sistêmica no Esporte.

## **ESPORTE MODERNO**

A passagem do século XX, no Esporte, para o século XXI foi marcada por um quadro conceitual amplo de mudanças e tendências influenciadas pelas transformações sociais e políticas (BURKE, 2004), principalmente com o fim da guerra fria, a globalização e a importância da atividade física no mundo contemporâneo.

Desde os jogos olímpicos modernos de Pierre de Coubertin o esporte se transformou – no sentido atribuído pela teoria habermasiana de complexificação sistêmica da sociedade –, pode-se afirmar que o universo dividido em esportes amadores e profissionais tornou-se mais complexo. Depois da Segunda Guerra Mundial, o quadro internacional do Esporte transformou-se em todas as suas formas e pode-se afirmar que uma interpretação correta do conjunto de fatos históricos tornou-se extremamente difícil.

No esporte, as alterações da segunda metade do século XX, pós-guerra, foram profundas, pois o número de praticantes e modalidades cresceu impressionantemente. Além disso, o esporte era visto apenas na perspectiva do alto-rendimento e após a Carta Internacional de Educação Física e Esporte da Unesco em 1978, a prática esportiva, passou a ser entendida como: direito de todas as pessoas.

A prática esportiva pluralista trouxe a possibilidade de democratização e dissociação do esporte e atleta profissional. A abrangência social do Esporte passou a ser preponderante: Esporte e Educação, o Esporte e Lazer e o Esporte e Altíssimo

Desempenho. Estas dimensões do conceito contemporâneo de Esporte podem ser explicadas desta forma: o Esporte-Educação pelos princípios socioeducativos da participação, cooperação, coeducação, corresponsabilidade, da inclusão, do desenvolvimento esportivo e do desenvolvimento do espírito esportivo; o Esporte-Lazer pelo princípio da não obrigatoriedade e adaptação para a participação de todos; e o Esporte de Altíssimo Desempenho, pelos princípios da superação, desempenho e uso de diferentes tecnologias (Marques, Gutierrez e Almeida, 2006).

Este processo de diferenciação denominar-se-á complexificação sistêmica do Esporte. Em outras palavras, o objeto esporte passa de algo surgido no Mundo da Vida, vinculados a regras específicas de sociabilidade espontânea de um agrupamento inglês. Ganha uma estrutura racional formalizada com as Ligas e Confederações. Afasta-se do grupo específico e incorpora elementos da industrialização, como a especialização, internacionalização, quantificação, desempenho, lucro. Posteriormente é utilizado como forma de exibir uma nacionalidade nascente, os atletas vinculam-se às suas concepções ideológicas de Estado. Posteriormente amplia-se para todos com uma ressignificação das modalidades e trazendo adjetivos como saúde, qualidade de vida, participação e cooperação.

Pode-se perceber que não há um elemento único ou direção única para compreender o fenômeno esporte, pois a partir do momento que se torna algo complexo, ele não pode ser adjetivado como algo que exista em função da economia ou política, hoje o esporte é um capital simbólico que dialoga com outros capitais simbólicos. Na estrutura de análise habermasiana, o esporte é algo que surgiu no mundo das relações espontâneas e se complexificou. Tornando-se forma de expressão de políticas de Estado e formas de expressão de ações do Mercado. O primeiro fortalece as relações de poder existentes no esporte em si e na relação com outras formas de

sociabilidade. O segundo vinculado às estratégias econômicas e de consumo que constituem relações comerciais e sociais de viver o Ser Esportivo.

Frente a esta situação não se pode ser purista afirmando que existe um esporte “puro” do Mundo da Vida e outros “impuros” vinculados aos Sistemas. Mas a sociedade vive o dilema de articular ao mesmo tempo Mundo da Vida e Sistemas.

Por exemplo, não se pode negar a importância das mídias para divulgar o esporte participação bem como a ideia de mimetismo esportivo, isto é, reprodução de ações de atletas por pessoas comuns. As imagens veiculadas ao esporte, bem como um aparato midiático de grande proporção leva a alimentação do sentido da participação da prática, e quanto mais pessoas colocam o esporte no seu cotidiano mais espetacularizado ele fica. Este processo histórico, complexo, oferece uma pequena base para entender a esportivização da sociedade e, como ela está presente na vida das pessoas, simbolizando competição, originalidade, beleza, frustração, vitória, reciprocidade ou alegria, tornando as relações sociais repletas de valores esportivos. Este tema será debatido no próximo item.

## **O ESPORTE E OS VALORES ESPORTIVOS**

O Esporte pode ser entendido como um campo de estudo composto de incontáveis formas de relações humanas, todas elas passíveis de serem examinadas pela ótica das orientações educacionais e dos valores morais. O esporte transmite valores em qualquer ambiente, por isso a importância para uma educação para prática esportiva e, ao mesmo tempo, uma educação do esporte enquanto fenômeno social. A primeira educação é a do gesto, da técnica, do controle emocional e dos princípios das ciências do esporte, o segundo uma educação dos valores, da alteridade, da valorização da cooperação e da problematização do esporte.

A relação do esporte com a educação não é recente e para entendê-la deve-se reportar para as questões suscitadas anteriormente. Discutia-se o esporte como algo elaborado por uma escola de caráter. Muito deste fenômeno se deu pela aristocracia inglesa, no século XIX, o esporte como uma prática que ajuda a formar os jovens dentro de princípios de hombridade e de comportamento civilizado, preparando-os para competirem entre si dentro de uma ordem instituída e inserida no grupo social delimitado (Elias e Dunning 1992). Graças ao sucesso do movimento olímpico, no século XX, o esporte tornou-se um elemento central da educação moral. Mas, a legitimação de uma “ética esportiva” não ficou restrita ao âmbito da escola, uma vez que o esporte se difundiu e se desenvolveu em outras instituições, como foi apontado no item anterior.

Nos limites deste capítulo a educação consiste em transmitir normas de comportamento técnico-científico (instrução) e moral (formação do caráter) que podem ser compartilhadas por todos os membros da sociedade. Por isso a educação deve ser entendida como inseparável de princípios éticos como igualdade, liberdade e justiça. Pode-se pensar a educação esportiva no ensino das modalidades, das técnicas, das táticas, da visão espacial, no estímulo das capacidades sensoriais, no desenvolvimento fisiológico, na busca pela saúde e sua manutenção da saúde pela prática reiterada no tempo. Ao ensinar uma modalidade, por exemplo, estarão, também, estimulando padrões de conduta, baseados em uma ética que é esportiva e social.

Nestes conteúdos esportivos parece haver uma dissonância entre os objetivos dos educadores e os valores do esporte no cotidiano. Isto é, há mais projeção acerca da violência, doping ou jogadas desleais, do que valores como alteridade, espírito competitivo e jogo limpo. Há uma crise ética no esporte.

Para superar estes traumas do esporte apontamos a sociedade civil como interlocutora da sociedade. A sociedade civil devem exigir posturas dos atletas e dirigentes, como corresponsáveis na transmissão dos valores esportivos. As cartas da

ONU como o direito ao esporte, no intuito de disseminar a prática como valor social e garantia estatal. Tornar as equipes esportivas um patrimônio cultural, deixando os clubes e as associações esportivas menos vulneráveis aos avanços do mercado. Legislação transparente na área esportiva e garantias para a democratização nas suas confederações. Estas são algumas ações pontuais que podem auxiliar neste longo processo de mudança de postura ética.

Neste sentido o esporte possibilita inúmeras formas de superação, pois já há uma clareza da sua importância nos projetos sociais, como componente cultural que deve ser abordado de forma educativa. O desafio da sociedade civil coloca-se a universidade dentro desta esfera, é superar as políticas esportivas eleitoreiras, para políticas de direito ao esporte; e dialogar com os setores da economia esportiva para valorizar aspectos éticos, frente a uma economia de mercado agressiva que desvalorize o esporte enquanto componente cultural e transmissão de valores.

Frente as considerações apresentadas, a partir da análise habermasiana, não é demais afirmar que o esporte é indispensável na formação do homem e na vida em sociedade, ele tornou-se matriz de socialização e transmissão de valores, forma de sociabilidade moderna, instrumento de educação e também de discussão teórica.

O esporte, como estudado, é parte fundamental da cultura do país, é parte do Mundo da Vida (Habermas, 1987). É representação da identidade nacional, incorporando na sua prática os valores da sociedade. O esporte é espetáculo ritual. Constitui, portanto, fenômeno social observável na vida cotidiana que se articula com símbolos culturais, economia e política (Habermas, 1987).

O esporte pode ser compreendido no âmbito da complexificação sistêmica da sociedade, pois há uma passagem de uma prática desinteressada, para algo que se desenvolve no Sistema Dinheiro (Mercado) e Sistema Poder (Políticas Estatais) (Habermas, 1987). Com isso, observa-se o crescimento das preocupações com o

público, com o consumidor, com a venda, com o espetáculo do corpo, como elemento de consumo e de notável atenção e visibilidade.

Walter Benjamim (1985) via o esporte como pertencimento, isto é, uma proximidade entre atleta e público, uma sensação no público de que ele pode também tomar parte e se posicionar perante o espetáculo ou na sua prática cotidiana. Guy Debord (1997) afirma que a sociedade é espetacularizada, o espetáculo é relação social mediada por imagens.

No sentido apontado acima e articulado com a visão habermasiana (1987) o esporte se transforma de objeto de uso das outras esferas sociais, para ter um papel de destaque, utilizando-as para seu próprio enriquecimento.

O esporte se constitui em poderosa representação de valores e desejos que permeiam o imaginário do século XX e agora do XXI. A superação de limites, o extremo de determinadas situações, a valorização da tecnologia, a consolidação de identidades nacionais, a busca de uma emoção controlada, o exaltar de um certo conceito de corpo, tudo isso está constantemente presente nas competições organizadas no decorrer do século que passou, e por certo continuará presente neste, pelo menos nesta primeira década.

## **REFERÊNCIAS**

- BENJAMIM, W. (1985). *Obras Escolhidas*. v.1. Magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense.
- BETTI, M. (2004). *Violência em Campo*. São Paulo: Unijuí.
- BOURDIEU, P. (2000). *O campo econômico: a dimensão simbólica da dominação*. Campinas: Papyrus.
- BURKE, P. (2004). *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru: Edusp.
- DEBORD, G. (1997). *A Sociedade do Espetáculo*. São Paulo: Contraponto Editora.
- ELIAS, N. (1980). *Introdução à sociologia*. São Paulo: Martins Fontes.
- ELIAS, N. e DUNNING, E. (1992). *Memória e Sociedade a Busca da Excitação*. Lisboa: Difel.



GUTIERREZ, G. ALMEIDA, M. (2005) Norbert Elias vista o Bung Jump. In: CARVALHO, A. e BRANDÃO, C. Introdução a Sociologia da Cultura. São Paulo: Avercamp.

HABERMAS, J. (1987). Teoria de la Acion Comunicativa. Tomo I e Tomo II. Versión Castellana de Manoel Jemenez Redondo. Madri: Taurus, 1987a.

\_\_\_\_\_. Consciência Moral e Agir Comunicativo. Tradução: Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

\_\_\_\_\_. Para a Reconstrução do Materialismo Histórico. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

LUCENA, R.F. (2001). O esporte na cidade: Aspectos do esforço civilizador brasileiro. Campinas: Autores Associados.

MARCHI, W. (2006). Como é possível ser esportivo e sociólogo? In: Gebara, A; Pilatti L (ed) Ensaio sobre história e sociologia nos esportes. Jundiaí: Fontoura, p.159-195

MARQUES, R. F. R.; GUTIERREZ, G. L.; ALMEIDA, M. A. B. de. (2006) Esporte na empresa: a complexidade da integração interpessoal. Revista Brasileira de Educação Física e Esporte. São Paulo, v. 20, n. 1, p. 27-36, jan/mar.

MELO, V.A. (2006). Futebol e cinema: relações. Revista Portuguesa Ciência do Desporto, n.6, v.3, p.362-372.

PILATTI, L. A. (2006). Ensaio sobre história e sociologia nos esportes. In: Gebara, A; Pilatti L (ed) Ensaio sobre história e sociologia nos esportes. Jundiaí: Fontoura, p.159-195.

WEBER, M. (2001). A ética protestante e o espírito do capitalismo. Tradução Vinicius Eduardo Alves. São Paulo, Centauro.

---

PARTE 2

ANÁLISES INTERDISCIPLINARES  
EM SOCIOLOGIA DO ESPORTE:  
APLICAÇÃO NA  
REALIDADE CONCRETA

## **PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, TECNOLOGIA E RELAÇÕES SOCIAIS<sup>3</sup>**

Em virtude do grande avanço tecnológico, e do crescente debate relacionado à deficiência nos últimos anos, este trabalho busca refletir a relação existente entre pessoas com deficiência, tecnologia e relações sociais. Entre todos os tipos de tecnologia, escolhemos enfatizar a Tecnologia Assistiva, que foi desenvolvida especialmente para suprir as necessidades das pessoas com deficiência. Ademais, este estudo busca apontar algumas particularidades relacionadas à sociabilidade das pessoas com deficiência, fazendo uma reflexão sobre como a diferença tem sido reconhecida pela população.

As deficiências correspondem a um desvio ao que é geralmente aceito como estado biomédico normal (padrão) do corpo, e das suas funções. Elas podem ser temporárias ou permanentes, progressivas, regressivas ou estáveis, intermitentes ou contínuas, não apresentando uma relação causal com a etiologia, ou com a forma como se desenvolveram. Um exemplo disso é a perda da visão ou de um membro, que pode resultar de uma anormalidade genética ou de uma lesão. Sendo assim, a presença de uma deficiência implica necessariamente uma causa, no entanto, a causa pode não ser suficiente para explicar a deficiência resultante. Da mesma forma, quando há uma deficiência, há uma disfunção das funções ou estruturas do corpo, mas isto pode estar relacionado com qualquer doença, perturbação ou estado fisiológico (OMS, 2004).

A deficiência pode ser parte, ou a expressão de uma condição de saúde, o que não indica, necessariamente, a presença de uma doença ou que o indivíduo deva ser considerado doente. As deficiências cobrem um campo mais vasto, a perda de uma

---

<sup>3</sup> Renata Ferreira dos Santos, Doutoranda em Educação Física – FEF/UNICAMP

perna, por exemplo, é a deficiência de uma estrutura do corpo, mas não é uma perturbação ou uma doença (OMS, 2004). Se a deficiência é uma situação irreversível, é possível redefinir o conceito de normalidade de modo a ajustá-lo à condição permanente das pessoas. Deste modo, a cegueira, por exemplo, passa a ser a condição normal de uma pessoa cega e, portanto, não faz sentido classificá-la como doente. Da mesma forma, uma pessoa que não pode enxergar porque está com uma inflamação ocular grave é uma pessoa doente, e uma pessoa permanentemente cega é uma pessoa deficiente (MEDEIROS; DINIZ, 2004).

A compreensão da deficiência como parte da área de desenvolvimento social e de direitos humanos é atual e dinâmica, uma vez que esta lhe confere uma dimensão mais personalizada e social. Esta concepção considera que o principal foco a ser observado e valorizado é a pessoa, antes de sua deficiência. Ademais, indica que a pessoa com deficiência tem uma real capacidade de ser o agente ativo de suas escolhas, decisões e determinações sobre a sua própria vida. Sendo assim, a pessoa com deficiência apresenta, antes de tudo, uma história de vida marcada pela posse da deficiência, mas também marcada por outras experiências de vida, como estrutura familiar, contexto sociocultural e nível econômico, e como pessoa, ela mesma fará o gerenciamento de sua própria vida, mesmo que a deficiência, ou física, ou sensorial, ou intelectual, lhe imponha limites (MARTINS, 2008).

### **DEFICIÊNCIA: ESTIGMA, VISIBILIDADE E INVISIBILIDADE**

Silva (2006) afirma que as diferenças são definidas nos parâmetros da sociedade, uma vez que não existe diferença sem um grupo social já formado, que lhe dá sentido. Nisto, é o grupo que coletivamente conceitualiza uma diferença, e lhe emprega importância e valor. A diferença é, portanto, socialmente formulada, devido à existência dos grupos sociais que são definidos pelos tipos de interação e intensidade

dos conflitos. Diante disso, é pertinente questionar sobre a possibilidade de o indivíduo se diferenciar diante de uma realidade que o induz, cada vez mais, a moldar-se ao mundo da produção e da racionalidade tecnológica, que podem ser consideradas como condições adversas para a afirmação das diferenças, e para a participação nos processos coletivos e/ou individuais.

Goffman (1988) considera que as “abominações do corpo”, ou seja, as várias deformidades físicas são um tipo de estigma. Este autor descreve que se um indivíduo (que pode ser recebido na relação social cotidiana) possui um traço, e este traço chama a atenção das pessoas, estas pessoas ao percebê-lo podem afastar-se dele, fato que acaba destruindo a possibilidade de atenção para os seus outros atributos. Isso acontece porque este indivíduo tem um estigma, uma característica diferente da prevista pela sociedade. Além disso, quando um sujeito se depara com um estranho que evidencia um atributo que o torna diferente dos outros, que se encontram em uma categoria na qual ele poderia ser incluído, o sujeito pode considerar que este estranho não é uma criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Esta característica é um estigma, principalmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande. Algumas vezes, o estigma também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem. Ele é usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, todavia, na verdade ele se refere a uma linguagem de relações e não de atributos, pois um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, e por isso, ele não é, em si mesmo, honroso nem desonroso.

A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias. Os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas. As rotinas de relação social em ambientes estabelecidos nos permitem um relacionamento com “outras pessoas” previstas sem

atenção ou reflexão particular. Então, quando um estranho nos é apresentado, os primeiros aspectos nos permitem prever a sua categoria e os seus atributos, a sua “identidade social” (GOFFMAN, 1988, p.11-12).

A partir disso, as pré-concepções que são formadas, são transformadas em expectativas normativas pelas pessoas, em exigências apresentadas de modo rigoroso (GOFFMAN, 1988).

Se no contexto de uma sociedade, a diferença é marcada pela exploração e segregação, cujas causas estão relacionadas às relações de dominação, ela torna-se falsa, não aparecendo como diferença, mas sim como desigualdade (SILVA, 2006).

É necessário que sejam tomadas medidas imediatas, eficazes e apropriadas para promover na sociedade o respeito pelos direitos e pela dignidade das pessoas com deficiência, com o propósito de gerar, inclusive nas famílias, o conhecimento sobre as suas reais condições, para romper essa “invisibilidade”, e dar as pessoas com deficiência o poder de assumir o controle de suas vidas (RESENDE, 2008).

De acordo com Costa (2004), a invisibilidade pública, consiste no desaparecimento intersubjetivo de um homem no meio de outros homens. Já Goffman (1988), em contrapartida, afirma que é através de nossa visão que o estigma dos outros se torna evidente. Em primeiro lugar, a visibilidade de um estigma deve ser diferenciada de sua “possibilidade de ser conhecido”, pois, se o estigma de um sujeito é muito visível, ele será reconhecido assim que o indivíduo entrar em contato com outras pessoas. Em segundo lugar, a visibilidade deve ser diferenciada da intrusibilidade, que é outra de suas bases específicas, quando um estigma é rapidamente perceptível, permanece a questão de se saber até que ponto ele interfere com o fluxo da interação. E em terceiro lugar, a visibilidade de um estigma (assim como a intrusibilidade) deve ser dissociada de algumas contingências do que pode ser chamado de seu “foco de percepção”, por exemplo, quando as pessoas consideradas normais desenvolvem concepções fundamentadas

objetivamente ou não, referentes à esfera de atividade vital, que desqualificam o portador de um estigma: uma pessoa com paralisia cerebral pode não só ser vista como incômoda numa situação face-a-face, mas também induzir a sensação de que ela não é eficiente ao desempenhar tarefas solitárias. Sendo assim, a questão da visibilidade deve ser diferenciada da “possibilidade de conhecimento” de um atributo, sua “intrusibilidade” e seu “foco de percepção”. Isso elimina a afirmativa de que o público em geral está comprometido com aquilo que ele observa.

Se a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas, assim como os atributos que serão considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias, conforme aponta Goffman (1988), mudanças são possíveis, se elas forem iniciadas na mentalidade da população como um todo, e implementadas pela mesma. Não se pode considerar natural que pessoas sofram danos por serem estigmatizadas, ou despercebidas como se fossem invisíveis, seja por meio de exclusão, preconceito, rejeição, entre outros. Isso ocorre a partir do momento que a deficiência é colocada antes da pessoa, e não a pessoa antes da deficiência. Nenhuma deficiência é capaz de diminuir, ou mesmo fazer desaparecer, a essência de um homem, ele não deixa de ser o que é, por causa de uma condição física, motora ou intelectual, não deixa de ser uma pessoa como qualquer outra que possa ser apresentada como “normal”. As diferenças podem ser distintas, as limitações ou incapacidades dessemelhantes, mas pessoas são pessoas, e merecem ser vistas como tal.

Diniz e colaboradores (2009) explicam que existem pelo menos duas maneiras de entender a deficiência. A primeira entende a deficiência como uma manifestação da diversidade humana, considerando que um corpo com impedimentos é o de alguém que vivencia impedimentos de ordem física, intelectual ou sensorial. Nisto, são as barreiras sociais que, ao ignorar os corpos com impedimentos, provocam a experiência da desigualdade, e sendo assim, a opressão não é um atributo dos impedimentos

corporais, mas sim o resultado de sociedades não inclusivas. A segunda forma de entender a deficiência sustenta que ela é uma desvantagem natural, e por isso, os esforços devem se concentrar em reparar os impedimentos corporais, com o objetivo de garantir a todas as pessoas um padrão de funcionamento típico à espécie. Nesse movimento interpretativo, os impedimentos corporais são classificados como indesejáveis, e não como uma expressão neutra da diversidade humana, tal como se deve entender a diversidade racial, geracional ou de gênero. Por isso, o corpo com impedimentos deve se submeter à metamorfose para a normalidade, seja pela reabilitação, pela genética ou por práticas educacionais. Essas duas formas de entender a deficiência não são excludentes, mesmo que estas apontem para diferentes ângulos do desafio imposto pela deficiência no campo dos direitos humanos.

Diniz e colaboradores (2009, p. 65) afirmam que “Habitar um corpo com impedimentos físicos, intelectuais ou sensoriais é uma das muitas formas de estar no mundo”. Corroborando com este pensamento, Martins (2008) explica que a sociedade torna-se menos excludente, e conseqüentemente mais inclusiva, na medida em que reconhece a diversidade humana, como também as necessidades específicas que todos os segmentos sociais apresentam, incluindo as pessoas com deficiência, com o objetivo de promover ajustes razoáveis e correções que são imprescindíveis para o seu desenvolvimento pessoal e social. As deficiências representam o parâmetro mais eficaz para revelar a diversidade humana, visto que assinalam as várias formas de ser que a pessoa pode exercer, e que fogem de um padrão tradicional de ser e perceber. Nas pessoas com deficiência, podemos observar as várias formas de ser como pessoa, que são erroneamente reconhecidas como especiais ou extraordinárias, mas que realizam apenas a condição humana de estar no mundo de um modo diferente. Ao analisarmos mais profundamente esta questão, vamos verificar que a diferença é apenas o modo como podemos exercer outras formas de ser. Alguns exemplos disso, são as pessoas



que escrevem com os pés, se comunicam por gestos ou expressões faciais, ouvem pela leitura labial ou por meio de recursos ou técnicas específicas, enxergam com as mãos ou com instrumentos como a bengala, ou caminham por meio de uma cadeira de rodas.

A desvantagem social vivenciada pelas pessoas com deficiência não é uma sentença da natureza, mas sim o resultado de um movimento discursivo da cultura da normalidade, visto que esta descreve os impedimentos corporais como abjetos à vida social (DINIZ; et al. 2009).

### **TECNOLOGIA ASSISTIVA**

É visível uma crescente mudança, embora lenta, em vários aspectos da vida das pessoas que apresentam algum tipo de deficiência, como a elaboração da legislação concernente aos direitos das pessoas com deficiência, e a produção de conhecimento (SILVA; ARAÚJO, 2010).

No dia 16 de novembro de 2006, foi instituído pela Portaria nº. 142, o Comitê de Ajudas Técnicas (CAT), estabelecido pelo Decreto nº. 5.296/2004 no âmbito da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR), na perspectiva de aperfeiçoar, dar transparência e legitimidade ao desenvolvimento da Tecnologia Assistiva no Brasil. O conceito aprovado e adotado por este Comitê estabelece que:

Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (BRASIL, 2009, p. 9).

Para Galvão Filho e Damasceno (2008), a Tecnologia Assistiva é toda e qualquer ferramenta, recurso ou processo utilizado com o objetivo de proporcionar uma maior independência e autonomia às pessoas com deficiência ou dificuldades. Sendo assim, ela engloba desde artefatos simples, como uma colher adaptada ou um lápis com uma empunhadura mais grossa para facilitar a preensão, até sofisticados programas especiais de computador que visam à acessibilidade.

A Tecnologia Assistiva é fruto da aplicação de avanços tecnológicos em áreas já estabelecidas. Ela é uma disciplina de domínio de profissionais de várias áreas do conhecimento, que interagem para restaurar a função humana, sendo assim, a Tecnologia Assistiva diz respeito à pesquisa, fabricação, uso de equipamentos, recursos ou estratégias utilizadas para potencializar as habilidades funcionais das pessoas com deficiência (BRASIL, 2009).

Alcoba (2008) aponta que ter acesso aos mesmos bens que as demais pessoas têm é um direito das pessoas com deficiência, que não lhe pode ser tirado, mesmo que a sua chegada obrigue a repensar e modificar o modo como as coisas são feitas, neste caso, utilizando a Tecnologia Assistiva.

A pessoa com deficiência tem direito à sua diferença no exercício da atividade a qual se propôs e esta diferença não pode ser motivo para a sua exclusão, se ela pode exercer um papel no campo em que busca se inserir, mesmo que precise se utilizar de estratégias e ferramentas diferentes do que é comum fazer-se. E por fim, que a sua capacidade não pode de forma alguma ser definida por outra pessoa que não ela mesma, pois que seria um "atrevimento ou maldade" (ALCOBA, 2008, p.7).

A sociedade precisa diariamente se adaptar às necessidades das pessoas com deficiência, dividindo seus espaços com igualdade e, principalmente, com respeito e

aceitação às diferenças. A Tecnologia Assistiva pode contribuir para isso, por comportar todo o arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar as habilidades funcionais de pessoas com deficiência, e como consequência disso, promover vida independente e inclusão (ROCHA, MIRANDA, 2009).

É importante enfatizar que a escolha dos recursos de acessibilidade de Tecnologia Assistiva a serem utilizados, deve partir de um estudo pormenorizado e individual, com cada pessoa com deficiência. Este estudo deve ter início com uma análise detalhada e compreensão aprofundada de suas necessidades, para que os recursos que melhor respondam a essas necessidades sejam optados. O uso de todas as possibilidades e recursos de Tecnologia Assistiva ajuda a deixar mais evidente o enorme potencial de desenvolvimento e aprendizagem que as pessoas com diferentes tipos de deficiência têm. Isto muitas vezes, pode não ser transparente ou perceptível nas interações corriqueiras do dia-a-dia, na ausência desses recursos (GALVÃO FILHO, 2009).

As Tecnologias Assistivas também podem ter uma interface com o estigma. Existe uma certa ambiguidade em relação a essas tecnologias, pois elas não eliminam a fonte do estigma por meio das “correções” pelos recursos técnicos, este é um fato, que muitas vezes é desconsiderado nos processos de desenvolvimento de tais dispositivos. Em alguns casos, o próprio uso de próteses, cadeira de rodas, entre outros, tornou-se fonte de estigma nas aparições públicas, devido à visibilidade que dão à sua diferença, exacerbando-a (MARTINS, BARSAGLINI; 2011).

O uso das Tecnologias Assistivas, principalmente as de difícil camuflagem, pode estar associado ao que Goffman (1988) denominou de símbolos estigmatizantes que, como as marcas corporais, transmitem informações sociais que despertam a atenção sobre a diferença, e reduzem, conseqüentemente, a valorização da pessoa. Neste sentido, podemos citar a cadeira de rodas, as bengalas, muletas, coletes andadores,

carro/ônibus adaptado, o benefício de prestação continuada, e o próprio logotipo oficial da deficiência (que exhibe uma pessoa numa cadeira de rodas) comumente exposto em automóveis, vagas reservadas, banheiros adaptados, entre outros (MARTINS, BARSAGLINI; 2011).

## **RELAÇÕES SOCIAIS E PRECONCEITO**

Goffman (1988) afirma que quando os normais e os estigmatizados, neste caso, as pessoas sem e com deficiência, respectivamente, se encontram na presença uns dos outros, especialmente na tentativa de manterem uma conversação, ambos enfrentam diretamente as causas e os efeitos do estigma. O indivíduo estigmatizado pode descobrir que tem insegurança com relação à forma com que os normais podem identificá-lo e recebê-lo. Ademais, o indivíduo estigmatizado (pelo menos o “visivelmente” estigmatizado), terá motivos para sentir que as situações sociais mistas provam uma interação angustiada. E isso acontece da mesma forma com os normais, que podem pensar que o indivíduo estigmatizado é muito agressivo ou é muito tímido e que, nestes casos, ele está pronto para ler significados não intencionais em suas ações. As pessoas normais também podem sentir que, ao mostrarem sensibilidade e interesse diretos pela situação do indivíduo estigmatizado, elas estarão se excedendo, ou, se elas se esquecerem que ele tem um defeito, provavelmente lhe farão exigências impossíveis de serem cumpridas.

Quando um indivíduo adquire tarde um estigma, as dificuldades que sente para estabelecer novas relações podem, aos poucos, estender-se às antigas. As pessoas com as quais ele estabelece um relacionamento depois do estigma podem vê-lo simplesmente como uma pessoa que tem um defeito, enquanto que, as amizades anteriores, à medida que estão vinculadas à concepção do que ele foi, podem não

conseguir tratá-lo, nem com um tato formal, nem com uma aceitação familiar total (GOFFMAN, 1988).

Para Ohi e colaboradores (2009), a convivência entre pessoas com e sem deficiência, que é marcada pelo rebaixamento do outro, passa a ser alvo do preconceito pelo fato da possibilidade de reflexão a respeito da experiência de contato ser impedida. Sendo assim, o preconceito é introjetado por nós, na medida em que o incorporamos por medo do que aconteceria caso não o fizéssemos, ou seja, é o medo de sermos os próximos a não serem aceitos, que nos leva a apontar para um outro que pertence a uma categoria já estigmatizada socialmente. Diante disso, podemos afirmar que o preconceito é uma maneira, mesmo que precária, de lidar com os conflitos presentes ao longo de nossas vidas. Assim, podemos concluir que todo indivíduo, por passar por esse processo de socialização para se adaptar à sociedade, é preconceituoso.

Goffman (1988) afirma que muitas atitudes dos normais são guiadas pela sua falta de conhecimento, e não tem, na realidade, nenhuma intenção maldosa. Estas pessoas precisam, portanto, ser ajudadas a agir delicadamente, e suas observações indelicadas de menosprezo e desdém não devem ser respondidas da mesma forma. O indivíduo estigmatizado deve oferecer atenção a elas, ou então, fazer um esforço no sentido de uma reeducação complacente do normal, mostrando-lhe que a despeito das aparências, ele é de fato, um ser humano completo.

Maciel (2000) destaca que a falta de conhecimento da sociedade geralmente faz com que a deficiência seja considerada uma doença crônica, um peso ou um problema. O estigma da deficiência é algo grave, uma vez que acaba transformando as pessoas cegas, surdas e com deficiências intelectuais ou físicas em seres incapazes, indefesos, sem direitos, sempre deixados para o segundo lugar na ordem das coisas. Superar este estigma exige muito esforço.

Para combater o preconceito, ou mesmo, proteger-se dele, a pessoa que carrega um estigma pode, muitas vezes, tentar corrigir a sua condição indiretamente, dedicando um grande esforço individual ao domínio de áreas de atividades consideradas fechadas para pessoas com o seu defeito, por motivos físicos e circunstanciais (GOFFMAN, 1988). Como estratégia de ajuste, as pessoas podem buscar um abrandamento da sua diferença, não com o propósito de equacionar a falta de uma parte ou função do corpo, mas sim pelo comportamento capaz. A pessoa com deficiência, ao romper as suas próprias limitações na realização de tarefas cotidianas, institui, para si, um sistema de compensação moral, que se revela no esforço para suprir a desigualdade física, resgatando sua dignidade e facilitando sua inclusão nas relações sociais, embora, no caso, pareça que a responsabilidade se debruça exageradamente na vontade individual, descurando-se de fatores externos que condicionam tal processo (MARTINS, BARSAGLINI; 2011).

Para Marcuse (1998, p. 61),

O Outro é “a morte oculta de minhas possibilidades”; o Outro é aquele que usurpa meu mundo, que me faz “objeto de avaliação e estimacão”, que me atribui “valor”. “Assim, o ser visto me constitui como um ser sem defesa para uma liberdade que não é a minha liberdade. Nesse sentido, podemos considerar-nos ‘escravos’, na medida em que aparecemos ao outro. Mas esta escravidão não é resultado – histórico e suscetível de ser superado – de uma vida, na forma abstrata da consciência.

Para conversar com alguém é preciso reconhecer que ali existe alguém, alguém fora de mim, alguém que é diferente de mim, mas que, não deixa de ser alguém por isso, e assim pode haver conversa. A experiência de alteridade – a experiência de reconhecer alguém num outro – e não qualquer coisa fora de mim, ou diferente de mim, passa necessariamente pela certeza de que não estamos sós no mundo. Imaginar que

somos todos idênticos é, primeiramente, imaginar que cada um de nós está só consigo mesmo (COSTA, 2004).

Para Ohl e colaboradores (2009, p. 247),

Em nossa sociedade, necessariamente, o processo de individualização passa pela formação de preconceitos que se referem a diversas categorias humanas como, por exemplo, a mulher, o negro, o homossexual, o deficiente etc., o que denota que o sentimento de preconceito está menos implicado com as características dos alvos de preconceito, que são diferentes entre si. É nesse sentido que o preconceito diz mais respeito às necessidades do preconceituoso do que às características dos agrupamentos a que se refere. Cada alvo de preconceito desencadeia, no preconceituoso, afetos diversos, relacionados a conteúdos psíquicos distintos para cada um deles, porém reunidos por uma mesma impossibilidade: a de se haver a experiência de contato com a alteridade.

Na realidade, o estigma não envolve um conjunto de indivíduos concretos que podem ser divididos em duas categorias, a de estigmatizados e a de normais, mas é um processo social de dois papéis nos quais cada indivíduo participa de ambos, pelo menos em algumas conexões e em algumas fases da vida (GOFFMAN, 1988). Ou seja, o normal e o estigmatizado não são pessoas, e sim perspectivas que são geradas em situações sociais durante os contatos mistos, em virtude de normas não cumpridas que provavelmente não atuam sobre o encontro (GOFFMAN, 1988, p. 148-149).

Os atributos duradouros de um indivíduo podem fazer com que ele represente um determinado tipo de papel na sociedade. Ele pode desempenhar o papel de estigmatizado em quase todas as suas situações sociais, tornando natural que os demais se refiram a ele como uma pessoa estigmatizada, que usufrui de uma situação de vida que o coloca em oposição aos normais. Todavia, os atributos específicos que o estigmatizam, não determinam a natureza dos dois papéis (o normal e o estigmatizado),

mas apenas a frequência com que ele desempenha cada um destes. Diante disto, partindo do princípio de que aquilo que está envolvido são os papéis em interação, e não os indivíduos concretos, um estigmatizado num determinado aspecto, pode também apresentar preconceitos normais contra os que são estigmatizados em outro aspecto, e isso não deve ser considerado uma surpresa. Quanto mais o indivíduo se aliar aos normais, mais ele se considerará em termos não estigmáticos, embora haja contextos em que o oposto parece realidade (GOFFMAN, 1988).

A luta contra coletividades opressoras permanece viva e se direciona a todas as pessoas, por cima das contradições e das convenções sociais. Nenhum indivíduo é dispensado do fardo de sua existência, mas também ninguém lhe prescreve o que pode e deve fazer, exceto a lei que existe em seu próprio peito. O ideal seria que todas as leis e formas de governo humanas tivessem apenas uma finalidade, a de que cada um, sem ser molestado, pudesse exercitar as suas forças, e alcançar uma fruição mais bela e mais livre de vida (MARCUSE, 1998).

Pessoas com deficiência podem se locomover com o auxílio de órteses e próteses, conseguem manusear objetos e equipamentos, mesmo na ausência de algumas funções do corpo, graças às adaptações, tem oportunidade de se comunicar e manterem-se informadas via Internet, por meio de softwares e hardwares específicos, como todas as pessoas ditas normais, e estes são apenas alguns exemplos de possibilidades oferecidas pelas Tecnologias Assistivas. Elas permitem que uma pessoa faça aquilo que talvez pensasse que nunca mais voltaria a fazer, por conta de sua deficiência.

As Tecnologias Assistivas também podem ter uma interface com o estigma. Por mais que elas busquem promover a funcionalidade e a participação de pessoas com deficiência de forma independente, elas não eliminam a fonte do estigma, pois em alguns casos, elas acabam maximizando a diferença. Uma cadeira de rodas é feita para



uma pessoa com deficiência física/motora, assim como uma bengala para uma pessoa cega e um aparelho auditivo para uma pessoa surda, estas são tecnologias muito específicas, que podem dar margens a rotulações. Algumas destas tecnologias, se não forem visualizadas em um primeiro momento, podem fazer com que a deficiência seja até mesmo despercebida.

Mas, por outro lado, deve-se destacar também que, quanto mais as pessoas com deficiência tornam-se independentes com o auxílio de tecnologias, mais elas se aproximam do comportamento “normal” exercido pelas pessoas sem deficiência, o que acaba minimizando a diferença.

Todavia, cabe lembrar que o estigma, na verdade não se refere a uma pessoa, mas sim a um determinado tipo de papel social que precisa ser desempenhado por alguém.

Embora o preconceito ainda exista, com o passar dos anos, ele tem diminuído, principalmente como reflexo da legislação concernente aos direitos das pessoas com deficiência, defendidos pela ONU e reconhecidos internacionalmente. O que não podemos permitir é que o preconceito, ao invés de eliminado, se torne “velado” dentro da sociedade, escondido por respeito (ou mesmo temor) a uma questão política, e não por uma verdadeira conscientização pública.

## REFERÊNCIAS

ALCOBA, Susie de Araújo Campos. **Estranhos no ninho**: a inclusão de alunos com deficiência na Unicamp. Tese (doutorado). Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. Campinas, 2008.

BRASIL. Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Comitê de Ajudas Técnicas. **Tecnologia Assistiva**. Brasília: CORDE, 2009.

COSTA, Fernando Braga. **Homens invisíveis**: relatos de uma humilhação social. São Paulo: Globo, 2004.

DINIZ, Débora; BARBOSA, Lívia; SANTOS, Wederson Rufino. Deficiência, direitos humanos e justiça.

**Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 6, n. 11, p. 65-77, dez. 2009.

GALVÃO FILHO, Teófilo Alves. Acessibilidade tecnológica. In: DÍAZ, Feliz; BORDAS, Miguel; GALVÃO, Nelma; MIRANDA, Theresinha (orgs.). **Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas**. Salvador: EDUFBA, 2009.

GALVÃO FILHO, Teófilo Alves; DAMASCENO, Luciana Lopes. Programa InfoEsp: Premio Reina Sofia 2007 de Rehabilitación y de Integración. In: **Boletín del Real Patronato Sobre Discapacidad, Ministerio de Educación, Política Social y Deporte**. Madri, Espanha, n. 63, p. 14-23, abr. 2008.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4ª edição. Editora Guanabara, 1988.

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. **Revista Perspectiva**, v. 14, n. 2, p. 51-56, abr./jun. 2000.

MARCUSE, Herbert. **Cultura e sociedade**. V. 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MARTINS, José Alves; BARSAGLINI, Reni Aparecida. Aspectos da identidade na experiência da deficiência física: um olhar socioantropológico. **Interface** (Botucatu), v. 15, n. 36, p. 109-122, jan./mar. 2011.

MARTINS, Lília Pinto. Definições. In: **A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – Versão Comentada –** Coordenação de Ana Paula Crosara Resende e Flavia Maria de Paiva Vital. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008.

MEDEIROS, Marcelo; DINIZ, Débora. **Envelhecimento e deficiência**. Série Anis 36, Brasília, Letras Livres, 2004. Disponível em: [http://www.anis.org.br/serie/artigos/sa36\(medeirosdiniz\)idososdefici%C3%Aancia.pdf](http://www.anis.org.br/serie/artigos/sa36(medeirosdiniz)idososdefici%C3%Aancia.pdf). Acesso em: 23 mar. 2014.

OHL, Nathalie Guerreiro; ANGELUCCI, Carla Biancha; NICOLAU, Aneline Menezes; HONDA, Caroline. Escolarização e preconceito: lembranças de jovens com e sem deficiência. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional** (ABRAPEE), v. 13, n. 2, p. 243-250, jul./dez. 2009.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **CIF**: Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. 2004. Disponível em: [http://www.inr.pt/uploads/docs/cif/CIF\\_port\\_%202004.pdf](http://www.inr.pt/uploads/docs/cif/CIF_port_%202004.pdf). Acesso em: 16 mar. 2014.

RESENDE, Ana Paula Crosara. Igualdade e não discriminação. In: RESENDE, Ana Paula Crosara; VITAL, Flavia Maria de Paiva (coord.) **A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – Versão Comentada**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008.

ROCHA, Telma Brito; MIRANDA, Theresinha Guimarães. A inclusão de alunos com deficiência no ensino superior: uma análise de seu acesso e permanência. In: DÍAZ, Félix; BORDAS, Miguel; GALVÃO, Nelma; MIRANDA, Theresinha (orgs.). **Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas**. Salvador: EDUFBA, 2009.

SILVA, Luciene Maria. A deficiência como expressão da diferença. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v. 44, n. 44, p. 111-133, dez. 2006.

SILVA, Rita de Fátima; ARAÚJO, Paulo Ferreira. Pessoa em Condição de Deficiência e Aspectos da Qualidade de Vida. In: VILARTA, Roberto; GUTIERREZ, Gustavo Luis, MONTEIRO, Maria Inês (orgs.). **Qualidade de vida: evolução dos conceitos e práticas no século XXI**. Campinas: Ipes, 2010.

---

## **A FORMAÇÃO DE TREINADORES ESPORTIVOS NO BRASIL: CONQUISTAS E POSSIBILIDADES<sup>4</sup>**

Alcançar o sucesso esportivo internacional tornou-se cada vez mais importante para um número crescente de países e várias são as tentativas de explicar os fatores que definem tal êxito. Segundo o modelo teórico desenvolvido por DeBosscher, De Knop, Van Bottenburg, Shibli e Bingham (2009) existem nove áreas que são fundamentais para este propósito como a organização e estrutura das políticas esportivas, o suporte financeiro, a participação esportiva, o sistema de identificação e desenvolvimento de talentos, o desenvolvimento da carreira do atleta, a disponibilidade de instalações esportivas para treinamentos e competições, o suporte e desenvolvimento dos técnicos, as competições nacionais e internacionais, e finalmente o uso da pesquisa científica e inovação no esporte.

A qualidade e a quantidade de treinadores é fator crucial em cada nível do *continuum* de desenvolvimento do esporte. No nível mais alto de rendimento dois critérios surgem na comparação de como as políticas impactam o desenvolvimento de treinadores de elite. O primeiro aspecto considera a qualidade e organização de certificação dos sistemas de formação profissional e como nações tentam desenvolver ou atrair os melhores treinadores. O segundo aspecto diz respeito às circunstâncias individuais de vida dos treinadores de alto nível. Em muitos países, é difícil muitas vezes se tornar um treinador profissional, devido à falta de reconhecimento do trabalho pelo

---

<sup>4</sup> Prof.ª Dr.ª Ana Lúcia Padrão Dos Santos - Escola de Educação Física e Esporte – USP- São Paulo – São Paulo – Brasil, ana.padrao@usp.br

Estado, e o ausente ou insuficiente sistema de apoio para o desenvolvimento de carreira. (BINGHAM e SHIBLI, 2008)

De acordo com a European Network of Sport Science, Education & Employment - ENSSEE (2007) os treinadores desempenham um papel central no fornecimento de experiências esportivas para atletas de todas as idades e níveis de habilidade, e para cumprir esta função devem ter competência e formação adequadas, tendo em conta as características do grupo com quem trabalham. Espera-se que o foco do trabalho seja o bem estar dos indivíduos associado à otimização do desempenho. Conseqüentemente, é fundamental que ocorra o desenvolvimento e manutenção de elevado nível de formação que viabilize a conciliação do conhecimento científico a experiência profissional em todos os níveis de formação de treinadores, de modo a qualificá-los desde o nível inicial até o mais elevado nível de expertise. O International Council for Coaching Educação – ICCE (2010) reitera tais princípios ao afirmar que entre os desafios mundiais para formação de treinadores estão a identificação, desenvolvimento e avaliação das competências de treinadores em todos os níveis, a criação de oportunidades de educação para os treinadores de modo a capacitá-los a aliar teoria e prática, a criação de sistemas de incentivo a aprendizagem contínua e desenvolvimento profissional, e o desenvolvimento de um sistema de ensino flexível que permita ao profissional estudar na hora, local e frequência que sejam adequados as suas necessidades.

## **CONQUISTAS: FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL**

A formação de treinadores esportivos no país passou por significativas transformações nas últimas duas décadas, decorrentes da regulamentação da profissão,

das alterações nas diretrizes curriculares nacionais para cursos de Educação Física e da própria demanda social.

No Brasil a Lei 9696 de 1º de setembro de 1998 determina que:

Compete ao Profissional de Educação Física coordenar, planejar, programar, supervisionar, dinamizar, dirigir, organizar, avaliar e executar trabalhos, programas, planos e projetos, bem como prestar serviços de auditoria, consultoria e assessoria, realizar treinamentos especializados, participar de equipes multidisciplinares e interdisciplinares e elaborar informes técnicos, científicos e pedagógicos, todos nas áreas de atividades físicas e do desporto. (BRASIL, 1998)

Esta lei explicita que são considerados profissionais de Educação Física os indivíduos que possuem diploma no ensino superior na área de Educação Física e que estão registrados no sistema constituído pelo Conselho Federal de Educação Física e pelos Conselhos Regionais de Educação Física. Deve-se ressaltar que a necessidade de diploma no ensino superior implica na exigência de estudos que tenham a duração de, no mínimo, quatro anos e 3.200 horas, e que tais cursos contemplem em seus projetos pedagógicos competências de natureza político-social, ético-moral, técnico profissional, e científica. (BRASIL, 1998; BRASIL, 2004a; BRASIL, 2009) Destaca-se na Resolução nº 7 de 2004 a determinação de que “a formação do graduado em Educação Física deve assegurar a indissociabilidade teoria-prática por meio da prática com o componente curricular, estágio profissional curricular supervisionado e atividades complementares”. (BRASIL, 2004a, p. 19)

Além disso, a qualidade do ensino superior é monitorada de acordo com a Lei nº 10.861 que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES que tem por função garantir nacionalmente o processo de avaliação do desempenho

acadêmico dos estudantes, da qualidade dos cursos de graduação e das instituições de ensino superior. (BRASIL, 2004b) Este cenário estabelece para a formação inicial dos treinadores esportivos um conjunto de exigências que tem por função garantir uma condição inicial mínima de qualidade para o exercício profissional.

Para Mallett, Trudel, Lyle e Rynne (2009) o ensino formal tem a vantagem de ofertar experiências de aprendizagem organizadas, com acesso a especialistas, procedimentos formais de avaliação, controle da qualidade do processo e medidas de reconhecimento das atividades realizadas como as certificações, por exemplo. Além disso, a aprendizagem que ocorre na educação formal, como é o caso do ensino superior, tem a capacidade de desenvolver o pensamento crítico do aluno, o que constitui um fator vital para o sucesso contínuo dos treinadores, especialmente no que corresponde ao alto rendimento.

Além do aspecto da formação, outro fator que merece destaque é a atuação profissional dos treinadores esportivos e neste caso é apropriado analisar a função do Conselho Federal de Educação Física – CONFEF, que em seu estatuto esclarece que:

Tem o Sistema CONFEF/CREFs poder delegado pela União para normatizar, orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício das atividades próprias dos Profissionais de Educação Física e das pessoas jurídicas, cuja finalidade básica seja a prestação de serviços nas áreas das atividades físicas, desportivas e similares. (...) O Sistema CONFEF/CREFs regula, regulamenta, fiscaliza e orienta o exercício profissional, além de defender os interesses da sociedade em relação aos serviços prestados pelo Profissional de Educação Física e pelas pessoas jurídicas nas áreas de atividades físicas, desportivas e similares. (CONFEF, 2010)

Para cumprir sua função o CONFEF adota alguns documentos que tem como objetivo nortear a prática profissional em todo país, dentre eles o Código de Ética que estipula os direitos e deveres dos beneficiários das ações e dos destinatários das intervenções bem como princípios e diretrizes para o exercício da profissão. (CONFEF, 2013)

Como deveres profissionais estabelecidos pelo Código de Ética destacam-se no artigo 6<sup>a</sup> do Capítulo III:

II - zelar pelo prestígio da Profissão, pela dignidade do Profissional e pelo aperfeiçoamento de suas instituições;  
III - assegurar a seus beneficiários um serviço profissional seguro, competente e atualizado, prestado com o máximo de seu conhecimento, habilidade e experiência;  
(...) XII - manter-se atualizado quanto aos conhecimentos técnicos, científicos e culturais, no sentido de prestar o melhor serviço e contribuir para o desenvolvimento da profissão; (CONFEF, 2013)

Dentre os direitos dos profissionais descritos no Código de Ética cabe ressaltar:

III - requerer desagravo público ao Conselho Regional de Educação Física sempre que se sentir atingido em sua dignidade profissional; [...] V - participar de movimentos de defesa da dignidade profissional, principalmente na busca de aprimoramento técnico, científico e ético; [...] VII - receber salários ou honorários pelo seu trabalho profissional. (CONFEF, 2013)

Finalmente, outro tópico que merece menção diz respeito à remuneração profissional, que segundo o Código de Ética deve considerar as condições, equipamentos e instalações para a prestação de serviço; a relevância, complexidade, o



tempo despendido no trabalho; a possibilidade ou não do profissional assumir outros compromissos trabalhistas; a eventualidade ou estabilidade do cargo; os deslocamentos necessários para o cumprimento de suas funções; a competência profissional exigida; a oferta de trabalho e os valores médios de remuneração praticados no mercado. Indica-se ainda que as condições de remuneração devem ser definidas previamente e preferencialmente em contrato. (CONFEEF, 2013)

A legislação supracitada de algum modo norteia a formação inicial dos treinadores esportivos bem como define parâmetros para sua atuação profissional, o que representa uma conquista importante para o desenvolvimento profissional de treinadores de todas as modalidades esportivas no Brasil, e está em consonância com instituições internacionais como o International Council of Coach Education e o European Coaching Council que tem como missão promover o desenvolvimento de treinadores em toda a Europa, fornecendo referências claras para a educação, desenvolvimento, qualificação e trabalho dos treinadores, sendo tais parâmetros utilizados pelos países membros da União Européia, federações internacionais, instituições de ensino superior e outras organizações esportivas. (INTERNATIONAL COUNCIL FOR COACHING EDUCATION, 2010)

### **DESAFIOS: COMPETÊNCIAS E QUALIFICAÇÃO PERMANENTE**

O aspecto legal é um importante fator de legitimidade profissional, porém o reconhecimento pleno da profissão depende também da qualidade real do profissional, associadas às habilidades, competências e atitudes fundamentadas no conhecimento especializado e atualizado da área. (SANTOS, 2008)

Em consulta direta ao CONFEEF por meio eletrônico apurou-se que em 2014 o total de profissionais registrados no conselho era de 337.357 indivíduos, incluindo os provisionados, os licenciados que tiveram sua formação de acordo com a Resolução

CNE nº 3 de 1987 e os licenciados e bacharéis que tiveram sua formação de acordo com a Resolução CNE nº 7 de 2004 e a Resolução CNE nº 4 de 2009. (BRASIL 1987; BRASIL, 2004a; BRASIL, 2009)

Este número expressivo de profissionais na área representa uma potencialidade para o desenvolvimento do esporte no país, mas lamentavelmente os dados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE, evidenciam que ainda são necessários muitos avanços para melhorar a qualidade dos profissionais que ingressam no mercado de trabalho. Esta avaliação apresenta questões de múltipla escolha e discursivas e é constituída de duas partes. A primeira parte da prova diz respeito a formação geral do profissional. Segundo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira - INEP,

[...] no Componente de Formação Geral, foram verificadas as capacidades dos graduandos de ler e interpretar textos; analisar e criticar informações; extrair conclusões por indução e/ou dedução; estabelecer relações, comparações e contrastes em diferentes situações; detectar contradições; fazer escolhas valorativas avaliando consequências; questionar a realidade; e argumentar coerentemente. Foram ainda verificadas as seguintes competências: projetar ações de intervenção; propor soluções para situações-problema; construir perspectivas integradoras; elaborar sínteses; e administrar conflitos. (INEP, 2011, p. 6)

A segunda parte da prova diz respeito à formação específica na área de Educação Física, a qual avaliou se determinadas competências e habilidades foram desenvolvidas durante seu processo de formação. São elas:

a) dominar conhecimentos (conceituais, procedimentais e atitudinais) específicos da Área e aqueles advindos das ciências e Áreas afins, orientados por valores

sociais, morais, éticos e estéticos próprios de uma sociedade histórica, plural e democrática; b) ser capaz de pesquisar, conhecer, compreender, analisar e avaliar a realidade social para nela intervir científica e profissionalmente, por meio das manifestações e expressões do movimento humano, tematizadas nas diferentes formas e modalidades do exercício físico/atividade física, da ginástica, do jogo, do esporte, da luta/arte marcial e da dança; c) ser capaz de acompanhar as transformações acadêmico-científicas da Área e de Áreas afins mediante a análise crítica da literatura especializada e uso de recursos da tecnologia da informação e da comunicação, com o propósito de contínua atualização e produção acadêmico-profissional; d) dominar a leitura e a escrita como instrumentos de desenvolvimento profissional contínuo, adotando atitude de flexibilidade e disponibilidade para mudanças, inovações e empreendedorismo; e) dominar conhecimentos técnico-científicos para intervir nos campos da prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde (nos níveis primário, secundário e terciário), da formação cultural, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de exercícios físicos/atividades físicas, esportivas e de lazer, bem como atendimentos emergenciais em primeiros socorros; f) ser capaz de diagnosticar os interesses, as expectativas e as necessidades dos indivíduos (crianças, jovens, adultos, idosos, pessoas com deficiências, de grupos e comunidades especiais) de modo a planejar, prescrever, ensinar, orientar, assessorar, supervisionar, controlar e avaliar projetos e programas de exercícios físicos/atividades físicas, esportivas e de lazer; g) ser capaz de conhecer, dominar, produzir, selecionar e avaliar os efeitos da aplicação de diferentes técnicas, instrumentos, equipamentos, procedimentos e metodologias para a produção e a intervenção profissional; e h) dominar conhecimentos para participar, assessorar, coordenar, liderar

e gerenciar equipes multiprofissionais para definição e operacionalização de políticas públicas e institucionais próprias da Área e Áreas afins. (INEP, 2011, p. 7-8)

Os resultados do ENADE 2010 indicam que os alunos concluintes não conseguiram sequer acertar metade da prova, como mostra a Figura 1.

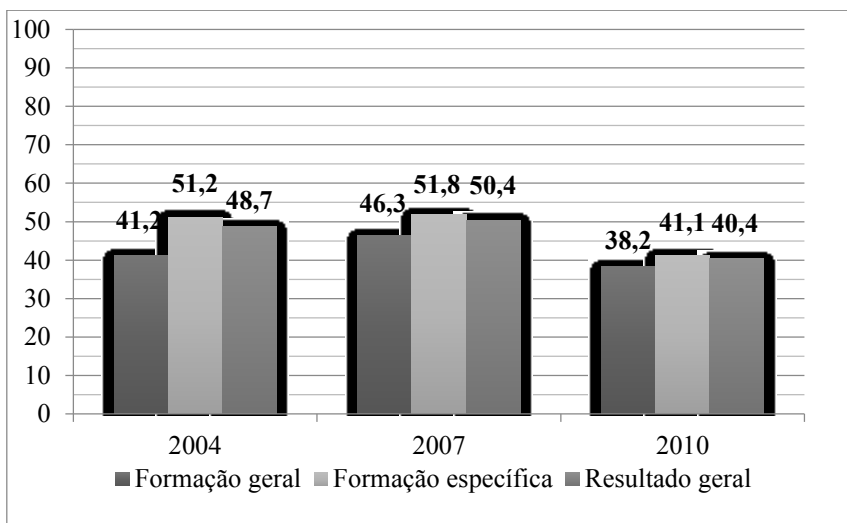


Figura 1 – Porcentagem de acerto dos componentes do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE em 2004, 2007 e 2010, em relação ao grupo de concluintes. (INEP, 2005; INEP, 2008; INEP, 2011).

Estes dados mostram que mesmo as gerações mais jovens de treinadores já ingressam no mercado de trabalho com lacunas significativas na sua formação. Se os alunos concluintes dos Cursos de Educação Física, imediatamente após quatro anos de estudo, obtêm tais resultados, é plausível imaginar que em dez ou vinte anos de atuação profissional sem nenhum estudo, a competência profissional tende a diminuir

significativamente. Portanto são necessárias estruturas de apoio permanente para o desenvolvimento da carreira profissional após a graduação em Educação Física.

Em suma, o Brasil conta com a existência de parâmetros para a formação inicial dos treinadores esportivos, uma legislação que tenta assegurar a qualidade desta formação, e instituições oficiais de acompanhamento do exercício profissional. Por outro lado, falta efetivamente melhorar a qualidade dos cursos superiores em Educação Física, conhecer e aplicar de fato as normas e diretrizes que regem o exercício profissional e criar uma estrutura de educação continuada e apoio ao desenvolvimento da carreira do treinador esportivo.

Mallett, Trudel, Lyle e Rynne (2009) esclarecem que o treinamento e educação dos treinadores e seu subsequente desenvolvimento é essencial para sustentar e melhorar a qualidade no esporte. Tal aprendizagem profissional ocorre através do acesso a uma ampla gama de oportunidades educacionais que vão das situações informais as formais. Na tentativa de promover este desenvolvimento os sistemas de educação dos treinadores em todo o mundo têm passado por um processo de renovação e reconstrução constante, que busca identificar quais são as estruturas mais eficientes e eficazes, dentro da diversidade de abordagens educacionais que podem ser adotadas no contexto da educação voltada para adultos, e ainda analisa quais as formas de acreditação e desenvolvimento mais adequados para os treinadores esportivos.

Instituições internacionais sugerem modelos que aliam educação, treinamento e certificação, fundamentados nas diferentes necessidades do mercado e nas competências específicas relacionadas aos diversos públicos.

Para a European Network of Sport Science, Education & Employment - ENSSEE todos os treinadores devem possuir uma qualificação de treinador reconhecida por uma autoridade nacional competente e a respectiva federação. O International Council for

Coaching Education propõe um modelo adotado como referência para a Europa. (ENSSEE, 2007)

Neste modelo o primeiro aspecto a ser considerado é o tipo de emprego, que contempla duas áreas profissionais e os respectivos tipos de ocupação. A área profissional que envolve *treinadores de participação* tem como foco o trabalho com praticantes de modalidades esportivas. Nesta atividade os treinadores trabalham com crianças, jovens e adultos que são iniciantes na prática esportiva ou que são praticantes em geral de alguma modalidade. A segunda área profissional é descrita como a área de *treinadores esportivos* e concebe o desenvolvimento dos treinadores a longo prazo no qual estão relacionadas várias etapas de progressão da carreira como a etapa de *treinador aprendiz, treinador, treinador expert e o treinador máster*. Tais treinadores trabalham com atletas de rendimento que também devem passar por um processo de evolução a longo prazo. São profissionais que nas suas atribuições trabalham com crianças, jovens e adultos no intuito de identificar talentos competitivos e atingir a alta performance.

O segundo aspecto deste modelo indica as competências para cada área profissional. O modelo apresenta as atividades, as quais os treinadores devem se dedicar como treinamentos, competições, gestão e educação. Em cada uma destas atividades é necessário que o profissional saiba planejar, organizar, conduzir e avaliar as ações realizadas. Para isso é necessário estabelecer um processo de aprendizagem do treinador que resulte da análise das competências e dos resultados obtidos. São mencionados neste processo as habilidades funcionais e os conhecimentos dos treinadores em relação aos atletas e outras pessoas, as ciências aplicadas ao esporte e a modalidade esportiva em si. No campo das competências pessoais e profissionais essenciais estão incluídas a autonomia, a responsabilidades, a capacidade de aprendizagem, a comunicação, a competência social, vocacional e profissional.

O terceiro aspecto do modelo contempla a integração entre a educação, o treinamento e a certificação. A partir dos preceitos mencionados é proposto um modelo curricular que pressupõe a descrição dos pré-requisitos básicos, os conteúdos, os módulos e as unidades de ensino, o número de créditos curriculares, os métodos de ensino, os tipos de avaliação, os recursos, o controle de qualidade, os tutores e as perspectivas de carreira.

Outro modelo que merece destaque é o National Coaching Certification Program, que também classifica a atuação dos treinadores em diferentes contextos como o esporte comunitário, o esporte instrucional e o esporte competitivo. O resultado alcançado por cada treinador depende do ambiente em que o trabalho é desenvolvido e do tipo de atleta ou participante a que se destina a atuação do treinador. Destaca-se neste modelo a trajetória e a classificação dos treinadores segundo sua experiência educacional em cada um dos três contextos mencionados. São considerados indivíduos *em treinamento* os que participam de workshops, já os treinadores que completaram o treinamento, mas não foram avaliados são considerados *treinados*; na sequência os treinadores que passam por algum tipo de avaliação e demonstram competência são considerados *treinadores certificados*; caso estes indivíduos passem por nova etapa de treinamento e avaliação, são considerados *treinadores avançados* e finalmente se o treinador passa por mais uma etapa de treinamento e avaliação é considerado *treinador máster*. A formação e a certificação são geralmente projetadas para cada contexto no qual o esporte é desenvolvido e para cada tipo de prática esportiva, ou seja, voltadas para o trabalho com atletas de rendimento ou participantes em geral. O modelo menciona cinco competências fundamentais que impactam os resultados obtidos pelos técnicos que são a capacidade de valorização, a capacidade de interação, a liderança, a capacidade de resolver problemas e o pensamento crítico. A certificação dos treinadores acontece quando o treinador demonstra a capacidade de aplicar tais competências em

situações de treinamento relevantes para os atletas, o que significa que os treinadores devem não apenas ter conhecimentos teóricos a respeito do treinamento, mas devem demonstrar que sabem aplicá-los em seu contexto de trabalho. A certificação é válida por um período máximo de cinco anos e para manter tal certificação é necessário o desenvolvimento profissional. (COACHING ASSOCIATION OF CANADA, 2007)

O European Network of Sport Science, Education & Employment (2009) destaca alguns princípios que norteiam seu modelo de desenvolvimento da carreira do treinador, são eles:

- O desenvolvimento eficaz, ético e inclusivo dos treinadores deve ser uma característica central dos programas de formação dos treinadores, apoiado em conteúdo teórico apropriado.
- Os programas de formação de treinadores devem capacitar os treinadores com competência para realizarem o seu trabalho.
- O treinador e a formação de treinadores deve ter suporte de sistemas nacionais que reconhecem, incentivam e valorizam o processo de capacitação.
- O formato dos programas de educação para treinadores deve incluir uma variedade de modos de aprendizagem, como por exemplo, sessões tradicionais de formação, aprendizagens individualizadas, plataformas de ensino à distância, práticas supervisionadas e o reconhecimento da aprendizagem prévia e da competência atual dos treinadores.
- A especialização dos treinadores deve ser construída através de uma combinação de experiências práticas, dos conhecimentos e das experiências adquiridas e ao longo da vida, de programas formais de capacitação e autoanálise.
- Os programas de capacitação devem ser concebidos de modo proporcionar aos treinadores a aquisição de competências que os permita auxiliar os atletas a alcançar seus objetivos em fases adequadas de desenvolvimento esportivo e pessoal.
- Para o desenvolvimento do treinador deve-se levar em consideração o contexto no qual ele vai atuar, como por exemplo, clubes, federações, associações, escolas e também a abrangência geográfica como competições regionais, nacionais ou internacionais. Deve-se ponderar ainda que, o



recrutamento e retenção dos treinadores estão relacionados às condições de remuneração.

- Os níveis educacionais dos treinadores devem ser estruturados em sistemas que garantam a qualidade da formação profissional atrelados a estruturas nacionais e internacionais de qualificação vocacional;
- As federações nacionais e internacionais, bem como as autoridades nacionais competentes, têm um papel central na formação e reconhecimento da qualificação de treinadores. Deve-se incentivar uma maior cooperação entre a universidade e o setor não universitário na formação de treinadores e do reconhecimento de suas qualificações.

A importância de promover uma discussão mais ampla sobre a formação e desenvolvimento dos treinadores é proporcionar clareza, compreensão e análise de informações atuais sobre a educação dos treinadores, e conseqüentemente indicar uma diretriz para o desenvolvimento destes profissionais. (MALLETT, TRUDEL, LYLE E RYNNE, 2009)

O espetáculo esportivo depende da qualidade dos atletas de uma modalidade. No esporte moderno, atletas habilidosos e inteligentes resultam de treinamentos eficientes. Apenas um treinador capacitado é apto a prover um treinamento de qualidade e desenvolver todo o potencial do atleta. Portanto, é fundamental que as federações e confederações esportivas de todas as modalidades despertem para a importância da capacitação profissional de seus treinadores e assumam tal responsabilidade, não como um fardo a mais que devem carregar, mas como uma oportunidade inovadora de promover a evolução da modalidade e do espetáculo esportivo. Mesmo as instituições que já oferecem cursos ou palestras esporádicas, devem considerar a necessidade da construção de um projeto educacional em longo prazo que compreenda etapas de educação, treinamento, avaliação e certificação em diferentes níveis de rendimento, e que seja estruturado de tal modo que inclua o desenvolvimento dos treinadores que atuam na modalidade e também a descoberta de novas gerações de treinadores.

Esta iniciativa somente terá êxito se as federações e confederações entenderem em que contexto legal e estrutural ocorre a formação inicial de treinadores esportivos e começarem a trabalhar em sinergia com os cursos de Educação Física. Além do aspecto educacional, outras iniciativas podem ser adotadas para o desenvolvimento do esporte, como a criação de departamentos de educação e pesquisa nas federações, o que pode facilitar a coleta de dados e a produção de conhecimento em ciência do esporte, tornando-a mais próxima da real necessidade do esporte brasileiro, e ao mesmo tempo levando os conhecimentos científicos para a atividade cotidiana dos treinamentos.

Finalmente é necessário que mais pesquisas sejam feitas na área de educação profissional dos treinadores esportivos e que os eventos e revistas científicas tratem deste tema como algo central e fundamental. A educação de qualidade é o principal caminho para o desenvolvimento em qualquer área da atividade humana e este preceito também se aplica ao esporte.

## REFERÊNCIAS

- BINGHAM, J.; SHIBLI, S. **The global sporting arms race: An international comparative study on sports policy factors leading to international sporting success.** Meyer & Meyer Verlag, 2008.
- BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 9696**, de 1 de setembro de 1998.
- BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n.10.861**, de 14 de abril de 2004b.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP n. 3**, de 16 de julho de 1987.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP n. 4**, de 6 de abril de 2009.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP n. 7**, de 31 de março de 2004a.
- COACHING ASSOCIATION OF CANADA. **National Coaching Certification Program.** (2007) Disponível em < [http://www.coach.ca/files/NewNCCPmodel\\_diagram\\_Eng.pdf](http://www.coach.ca/files/NewNCCPmodel_diagram_Eng.pdf)> . Acesso em: 13 ago. 2014.
- CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Resolução **CONFEEF n. 254**, de 12 de junho de 2013.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA. **Estatuto do Conselho Federal de Educação Física**. 2010. Disponível em < <http://www.confef.org.br/extra/conteudo/default.asp?id=471> > Acesso em: 17 nov. 2014

DE BOSSCHER, V.; DE KNOP, P.; VAN BOTTENBURG, M.; SHIBLI, S.; BINGHAM, J. Explaining international sporting success: An international comparison of elite sport systems and policies in six countries. **Sport Management Review**, v. 12, n. 3, p. 113-136, 2009.

EUROPEAN NETWORK OF SPORT SCIENCE, EDUCATION & EMPLOYMENT. **Review of the EU 5-level structure for the recognition of coaching qualifications**. Portugal: ENSSEE, 2007.

EUROPEAN NETWORK OF SPORT SCIENCE, EDUCATION & EMPLOYMENT.

Coaching in Europe: the way forward. (2009) Disponível em < [http://www.icce.ws/\\_assets/files/documents/The\\_way\\_forward.pdf](http://www.icce.ws/_assets/files/documents/The_way_forward.pdf) > Acesso em 22 out. 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA. Exame Nacional de Desempenho dos estudantes 2004: Relatório Síntese – Educação Física. Brasília: MEC, 2005.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA. Exame Nacional de Desempenho dos estudantes 2007: Relatório Síntese – Educação Física. Brasília: MEC, 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA. Exame Nacional de Desempenho dos estudantes 2010: Relatório Síntese – Educação Física. Brasília: MEC, 2011.

INTERNATIONAL COUNCIL FOR COACHING EDUCATION. **A strategy for the International Council for Coach Education for the period 2010-2015**. (2010) . Disponível em: < [http://www.icce.ws/\\_assets/files/documents/ICCE\\_strategy\\_2012.pdf](http://www.icce.ws/_assets/files/documents/ICCE_strategy_2012.pdf) > Acesso em: 22 out. 2014.

---

## **CENAS DO COTIDIANO: SKATE NA PRAÇA ROOSEVELT<sup>5</sup>**

Desde o final da década de 70, as manifestações esportivas denominadas pela mídia como esportes radicais ganharam espaço em muitos países ao propor atividades diferenciadas dos esportes olímpicos. Por consequência, houve uma queda na prática dos esportes olímpicos e um vigoroso aumento em esportes considerados radicais (BRANDÃO, 2008, p. 4).

Para Uvinha (2001, p.21,23), o skate é considerado um esporte radical, e este se caracteriza pelo gosto pela aventura e exposição ao risco. No skate ocorrem muitas quedas, e este risco pode custar a própria vida. A modalidade surgiu em meados dos anos 60 nos Estados Unidos, idealizado pelos surfistas que coloram rodinhas de patins em um tipo de prancha menor. Da sua evolução, criou-se o skateboard ou skate, que em inglês significa patins. Em 1974 Frank Nashworthy engenheiro químico que descobriu o uretano, material utilizado nas rodas de skate, popularizando o esporte, e em 1965 o skate chega ao Brasil.

Para Brandão, (2008, p. 6-7), no final da década de 1970, o skate começou a se tornar esporte no Brasil. Isso foi pelo surgimento de campeonatos amadores e profissionais com circuitos estaduais e nacionais, e a constituição de associações e, posteriormente, da Confederação Brasileira de Skate (CBSk). Com essa popularidade, foi objeto de filmes, programas de televisão, revistas esportivas, livros, sites na Internet e tema em diversos produtos pensados para o público jovem, como roupas, capas de

---

<sup>5</sup> Marta Fernandes da Silva, Nadjila Tejo Machado, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, São Paulo-SP, Brasil. martafensi@gmail.com; nadjila@folha.com.br.

caderno e campanhas publicitárias, o skate vem consolidando-se no Brasil como uma atividade de lazer jovem, impulsionada pela indústria cultural.

Um episódio significativo foi sua proibição no ano de 1988 pelo então prefeito de São Paulo, Jânio Quadros retratada por Brandão (2008, p. 18-19) e Brandão (2012, p.), citando como a primeira frase de Bolota (2001, p.38) Esta medida reportada como “a maior repressão e abuso de poder já vistas contra o skate”, noticiada pela revista Overall, de junho de 1988, na manchete “skate não é crime”.

Primeiramente, Jânio Quadros proibiu o skate no parque do Ibirapuera, um local onde há anos vinha sendo praticado. Não satisfeito, decidiu também proibi-lo por toda a cidade de São Paulo. As cartas dos leitores que chegavam às revistas de skate existentes no período atestam o desagrado provocado pela medida: “Venho criticar Jânio Quadros pelo que fez com os skatistas em São Paulo, proibindo o skate nas ruas [...] pois estou descontente com a repressão das autoridades para com os skatistas”. Apesar de Luiza Erundina, sucessora de Jânio Quadros em 1989 na prefeitura de São Paulo, ter legalizado a prática do streetskate, ainda hoje é possível encontrar cidades onde essa prática é proibida por lei” (Brandão, 2012, p. 16)

Para Serpa (2009, p.37) o parque público é um espaço aberto à população, acessível a todos, posto à disposição dos usuários, mas todas essas características não são suficientes para defini-lo como espaço público.

A Praça Roosevelt está situada na região central de São Paulo, entre as ruas da Consolação e Augusta; é um complexo arquitetônico da década de 60, com uma passagem subterrânea que liga as regiões leste e oeste. A área em 1892 era um velódromo Paulistano para ciclismo, e em 1901 foi adaptado o primeiro estádio de futebol do Brasil. Nas décadas de 50 e 60, cresceu ao redor da Praça um comércio específico como bares, teatros, restaurantes, o teatro Cultura Artística, um local com espaços culturais e prédios.

O local era uma grande área asfaltada e vazia que servia de estacionamento, e em 1970 um grande projeto arquitetônico do arquiteto paisagista Roberto Coelho Cardozo e sua equipe. A praça foi inaugurada em comemoração ao aniversário de São Paulo, também houve um projeto de infraestrutura ao fluxo viário interligando as regiões leste e oeste e o elevador Costa e Silva.

De acordo com Serpa (2009, p.10), a diferença e a desigualdade vão se articular no processo de apropriação espacial. O espaço vazio significa perda de lucro, e aponta como consequência o esquecimento do próprio ser humano e de seu bem-estar como foco de preocupação para o projeto do espaço urbano de convivência.

Esse projeto deveria refletir a modernização da cidade, segundo seus idealizadores e a prefeitura: "A Roosevelt não tem comparação no mundo, é diferente das novas praças de Montreal como é superior ao Lincoln Center de Nova York", Roberto Coelho Cardozo, paisagista (CALLIARI).

A praça era um complexo de cinco andares, com supermercado; estacionamento subterrâneo; escola infantil; polícia; lojas; floriculturas; quadras esportivas; etc. Na década de 80 e 90 ocorre fechamento de bares e restaurantes ao entorno da praça, e a mesma apresenta uma situação de abandono, com infiltrações e vazamentos, supermercado com pouca frequência; sendo ocupada por desocupados, frequentemente suja, com mau cheiro, entre outras dificuldades; quase como únicos frequentadores os skatistas são a força de resistência.

No ano 2000, o grupo Satyros instala seu teatro ao lado da Praça que congrega diferentes públicos ao local, preocupados com os espaços livres, de acesso desimpedido ao desenvolvimento de atividades públicas a população. Em 2004 ganham força as discussões sobre a reforma da Praça, quando a cidade obteve um financiamento do BID para o programa Procentro; e principalmente a participação da sociedade na discussão da reforma da mesma, onde se criou um Conselho da Praça, conforme Calliari uma das

decisões mais importantes foi a de destruir parte da estrutura anterior, inclusive o pentágono, um de seus símbolos.

Vale ressaltar sobre o histórico da Praça Roosevelt que sempre teve usos variados dos seus espaços, porém sobressai o relacionado às práticas esportivas. Em 2012, a nova Praça ganha amplos espaços, bancos de madeira, árvores, local específico ao passeio com os cães, ocorre uma ligação entre o espaço público e o privado que ganha uma relação de convívio, favorecendo uma interligação do uso tornando-a mais coletiva, onde novas ideias são as ferramentas ao convívio harmonioso e pacífico, tendo por princípio o respeito às práticas de skate.

Os aspectos positivos sobre a praça estão presentes no discurso dos skatistas:

Skatista 9. "Praça normal para se divertir, aprender novas coisas, fazer amizades e viver a cada dia".

A prática do skate é um meio de escapar da pressão comportamental da sociedade e pelo próprio esporte (BRANDÃO, 2008, p. 4).

Skatista 7. "Ficou legal, antigamente estava abandonada, era ponto de drogas, prostituição e tráfico. Respeita a lei do silêncio, teve muitos eventos, virada cultural com palco".

A reforma da praça gerou opiniões singulares, cada skatista aponta sua crítica relativa ao tema.

Skatista 10. "Corrimão não está pronto e alinhado. Colocar outros equipamentos. Estrutura de madeira para praça e não específico do skate. O piso favorece, região tem muito praticante. Faço para Esquecer um pouco daquele mundo, distraio na praça. Cada um se encontra em cada modalidade. Tem gente de todo jeito aqui".

Os pontos negativos da praça são citados por todos, os equipamentos disponíveis e o solo dividem opiniões entre os entrevistados.

Skatista 8. “A polícia enche o saco mais. Espaço tem, estrutura falta. Não foi planejada. Se chover não tem lugar para fugir”.

Skatista 7. “Seguro e tem polícia, bastante movimento, muita gente, fácil acesso com meio de transporte. Os pontos negativos são: não tem estrutura ideal, alguns lugares não iluminados, poderia ter um lugar com mais obstáculos”.

Depoimento sobre a situação da praça e a transição e reforma da mesma.

Skatista 6. “Reformaram a praça para não conseguir ter lazer, para gastar dinheiro, não tem quadra, o cimento é ruim. Melhorou no fluxo, é aberta e tem luz, muito cimento. Melhor coisa foi a sonegação, e roubar impostos. Quando um de nós quebrou o dedo os policiais ficou tirando sarro e falou que só damos trabalho”.

A modalidade ficou associada a deterioração de espaços urbanos devido a falta de estrutura necessária para a prática, já que o skate deforma os equipamentos e o barulho incomoda os vizinhos e a sua presença em espaços convencionais (rampas) e urbanos (ruas) geram conflitos entre as partes. Os praticantes fogem dos atritos nas rampas e afrontam as ruas para convenção e sua gestão urbana (OLIC, 2010, p.115; PAIS, 2008, p.243-244; RAMPAZZO, 2012, p. 25).

Skatista 11. “Está abandonado, iluminação, banco quebra com as manobras”.

A fragilidade da praça está presente no discurso dos skatistas

Skatista 12. “Falta mais iluminação, e não tem banheiro público, bebedouro”.

Segundo Honorato (2013, p.108), na história do Skate como forma de lazer precedem as atividades esportivas que, uma vez estabelecidas não ausentam elementos advindos do lazer. A diferenciação da prática Skate ocorre tanto em relação a outras formas de agrupamentos (escolar, trabalho, outros esportes) figurando a tribo skatista, quanto no interior do próprio agrupamento. Isso significa o aumento e a diversificação (condutas, educação, autocontrole) das inter-relações sociais.



As outras queixas foram apontadas sobre a questão da iluminação, bebedouro e abandono da praça com relação a conservação. O esporte que está sendo apreciado por indivíduos de diversas idades e grau de escolaridade; parte dos skatistas entrevistados na praça não moram nas proximidades da praça e a contemplam pelo fácil acesso com transporte público.

Entendemos que a praça sempre foi palco de práticas esportivas, e o esporte radical como o skate tem papel protagonista em meio a transitar pela cidade, às vezes incompreendido, envolvido em conflitos. A praça de concreto apreciada pela maioria pelo tipo de piso, bancos, escadas, e outros equipamentos para manobras, skatistas de várias regiões de São Paulo, principalmente da zona leste, e até outras cidades/estados ou país.

Os encontros deles na Roosevelt podem apresentar variados discursos, porém conhecê-los e escutar suas histórias mostra um cotidiano voltado ao prazer do esporte radical, que está estruturado. A preocupação da construção com espaços que visam lucros, onde espaço vazio significa prejuízo, a relação dos locais coletivos como a Praça Roosevelt deve-se em parte aos seus usuários, como os amigos do skate, porém é notável a carência de uma preocupação com o local, por parte dos administradores dos espaços públicos.

## **REFERÊNCIAS**

BOLOTA, F. Anos 80. In BRITTO, E. (org.). *A Onda é Dura: 3 Décadas de Skate no Brasil*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

BORELLI & MERINGO. Praça Roosevelt. Disponível em: <<http://www.borellimerigo.com.br/urbanismo/praca-roosevelt>>. Acesso em: 19 out 2014.

BRANDÃO, L. 4. *A Cidade e a tribo skatista: juventude, cotidiano e práticas corporais na história cultural*. Dourados: Editora da Universidade Federal de Grandes Dourados, 2011.

BRANDÃO, L. Entre a marginalização e a esportivização: elementos para uma história da juventude skatista no Brasil. *Revista de História de Esporte*, v. 1, n. 2, p. 1-24, dez. 2008.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE SKATE. Conscientização Praça Roosevelt: CBSK inicia campanha de conscientização para utilização da Praça Roosevelt por skatistas. Disponível em: <<http://www.cbsk.com.br/eventos/conscientizacao-praca-roosevelt>>. Acesso em: 20 out 2014.

HONORATO, T. A esportivização do skate (1960-1990): relações entre o macro e o micro. *Revista Brasileira de Ciência do Esporte*, v. 35, n.1, p.95-112, jan-mar. 2013.

OLIC, M. B. Entre o liso e o estriado: skatistas na metrópole. 2010. 172 p. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Ciências Sociais Pontifícia Universidade Católica. São Paulo. 2010.

PORTAL APRENDIZ. Praça Roosevelt a criatividade: como 13-ferramenta de ocupação do espaço público. Disponível em: <<http://portal.aprendiz.uol.com.br/2014/07/31/praca-roosevelt-a-criatividade-como-13-ferramenta-de-ocupacao-do-espaco-publico/>>. Acesso em: 21 out 2014.

PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO. A Praça Roosevelt: modernidade, história e as obras de revitalização. Disponível em: <[http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/infraestrutura/sp\\_obras/arquivos/praca\\_roosevelt\\_2.pdf](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/infraestrutura/sp_obras/arquivos/praca_roosevelt_2.pdf)>. Acesso em: 20 out 2014.

RAMPAZZO, M. Skate, uma prática no lazer da juventude: um estudo etnográfico. 2012. 128 p. Dissertação de Mestrado. Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande de Sul. Porto Alegre. 2012.

SERPA, A.O Espaço público na cidade contemporânea. São Paulo: Contexto,2009.

UVINHA, R. R. Juventude, lazer e esportes radicais. Barueri: Manole, 2001. 21, 23 p.

VITRUVIUS. Praça Roosevelt: um espaço emblemático da relação de São Paulo com seus espaços públicos. Disponível: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/13.147/4504>>. Acesso em: 23 out 2014.

---

## **O FUTEBOL AMERICANO NO ESTADO DE SÃO PAULO: A VIOLÊNCIA SOB A ÓTICA DOS DIRIGENTES<sup>6</sup>**

### **INTRODUÇÃO**

O futebol americano é um jogo esportivo coletivo de invasão, possibilitando aos jogadores constantes contatos, combates e intervenções entre si, no sentido de impedir a ação do oponente. Durante o seu processo de desenvolvimento, uma característica o acompanhou de modo a se tornar parte do jogo, a violência (DUARTE, 2003; FALK, 2012; STEWART, 1998).

Ainda quando era praticado apenas nas universidades norte-americanas, o futebol americano teve uma série de alterações em suas regras, de modo a tornar a prática segura para os praticantes. Dirigentes e mídia especializada em futebol americano profissional utilizam desse traço cultural que a modalidade acabou aderindo para promovê-la (FALK, 2012).

O esporte, como fenômeno sociocultural de amplitude globalizada, foi criado como uma forma de conter o uso da violência dos jogos populares, além de atender toda uma necessidade de distinção de práticas aristocráticas. A sociedade da Europa ocidental do século XVIII passava por um processo de grandes transformações, principalmente pela Revolução Industrial, que levou a uma série de conseqüências socioculturais, como a racionalização social e do trabalho, que acarretaram um distanciamento entre as classes sociais existentes na época (ELIAS; DUNNING, 1992).

---

<sup>6</sup> Valter Ruiz Morales Júnior, Renato Francisco Rodrigues Marques, Grupo de Estudos e Pesquisa em Aspectos Socioculturais e Pedagógicos do Esporte – GEPESPE-RP. Escola de Educação Física e Esporte de Ribeirão Preto – EEFERP, Universidade de São Paulo – USP.

Os aristocratas na Inglaterra valorizavam práticas distintivas, que fossem exclusivas para este grupo e que atendessem algumas necessidades no que diz respeito à transmissão de valores morais, como respeito às regras, coragem, virilidade e competitividade. Devido ao fato desses jovens serem mais tarde os homens que atuariam em diferentes setores da sociedade, como comércio, indústria e setores vinculados ao império (RUBIO, 2002).

Na percepção dos aristocratas, os jogos populares não transmitiam quaisquer valores morais legítimos, fazendo com que o modo encontrado fosse civilizar essa prática popular através da escrita e racionalização de regras, priorizando o menor uso da violência nas partidas, além de justiça e igualdade nas chances de participação e de ganho aos envolvidos na prática. Nessa distinção surge a ideia do nojo ou resistência ao uso da violência no esporte (ELIAS; DUNNING, 1992).

Coakley (2008) define a violência como sendo o uso excessivo de força física, que causa ou que tem potencial para causar dano ou destruição. O autor avança nessa temática ao propor alguns tipos de violência existentes no esporte, são elas: contato corporal ríspido/bruto, limite da violência, violência quase criminal e criminal.

Outra definição que auxilia a delimitar o que é tratado como violência nesse trabalho é a tipologia que Dunning (1992) apresenta. Não importa se a violência seja física ou não, ela se torna violência quando fere a lei vigente e/ou os direitos de outro cidadão. Avança ainda em traçar modalidades esportivas que têm como principal componente o confronto, seja entre indivíduos ou equipes, que acabam por assumir características agressivas e violentas.

Para finalizar a construção da terminologia, é importante ressaltar o trabalho de Murad (2012) sobre violência no futebol brasileiro. O autor faz uma distinção que para o presente trabalho se torna oportuna. O ponto de partida de Murad se dá em dois tipos de violência quando contextualizadas no campo esportivo. A primeira é a violência

“no” esporte, ou seja, atos violentos que aconteçam em espaços esportivos, mas não durante as partidas, como as brigas de torcidas. A segunda é a violência “do” esporte, que para o autor é parte integrante dos esportes coletivos, nos quais há maior permissão de contato físico.

Elias e Dunning (1992) citam que as regras sistematizadas e universais têm um papel importante na racionalização de jogos e transformação dos mesmos em esporte. São elas que vão delimitar as possibilidades de uso da violência. Nesse sentido, pode-se também atribuir às regras o papel de estabelecer atitudes violentas permitidas ou não no esporte, sustentando as perspectivas apresentadas por Murad (2012) relacionadas a ações “no” e “do” esporte.

É a partir dessa contextualização que se sustenta a pergunta central deste trabalho: qual é a perspectiva de dirigentes envolvidos com o futebol americano no Brasil, sobre a relação entre esta modalidade esportiva e a violência?

O objetivo é investigar o valor semântico da violência para agentes envolvidos no futebol americano paulista e suas perspectivas a respeito da imagem atribuída a esta modalidade quando relacionada a tal ação humana.

## **O QUE É O FUTEBOL AMERICANO?**

O futebol americano é um jogo esportivo coletivo de invasão<sup>7</sup>, disputado por duas equipes com 11 jogadores cada. O objetivo principal é anotar o maior número de pontos ao final dos quatro períodos de quinze minutos nos quais as partidas são divididas.

---

<sup>7</sup> Caracterizados pelo confronto, tanto ofensivo quanto defensivo, entre os jogadores, tendo a bola (ou algum outro implemento) como referência e objeto de posse. A disputa é realizada em um espaço em comum entre as equipes e com ações simultâneas entre os sujeitos oponentes (REVERDITO; SCAGLIA, 2009). São muitas as suas modalidades, como alguns dos exemplos têm-se basquetebol, handebol, futsal, futebol e futebol americano.

A equipe que ataca tem que avançar em direção à *end zone* adversária (Linha transversal ao final do campo de jogo). Enquanto que a equipe que defende tenta evitar que o adversário avance em direção ao seu território. A equipe com a posse da bola tem 4 tentativas para avançar 10 jardas. Ao final delas, ela conquista o direito de ter outras 4 tentativas para avançar outras 10 jardas, assim sucessivamente até que alcance a *end zone*.

O sistema de pontuação da partida funciona da seguinte forma: existe o *touchdown* (TD), que é quando o jogador da equipe que ataca entra na *end zone* do adversário, valendo 6 pontos; após anotar um TD a equipe recebe o chute de bonificação, valendo 1 ponto ou pode tentar um *mini-touchdown*, valendo 2 pontos. Outra forma de pontuar é através do *field goal* (FG) que vale 3 pontos, normalmente quando a equipe que está atacando não consegue avançar as 10 jardas, mas estão em uma posição de campo que o seu jogador que chuta a bola, o *kicker*, alcança a distância do gol, em forma de Y. Existe também o *safety*, que é quando o jogador é derrubado dentro da sua própria *end zone*, computando assim, dois pontos para a equipe adversária.

O futebol americano tem sua origem histórica no rugby, modalidade oriunda da Inglaterra, em meados do século XIX. No ano de 1823, durante uma partida de *football*<sup>8</sup>, o estudante William Webb Ellis tomou uma atitude que mudaria para sempre o curso da modalidade. O jovem pegou a bola em suas mãos, proveniente de um chute longo. No instante em que o relógio da escola que marcava o final das atividades esportivas tocou, ele por sua vez saiu correndo em direção ao campo adversário,

---

<sup>8</sup> *Football*: termo que tem origem por volta de 1314, servindo para nomear um tipo de jogo popular que possuía poucas regras, nas quais se destacavam as que permitiam que a bola fosse carregada, segurada, jogada e chutada. Mais tardiamente, passou a ser utilizada como um termo que faz referência aos jogos que se tornaram esporte, tais como: futebol, rugby e o futebol americano.

fintando seus colegas que estavam atordoados com o feito, até que ele finalmente cruzou a linha do gol antes mesmo que o sino desse a última badalada (STEWART, 1998).

Mais tarde a ideia de correr com a bola seria disseminada e aprovada pelos praticantes. Com a mudança de regra, esta modalidade recebeu o nome de rugby – considerado pelos historiadores o ancestral do futebol americano (STEWART, 1998).

Para que isso acontecesse, a modalidade teve que encontrar seu caminho para a América. O que não foi difícil de ocorrer, já que muitos jovens americanos iam para a Inglaterra estudar e acabavam por ter contato com esta modalidade esportiva e a reproduziam em suas escolas americanas (STEWART, 1998).

Porém, da mesma forma que os esportes ingleses chegavam à América, os americanos tratavam de colocar seus próprios traços culturais na prática, o que alguns autores chamam de “Americanização do rugby” (SMITH, 1988). Um dos problemas encontrados pelos praticantes que os levaram a alterar a prática do rugby era a pouca familiaridade com as regras (REISMAN; DENNEY, 1951). Tal evento fica evidente na fala de um dos homens que marcaram seu nome no esporte, ainda na fase de sua constituição, Walter Camp (REISMAN; DENNEY, 1951, p. 313):

Os americanos encontraram no código (Regras do Rugby Inglês) várias incertezas e pontos problemáticos os quais causaram muitos transtornos no seu jogo, e principalmente, por não terem tradições, ou jogadores mais velhos e experientes, a quem pudessem contar para dar uma explicação necessária.

O desenvolvimento do futebol americano como esporte se deu dentro das escolas e universidades norte americanas, principalmente suas mudanças de regras e na forma de jogar que perpetuaram no tempo e são encontradas até hoje no esporte

profissional. Logo, é importante mencionar quando tais mudanças ocorreram e contribuíram na forma única de se jogar esta modalidade.

Nesse cenário de alterações, tanto das regras, como da maneira de jogar, houveram algumas instituições com grande importância. É o caso das universidades Harvard e Yale, em que a primeira era considerada uma formadora de opinião e a segunda uma líder técnica no desenvolvimento do futebol americano (REISMAN; DENNEY, 1951).

O termo *tackling* surgiu na versão de Harvard de se jogar futebol americano, que consistia em impedir e derrubar o jogador que tentasse carregar a bola, sendo, essa ríspida jogada, exclusiva dos alunos dessa instituição, por volta do ano de 1870. Outro ponto interessante da história que é proveniente de Harvard é a criação de sua própria associação que organizava e cuidava de jogos entre os cursos. Nessa mesma época, Harvard era referência tanto em ensino quanto na prática esportiva (STEWART, 1998).

Alguns anos mais tarde, em 1874, quando o time de Harvard enfrentou a Universidade McGill, do Canadá, algo os chamou a atenção e os deixou muito satisfeitos, fazendo com que eles o colocassem em seu jogo, que foi o *touchdown*. O nome foi dado à jogada em que o jogador que carregava a bola cruzasse a linha de gol da equipe adversária. Na época conferia à equipe atacante apenas um ponto (STEWART, 1998).

Em 1876, Yale propôs durante um encontro de universidades, a redução do número de jogadores, dos até então 15, para 11 (STEWART, 1998). Evidenciando mais uma vez como o futebol americano foi ganhando suas próprias características e dessa forma se distanciando do rugby.

Entretanto, em 1880 e 1881 havia um problema com a fluidez do jogo. A equipe que tinha vantagem no placar mantinha a posse de bola sem objetivo de avançar em direção ao campo adversário. O que em muitos momentos deixava o jogo sem emoção, diferentemente da proposta de ser um jogo excitante e com o objetivo de



sempre rumar para cruzar a linha do gol adversário. Para combater essa falta de emoção, foi instituído o sistema de *downs*. Forçando a equipe que tinha a bola a avançar no campo. Tendo três tentativas para avançar cinco jardas, quando conseguisse as cinco, ganhava mais três chances de ganhar outras cinco jardas (STEWART, 1998).

Além dessas alterações, inúmeras outras aconteceram, e acabaram por associar ao esporte algumas características simbólicas como a brutalidade e violência, ocasionando, no ano de 1905, um total de 18 mortes registradas de atletas durante os jogos, gerando descontentamento do governo americano, na época presidido por Theodore Roosevelt.

O presidente Roosevelt, por sua vez, convocou uma reunião com os representantes de Harvard, Yale e Princeton na Casa Branca, para que tomassem medidas que garantissem a integridade dos jogadores e diminuísse a violência que era claramente vista durante as partidas. Do contrário, proibiria a prática do futebol americano (STEWART, 1998).

Para mudar a forma de jogo, 60 instituições que praticavam a modalidade se reuniram em uma conferência que acabou por formar a *Intercollegiate Athletic Association* (IAA), que mais tarde viria a se chamar *National Collegiate Athletic Association* (NCAA). Que como primeiras medidas dobrou o número de jardas necessárias para avançar, de cinco passando para dez, que se mantém até os dias atuais. Estabeleceu-se também uma “zona neutra” entre as linhas de *scrimmage*, que é o espaço que divide as duas linhas (ofensiva e defensiva) antes do início da jogada, tendo o tamanho do comprimento da bola. Além da diminuição no tempo de jogo, de 70 para os atuais 60 minutos.

Entre essas mudanças, a que menos se noticiou foi a que contribuiu de maneira significativa para a caracterização do esporte. O passe para frente ou *forward pass*, objetivando uma diminuição no número de jogadas brutas que ocorriam na linha de

*scrimmage* (REISMAN; DENNEY, 1951). Porém, esta regra não foi imediatamente utilizada por uma razão óbvia, não havia domínio na técnica para a realização do passe por parte dos jogadores. Tornando a jogada perigosa, muito devido à regra da época, que considerava a bola do passe incompleta como bola em jogo, podendo ser pega pelo time adversário (STEWART, 1998). Nota-se nesta descrição histórica, o papel primário das regras de controle do uso da violência nesta modalidade, corroborando a ideia de Elias e Dunning (1992).

O futebol americano se profissionalizou em 1920, através da criação da American Professional Football Association, que no ano seguinte teve seu nome alterado para National Football League (NFL). Após o processo de unificação com a American Football League (AFL), surgiu a decisão do campeonato, que se daria entre as melhores equipes de cada conferência, sendo a *American* e a *National*, que levam os nomes das entidades que por algumas temporadas disputaram, além do espaço na mídia, também os melhores jogadores (STEWART, 1998). Esse jogo recebeu o nome de *Super Bowl* e se transformaria no maior evento esportivo dos EUA (EILER, 2011).

## FUTEBOL AMERICANO E A NOÇÃO DE VIOLÊNCIA

É importante, para discutir a relação do esporte com a violência, trazer uma breve explicação da teoria do processo civilizador de Norbert Elias. A vida social do Homem, em grupos ou comunidades, vai implicar no modo de agir das pessoas, que a partir dessa organização em sociedades simples e complexas, necessitam restringir o uso de suas emoções, ou seja, cada vez mais os indivíduos são controlados com relação à exteriorizar seus sentimentos e usar a violência, para conseguir manter o funcionamento da sociedade. Contudo, este processo ruma, no decorrer dos tempos, no sentido de aumento de tais restrições, podendo levar os indivíduos a não se reconhecer mais, o estado chamado neurose (ELIAS; DUNNING, 1992).

Para que os indivíduos não entrem nesse estado de neurose, a sociedade cria espaços para que as pessoas possam vivenciar situações que permitem vivências mais amplas de algumas emoções. Os espaços miméticos permitem que os indivíduos vivenciem a catarse, que são tensões agradáveis e que rotineiramente não são vivenciadas no cotidiano (ELIAS, 1994).

Faz-se importante pontuar que os espaços miméticos não são uma válvula de escape compensatória, mas sim, um espaço que ele viverá outras tensões ainda com certo controle. Ou seja, os espaços como o esporte, apresentam-se como meios de vivência de um descontrole controlado, ou seja, pode-se vivenciar novas emoções, mas ainda com limites socialmente estabelecidos, principalmente ligados ao uso da violência (ELIAS; DUNNING, 1992).

O futebol americano sofreu influência do processo civilizador em sua gênese histórica, fato evidenciado na reunião convocada pelo presidente Roosevelt em 1905, para que as universidades que tinham o futebol americano como parte de seus programas fizessem algo para que o uso da violência fosse controlado, já que no mesmo ano haviam sido registradas 18 mortes durante partidas universitárias, por conta da violência que existia como consequência das formações utilizadas e os esquemas de jogo. Tais regras contribuíam para alavancar muito mais o caráter bruto e violento da modalidade e suas alterações foram realizadas para tentar diminuir danos e cessar as mortes. O efeito pareceu significativo, pois desde então não há registros de mortes nos jogos de futebol americano profissional nos EUA.

Além de delimitar modos de ação dentro das partidas, outra função das regras esportivas seria assegurar que as tensões que ocorressem dentro do jogo não induzissem impulsos violentos, garantindo dessa forma a integridade dos participantes contra lesões e ferimentos causados pelo uso da violência (ELIAS; DUNNING, 1992).

## FUTEBOL AMERICANO NO BRASIL

O futebol americano começou a ganhar alguma popularidade no Brasil no final dos anos 1990, graças às transmissões feitas pela Rede Bandeirantes de Televisão do campeonato de futebol americano dos EUA, entre 1994 a 1998. Atualmente a emissora ESPN transmite as principais partidas da NFL, entre eles os jogos do horário nobre na televisão americana, o *Sunday Night Football* e o *Monday Night Football*.

Através da modalidade *flag*<sup>9</sup> iniciada em 2001, o futebol americano ganhou adeptos que jogavam no parque do Ibirapuera, em São Paulo. Essa fase serviu como um alicerce para o que mais tarde viria acontecer, onde times que iniciaram suas atividades com o *flag* passaram a se equipar e jogar o futebol americano *full-pad*<sup>10</sup>.

Com isso o futebol americano começou novamente a firmar a sua popularidade no Brasil, tendo a criação de diversas equipes, e consequentemente entidades que buscam a formação de atletas, organização de campeonatos e início, ainda que muito tímido, de um processo de profissionalização do esporte no país (AFAB, 2012).

O ano 2000 é importante devido à fundação da AFAB (Associação de Futebol Americano do Brasil), entidade do futebol americano no país e responsável pela manutenção, regulamentação e organização do esporte em território nacional. Esta entidade é reconhecida pelo Ministério dos Esportes, Federação Internacional de Futebol Americano (IFAF) e, Federação Pan-americana de Futebol Americano (PAFAF). A AFAB

---

<sup>9</sup> Uma variação do futebol americano, porém sem contato entre os jogadores. Pode ser jogado com times de 5 a 11 pessoas. O termo *flag* é oriundo das fitas presas na cintura dos jogadores e ao serem retiradas, a jogada para como se tivesse ocorrido um *tackle* (USFFA, 2013).

<sup>10</sup> O termo *full-pad* remete aos equipamentos de uso obrigatório dos jogadores, que garante a eles segurança durante os *tackles*. Basicamente os equipamentos essenciais para a prática do futebol são: o capacete, chamado de *helmet*, e o *shoulder*, uma proteção que engloba ombros, peito e costas. Alguns jogadores ainda usam calças com uma espécie de acolchoado para proteger áreas específicas das pernas.

recentemente alterou seu nome para Confederação Brasileira de Futebol Americano (CBFA) e organiza o Campeonato Brasileiro de Futebol Americano (AFAB, 2013).

Porém, o primeiro torneio de futebol americano *full-pad* foi organizado por um grupo gestor particular em 2009 e batizado de Torneio Touchdown. Entre os idealizadores estava André José Adler, que narrou jogos da NFL para o canal ESPN entre os anos de 1992 a 2006 (TOUCHDOWN, 2012).

Hoje o futebol americano é o esporte que mais cresce no Brasil e a CBFA conta com 12 entidades filiadas, representando os Estados de RS, SC, PR, SP, RJ, MG, ES, DF, MT, PB, AM e CE (AFAB, 2013). No estado de São Paulo atuam duas entidades, a Federação Paulista de Futebol Americano (FPAFA) e Federação de Futebol Americano de São Paulo (FEFASP), sendo a primeira vinculada à CBFA, e a segunda com algumas equipes participantes do Torneio Touchdown.

## MÉTODO

Esta foi uma pesquisa qualitativa, com coleta de dados baseada em entrevistas pessoais e semiestruturadas com dirigentes de equipes de futebol americano do estado de SP, realizadas em locais indicados pelos próprios sujeitos.

O número final de sujeitos foi determinado pelo critério de saturação (MINAYO, 2006). Foram entrevistados 4 dirigentes atuais de equipes de futebol americano, que também tenham participado dos processos de formação de entidades reguladoras (FPAFA e FEFASP) da modalidade no estado de SP. Os sujeitos foram denominados aleatoriamente como S1, S2, S3 e S4, de modo a preservar suas identidades. Houve o cuidado de recrutar dois dirigentes pertencentes a cada órgão regulador do futebol americano em SP, sendo S1 e S4 ligados à FEFASP e S2 e S3 à FPAFA.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo. Todos os sujeitos assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido.

Após a transcrição dos áudios das entrevistas, a análise deste conteúdo se deu pelo método “Discurso do Sujeito Coletivo”, que consiste na construção de discursos que englobem posicionamentos comuns entre os entrevistados, a partir de figuras metodológicas que encadeadas e relacionadas ordenam as informações: Expressões-chave (ECH) - trechos/partes literais do discurso, que revelam a essência do mesmo; Ideias Centrais (IC) - tema central do discurso indica os pontos que devem ser relevados na discussão do tema (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2005).

O Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) se baseia em um discurso síntese redigido pelo pesquisador e composto pela soma das ECH de cada discurso individual que possui a mesma IC. Para a elaboração dos DSC, as ECH foram destacadas e transportadas para Instrumentos de Análise do Discurso, no qual foram apontadas as IC. Com base em análise das IC, as ECH foram agrupadas de acordo com sentidos homogêneos, construindo DSC diferentes (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2005).

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

No Brasil, a partir dos discursos dos dirigentes, na IC-A percebe-se que a primeira característica que o grande público tem ao ver uma partida é a violência do jogo, tornando evidente o preconceito que o esporte enfrenta por conta desse traço histórico e cultural da modalidade, o de ser violento. Tal discurso sugere certa resistência que os brasileiros têm em relação ao futebol americano por conta desse caráter violento que a modalidade possui. Nota-se também, que os sujeitos negam qualquer associação entre o futebol americano e a violência. Percebe-se em seus discursos a tentativa de distanciar ao máximo esta modalidade da percepção de prática violenta.

DSC 1 – IC-A: Não é violento (S1, S2, S3, S4)

Se tem alguma ligação? Nenhuma. Tem um ditado que a gente usa muito, que você já deve ter ouvido falar, que é “o futebol americano se aproxima mais de um jogo de xadrez, do que de uma luta livre” <sup>(S1)</sup>. Eu acho que sim, eu acho que todo mundo no seu primeiro contato, escuta falar e a primeira coisa que vê é a violência <sup>(S3)</sup>. Nós não somos uma luta, mas por ser novo e por ser um esporte coletivo, e as pessoas irem equipadas e isso remete a uma mentalidade de armaduras <sup>(S4)</sup>.

Por outro lado, a percepção do público do futebol americano como uma modalidade violenta é nutrido pela simbologia utilizada em sua divulgação. Nos EUA, apesar de todo o controle no modo de agir dos jogadores, o apelo midiático está justamente ligado à violência, de modo que os jogadores de futebol americano são vistos como lutadores destemidos, parecidos com os gladiadores do século XIX (FALK, 2012). Mesmo assim se percebe nos discursos a tentativa de distanciar a modalidade de uma luta ou algo parecido. Durante o desenvolvimento da modalidade nos EUA, ainda quando ele parecia mais com o rugby do que futebol americano, também houve problemas com a violência que existia no esporte. Diferentemente de hoje, havia bem menos equipamentos de proteção e vários jogadores chegaram a perder suas vidas durante as partidas (STEWART, 1998).

Ainda indagados sobre a violência no futebol americano, a ideia de que o esporte legitima o uso do contato físico como parte da sua prática também foi trazida por todos os entrevistados. Uma vez que o intuito principal do jogo é o ganho de território adversário até levar a bola à *end-zone*, é esperado que existam jogadores disputando o mesmo espaço de maneira mais bruta. Apesar de Dunning (1992) não mencionar especificamente ao futebol americano, o autor fala do rugby que é tido como

seu antecessor nos Estados Unidos. A ideia trazida pelo autor inglês é que existem modalidades esportivas que oportunizam o uso da violência física que é aceita e ritualizada pela sociedade. Ela se expressa, fundamentalmente, por limites menos rígidos de contato corporal.

DSC 2 – IC-B: Uso de contato físico (S1, S2, S3, S4)

Porque ele tem o contato como parte do jogo <sup>(S1)</sup>. Mas quem tá dentro sabe que foi dentro da regra, foi usada a técnica de tomar o contato e dar o contato <sup>(S2)</sup>. É um esporte muito seguro apesar de todo contato <sup>(S3)</sup>. Aí a questão não é violência <sup>(S4)</sup>.

Esse traço característico da modalidade permaneceu, mesmo com os avanços nas regras delimitando o modo de agir dos jogadores. Caso este contato seja proibido, perde-se a essência do jogo. Além do fato de se usar a violência como forma de intimidação e estratégia, Coakley (2008) afirma que isso faz parte do processo de construção de reputações respeitadas de jogadores e equipes de futebol americano. Além disso, Falk (2012) pontua que o futebol americano é uma modalidade de colisão, combativa, que legitima o uso da violência, mas ainda sim sob regras, que ele chama de “violência controlada”, por conta das inúmeras regras, que foram utilizadas pelos entrevistados para defender o futebol americano como uma prática não violenta.

Percebe-se neste discurso a caracterização de um descontrole controlado no futebol americano, que não só caracteriza a prática, como também a torna interessante para o público e jogadores, proporcionando vivências catárticas. Tais ideias são também encontradas nos discursos dos sujeitos deste trabalho (IC-C):

DSC3 – IC-C: Regras inibem o uso de violência (S2, S3, S4)



Existe uma falta no futebol americano que chama “uso excessivo de força” <sup>(S2)</sup>. Nos EUA as regras estão sempre evoluindo no sentido de deixar o esporte saudável e mantê-lo como um esporte e não como uma rinha como uma briga que só traz prejuízos para os atletas que estão praticando <sup>(S3)</sup>. E a hora que você faz um contato não permitido, como puxar alguém pela máscara do capacete e tal, você é drasticamente punido e o seu time é punido também <sup>(S4)</sup>.

Os árbitros da NFL são testados toda semana com o objetivo de estar sempre com as regras bem compreendidas e esclarecidas, a quantidade de regras é de aproximadamente 1000 (FALK, 2012), mostrando o quanto a prática do futebol americano é racionalizada e controlada, tanto no nível universitário quanto profissional. Todo período entre uma temporada e outra, a NFL se reúne com os donos das 32 franquias para decidir alterações nas regras, principalmente as que delimitam o uso da força e do contato físico durante as partidas, de modo a garantir a segurança dos atletas. Um dos fatores que levou os americanos a não se adequarem corretamente ao rugby logo na sua chegada à América foi a subjetividade das regras (REISMAN; DENNEY, 1951). No Brasil, são adotadas as mesmas regras em vigor da NFL.

Os sujeitos entrevistados neste trabalho apontam que para tentar quebrar a barreira do preconceito que o futebol americano enfrenta pelo fato de ser taxado de violento, um caminho encontrado foi o de iniciar um trabalho de esclarecimento, de desmistificação. O objetivo desta jornada é divulgar a ideia de que o esporte tem o contato como parte do jogo, mas que o intuito é pontuar. Um discurso presente na IC-D é que existem técnicas de lutas para determinados movimentos do futebol americano, como o *tackle*, e isso pode acabar levando alguns leigos a associarem o esporte com uma luta.

DSC 4 – IC-D: Trabalho de desmistificação (S1, S2, S3)

Tanto que aqui no meu time a gente preza muito isso. Pessoas que chegam aqui querendo conhecer o esporte falando: “ah! Eu lutava jiu-jitsu, muay-thai, que eu vou bater em todo mundo”, aí a gente explica que não é isso<sup>(S1)</sup>. Então é mais ou menos isso, a gente tenta desmistificar isso, inclusive fazemos workshops de futebol americano para mostrar na prática para o espectador como é que funciona o esporte<sup>(S2)</sup>.

Os dirigentes entrevistados se mostram dispostos a realizar esse trabalho de desmistificação do futebol americano junto às pessoas que não conhecem o esporte e estão iniciando a prática ou que não acompanham por considerá-lo violento. Este trabalho de desmistificação é pautado principalmente na explicação do objetivo do jogo, que é pontuar, através de *touchdowns*, não nocauteando o adversário como ocorre em um evento de MMA (IC-E). O modo como os entrevistados responderam à questão é muito semelhante ao que a aristocracia fez com os jogos populares, eles afirmam que a prática do futebol americano é distintiva das lutas, principalmente do MMA. Os sujeitos deste trabalho buscam, em seus discursos, distanciar o esporte de algo que seja violento e danoso aos praticantes. Uma conduta semelhante à aristocracia inglesa, ao sistematizar regras de jogos populares, de modo a diminuir o uso da violência e criar uma prática distintiva.

DSC 5 – IC-E: Objetivo da partida é pontuar, não nocautear (S1, S4).

A gente preza muito que o esporte não é violento, que tem o contato como parte do jogo, mas a violência não existe critério de resultado<sup>(S1)</sup>. O futebol americano não tem nem a violência nem a agressão nem o contato como objetivo pra se ganhar o jogo. O objetivo ainda é uma

bola, ser arremessada ou um jogador carregá-la até o ponto final, esse é o objetivo, não é eu te nocautear<sup>(S4)</sup>.

Os sujeitos reconhecem que o contato físico, os equipamentos e a sistemática das partidas acabam colabora para reforçar a ideia, que parece já estar estabelecida, de que o futebol americano é violento. Com base na teoria do Processo Civilizador, nos discursos dos dirigentes e na literatura sobre a o tema, é possível perceber uma tendência de fazer do futebol americano uma modalidade esportiva cada vez mais controlada e menos associada à violência, ainda que ela seja elemento que fundamenta muita das formas de atuação dos jogadores e que seja o grande apelo midiático nos EUA. Enquanto que no Brasil, esse traço é visto como sendo um grande problema para captação de público e consequente criação de uma massa consumidora do esporte.

Através da leitura do desenvolvimento do futebol americano e fundamentação teórica na obra de Norbert Elias e Eric Dunning, é possível verificar que o Processo Civilizador influenciou as alterações nas regras do futebol americano, de modo a oferecer segurança aos jogadores e também associar esta prática a valores e modos de conduta mais próximos à necessidade de controle de violência (descontrole controlado) que favoreça o espetáculo esportivo. Deste modo, até os dias de hoje as regras sejam revisadas todos os anos, de modo a preservar a integridade dos jogadores, que são os grandes responsáveis por tornar o futebol americano espetacular.

O fato de o esporte ter o seu papel de espaço mimético, sendo possível vivenciar sensações catárticas, acaba por justificar certo uso da violência. Entretanto mesmo nesse espaço, ainda existem regras que buscam diminuir atos violentos, preservando as emoções proporcionadas pelo jogo.

Toda essa carga cultural que a modalidade possui se faz presente na prática realizada no estado de São Paulo. Porém, pode-se perceber uma preocupação dos

dirigentes entrevistados em distanciar a prática do futebol americano de algum tipo de rotulação violenta. Para isso utilizam-se de afirmações categóricas sobre este tema, justificando o controle do uso da violência na modalidade a partir das inúmeras regras existentes e salientando o objetivo da partida ser o de pontuar e não agredir o adversário.

Por se tratar de um trabalho inicial sobre a violência existente no futebol americano, sugerem-se investigações que buscam ouvir outros agentes envolvidos na modalidade, como jogadores e técnicos.

## REFERÊNCIAS

AFAB. **História**. Disponível em: <<http://afabonline.com.br/new/historia/>>. Acesso em: 22 março 2012.

\_\_\_\_\_. **Notícias**. Disponível em : <<http://afabonline.com.br/new/2013/01/04/gestao/>>. Acesso em : 21 janeiro 2013.

COAKLEY, J. **Sports in Society: issues and controversies**. 10ª edição. New York. Mc Graw Hill, 2008.

DUNNING, E. A dinâmica do desporto moderno: notas sobre a luta pelos resultados e o significado social do desporto. In: ELIAS, N.; DUNNING, E. **A busca da excitação**. Lisboa: Difusão editorial, 1992. p.299-325.

ELIAS, N. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Vol.1 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ELIAS, N., DUNNING, E. **A busca da excitação**. Lisboa. Difel, 1992.

FALK, G. **Football and American Identity**. New York: Routledge, 2012.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A.M.C. **O discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos)**. 2 ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2005.

MURAD, M. **Violência no Futebol**. São Paulo: Saraiva, 2012.

REISMAN, D., DENNEY, R. Football in America: A study in cultural diffusion. **American Quarterly**, 3, 309-319.

RUBIO, K. Do olimpo ao pós-olimpismo: elementos para uma reflexão sobre o esporte atual. **Revista Paulista de Educação Física**. São Paulo, v.2, n.16, p.130-143, 2002.

SMITH, R. **Sports and freedom**: The rise of big-time college athletics. New York: Oxford University Press, 1988.

STEWART, M. **Football: A history of the gridiron game**. Franklin Watts, 1998.

TOUCHDOWN. **Touchdown**. Disponível: <<http://touchdown.net/2012/04/20/touchdown/>> Acesso em: 15 de dezembro 2012.

UNITED STATES FLAG FOOTBALL ASSOCIATION. **History, Evolution and Direction**. Disponível: <<http://www.usffa.org/history.htm> > Acesso em: 15 de março de 2013.

---

## **A PERCEÇÃO DAS JOGADORAS DA SELEÇÃO BRASILEIRA DE RUGBY SOBRE A ENTRADA DA MODALIDADE NOS JOGOS OLÍMPICOS: EXPECTATIVA POR MAIOR VALORIZAÇÃO DA MODALIDADE<sup>11</sup>**

### **INTRODUÇÃO**

O Rugby é uma modalidade esportiva bastante popular em diferentes países do mundo, principalmente os de colonização inglesa. Porém, apesar de não ser tão conhecido do público brasileiro, vem se popularizando a cada dia no país. Esse crescimento vem acompanhado dos resultados que as seleções brasileiras feminina e masculina têm apresentado. Como exemplo, nos últimos anos a equipe masculina passou da 45ª para 27ª posição no Ranking da International Rugby Board (IRB) (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE RUGBY, 2013).

Quanto à seleção brasileira feminina, resultados bastante expressivos também têm sido conquistados, como a 10ª posição no campeonato mundial do ano de 2009, realizado em Dubai. Este resultado representa a melhor posição alcançada por uma equipe brasileira em mundiais. A equipe feminina é também reconhecida como a melhor da América Latina, à frente da Argentina, Uruguai e Chile, países tradicionais no esporte (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE RUGBY, 2013).

O Rugby pode ser jogado com quinze ou sete jogadores, sendo que o Rugby Seven, composto por sete jogadores, é o que tem atraído mais a atenção do público e

---

<sup>11</sup> Flavia Volta Cortes de Oliveira, Renato Francisco Rodrigues Marques. Grupo de Estudos e Pesquisa em Aspectos Socioculturais e Pedagógicos do Esporte – GEPESPE-RP. Escola de Educação Física e Esporte de Ribeirão Preto – EEFERP, Universidade de São Paulo – USP.

da mídia brasileira. Isso acontece não somente pela característica dinâmica do jogo, mas também pelo fato de que fará parte do quadro Olímpico a partir dos Jogos de 2016, sediados no Brasil (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE RUGBY, 2013).

Considerando que o esporte é um dos fenômenos socioculturais mais influentes da sociedade globalizada, tem-se que esta importância se dá por uma relação de interdependência entre mídia, exposição, ganhos financeiros e políticos. Nesta relação, os meios de comunicação precisam do esporte como conteúdo a ser comercializado e o esporte precisa se fazer interessante de modo a gerar audiência (COAKLEY, 2008).

Por estas e outras razões, estudar esporte é de suma importância, pois uma melhor compreensão sobre este objeto acarreta um melhor conhecimento da própria sociedade (ELIAS; DUNNING, 1992). Desta forma, a pergunta central deste trabalho se baseou em como é a percepção de jogadoras da seleção brasileira de Rugby sobre o aumento da divulgação e popularização do esporte a partir da entrada da modalidade no programa dos Jogos Olímpicos?

O objetivo foi investigar como as jogadoras de Rugby da seleção brasileira percebem a divulgação desta modalidade na mídia. De forma mais específica, analisar os discursos das atletas sobre os efeitos da popularização do esporte a partir da entrada do mesmo no programa olímpico.

## MÉTODO

Esta pesquisa enquadra-se em uma abordagem qualitativa. Como opção metodológica foi adotada a Teoria Fundamentada (*Grounded Theory* – termo original em inglês) (STRAUSS; CORBIN, 2008; CHARMAZ, 2009). Este método fundamenta-se na construção de uma teoria baseada nos dados produzidos e não em hipóteses anteriores

analisáveis. Neste procedimento, é imprescindível que a coleta e a análise ocorram paralelamente. No caso deste trabalho, os dados são oriundos de entrevistas semiestruturadas com atletas da seleção brasileira feminina adulta de Rugby.

Na Teoria Fundamentada não é possível pré-estabelecer o número de sujeitos que fará parte da pesquisa e a finalização da coleta ocorre de acordo com a regra da saturação teórica (CHARMAZ, 2009). Neste trabalho, foram entrevistadas cinco atletas da seleção brasileira feminina adulta de Rugby, que serão retratadas no texto como S1, S2, S3, S4 e S5 para preservar suas identidades.

As perguntas iniciais foram “Como você vê a divulgação do Rugby na mídia?”; “O que você pensa sobre a entrada do Rugby nos Jogos Olímpicos?”.

Após a coleta de dados, a primeira etapa de análise determina os dados que serão produzidos na sequência. A partir da primeira entrevista iniciou-se o processo de análise, que consistiu em alguns momentos específicos. Este procedimento não se configura como um processo unidirecionado, estático ou rígido. Ao contrário, apresenta um fluxo livre entre os diferentes tipos de codificação, que podem ser utilizados pelo analista de acordo com suas necessidades (STRAUSS; CORBIN, 2008):

Microanálise: análise dos dados linha por linha. Consistiu no destaque de fenômenos que compuseram as categorias.

Codificação aberta: a partir da separação e comparação dos dados em categorias (fenômeno em si) e subcategorias (explicações ou objetos componentes do fenômeno categorizado), este processo possibilitou a identificação de conceitos que participaram da construção da teoria. Neste trabalho seguiu-se o modelo incidente por incidente, o qual possibilitou o destaque e seleção de dados que foram analisados e comparados.



Codificação axial: organização das categorias e subcategorias em torno de um eixo teórico central. Consistiu no agrupamento dos dados selecionados de modo a proporcionar coerência.

Codificação seletiva: processo de integrar e refinar uma teoria com base nos dados organizados em categorias. Integração das principais categorias para formar um esquema teórico maior. No caso deste trabalho, uma descrição sobre a percepção das jogadoras sobre a abordagem midiática recebida pelo Rugby.

Validação do esquema teórico: análise de comprovação da validade dos dados e organização de categorias desenvolvidas. Acontece através da retomada e análise comparativa dos dados iniciais e apresentação da teoria aos sujeitos para conferência de suas idéias e posicionamentos. A validação foi realizada após as etapas iniciais da análise, via e-mail, e houve um retorno positivo de todas as cinco participantes que concordaram com os dados enviados.

Para a seleção dos sujeitos foram seguidos alguns critérios, sendo eles: a) participar, no ano de 2013, de treinos e/ou partidas da seleção brasileira feminina adulta de Rugby; e b) ter mais de 18 anos de idade. O contato inicial foi feito com a Confederação Brasileira de Rugby (CBRu) e os responsáveis técnicos pela equipe indicaram as datas e o local adequados para a realização das entrevistas, bem como as atletas que participaram da pesquisa, de acordo com a disponibilidade das mesmas. As entrevistas foram realizadas no NAR – Núcleo de Alto Rendimento do Grupo Pão de Açúcar, em São Paulo/SP, local onde a equipe estava reunida para um período de treinos. As entrevistas foram realizadas individualmente, em sala reservada.

O presente trabalho foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Ribeirão Preto – USP, sob parecer nº 352.035/2013. As participantes foram orientadas sobre a pesquisa e todos os

procedimentos apresentados, bem como a informação de que as entrevistas seriam gravadas e posteriormente transcritas para análise. Após a explicação dos procedimentos, as participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a entrada do Rugby nos Jogos Olímpicos, a ideia central que a maioria das atletas entrevistadas apresentou foi a de que está havendo uma valorização maior da modalidade. Os investimentos na seleção estão aumentando, e isto tem possibilitado que elas possam treinar mais vezes juntas, enquanto equipe, e com melhores condições de prática, o que possibilita que se dediquem mais ao esporte.

Já está mudando, com certeza absoluta, eu estou na seleção desde 2004, a gente treinava uma semana, tirava dinheiro do bolso para poder ir para o sulamericano e se dedicava ao máximo, mas era o que a gente tinha, hoje a gente tem 2 a 3 treinos por mês, tem meninas vindo pra São Paulo treinar, se mudando pra cá, então o investimento já está muito maior. (S2)

... Agora a gente está nesse momento de transição, onde eu, por exemplo, não tenho nenhuma outra atividade remunerada, eu só faço pós-graduação, e treino, então eu vivo do Rugby...(S5)

... Agora já está diferente, então, a idéia é que desse profissionalismo que a CBRu está adotando, de pagar um valor para as atletas residirem em São Paulo, então elas se concentram em São Paulo e não tem que trabalhar, só ficar em função do Rugby mesmo. (S1)

A mídia também tem valorizado mais o esporte no Brasil. A entrada da modalidade nos Jogos Olímpicos está trazendo mais visibilidade ao Rugby e as atletas acreditam que essa visibilidade irá aumentar ainda mais. Um dos fatores citados por elas tem relação com os resultados que esperam alcançar a partir das mudanças vindas com o aumento nos investimentos e a possibilidade de treinarem juntas, melhorando o entrosamento da equipe. Com mais atenção por parte dos meios de comunicação, acreditam também que o número de jogadores e interessados por esta forma de esporte deve aumentar.

A mídia já está muito mais em cima. (S2)

Juntas, vamos começar a ter mais resultado fora, vamos começar a ganhar e a partir daí eles vão começar a divulgar mais a gente. (S3)

Então, eu acho que quando tiver chegando mais próximo dos jogos também deve ter essa valorização por parte da mídia. (S5)

Com a crescente mercantilização e espetacularização dos torneios esportivos vieram mudanças para a prática esportiva, e entre as mais visíveis estão as que transformaram o esporte de alto rendimento, e conseqüentemente os Jogos Olímpicos, em atividade profissional direcionada a satisfazer a indústria do entretenimento. Comparado aos primeiros Jogos Olímpicos modernos, percebe-se um grande aumento do número de modalidades, competidores, público, evolução de técnicas de treinamento e de índices de desempenho, além de um aumento considerável na participação feminina (PRONI, 2008).

Os Jogos Olímpicos se transformaram em um evento gigantesco e caro, e a excessiva comercialização do esporte acarretou a necessidade da participação cada vez maior de atletas profissionais, tornando o amadorismo cada vez menos sustentável (PRONI, 2008). Este processo pode ser visto na percepção das atletas sobre o aumento nos investimentos na seleção brasileira com a entrada do Rugby no programa dos Jogos.

Percurso semelhante ao relatado pelas entrevistadas deste estudo, pode ser descrito em relação ao vivido pelo voleibol no final da década de 1990 e início do século XXI. Marchi Jr. (2006) menciona o processo de transformação desta modalidade em uma prática esportiva com características profissionalizantes, capaz de atrair a mídia para seus eventos e de canalizar a espetacularização do esporte ao impulso consumista, característico da sociedade moderna. Diante deste processo de transformação da prática, ocorreu uma união entre políticos e políticas de administração esportiva, no sentido de profissionalizar a modalidade. O mesmo autor aponta que os atletas passaram então a dedicar-se integralmente ao voleibol, sendo remunerados para tal, permitindo que carreiras paralelas fossem deixadas de lado, para que desse início uma total dedicação aos treinamentos.

Diante desta estrutura, surgiram condições fundamentais para o processo de ascensão do voleibol, e a maior visibilidade na mídia foi uma das principais formas. A capacidade da mídia em atingir um grande número de pessoas em torno da transmissão de um evento esportivo foi responsável pelo redirecionamento e aumento nos investimentos da iniciativa privada na modalidade. Através destas características de profissionalização foi possível observar a transição do voleibol, o que culminou com o segundo lugar nos jogos Olímpicos de Los Angeles em 1984 (MARCHI JR., 2004).

Dessa forma, o voleibol consubstanciou-se em um produto comercializável e um instrumento de massificação do consumo de práticas espetacularizadas. Os meios

de comunicação de massa confirmaram o voleibol para a condução da imagem de produtos à mídia em geral atendendo aos interesses dos investidores (MARCHI JR., 2006). Com base nos discursos das jogadoras de Rugby, percebe-se certa expectativa, por parte das mesmas, de que fenômeno semelhante ocorra com esta modalidade no Brasil.

A produção da imagem televisiva do espetáculo olímpico enquanto suporte para a publicidade torna-o um produto comercial que obedece à lógica do mercado sendo, portanto, concebido de forma a atingir e fidelizar o público o mais amplo e profundamente possível. O fenômeno acaba sendo submetido às demandas por audiência, às preferências por determinada modalidade e mesmo pelas expectativas por outras capazes de satisfazer o público consumidor. Em decorrência disto há um peso diferente das modalidades esportivas nos meios de comunicação, cada vez mais submetidas ao sucesso televisivo e ao lucro correlato. Vários efeitos produzidos pela mídia através do espetáculo olímpico precisam ser analisados, e dentre estes efeitos estão a exploração simbólica e econômica das vitórias e a industrialização da produção esportiva (BOURDIEU, 1997).

Oliveira (2013) cita que, na percepção de atletas da seleção brasileira de Rugby, a divulgação da modalidade na mídia sempre foi pequena, não havendo um grande número de transmissões de jogos e nem mesmo de reportagens na televisão, inclusive pela concorrência com outras modalidades, como o futebol, que abarca a maior parte dos conteúdos veiculados na mídia esportiva.

Ao abordar algumas características do esporte na mídia, mais especificamente no caso da televisão, Betti (2002) menciona o termo “monocultura esportiva”, que está relacionado a uma quantificação das informações sobre esporte e ao número de transmissões de eventos esportivos. O mesmo autor cita que a monocultura esportiva

no Brasil é claramente relacionada ao futebol, o que pode ser explicado pela relação custo-benefício para a publicidade das empresas. Fica claro neste aspecto, a prevalência dos interesses econômicos na lógica da mídia. Sem opções nas transmissões, o público acaba por reafirmar a audiência das fórmulas tradicionais e na exagerada cobertura futebolística.

Também no trabalho de Oliveira (2013), observa-se que em grande parte das reportagens o tema que é mais abordado no Rugby feminino é em relação à feminilidade das atletas, e em menor escala os resultados alcançados por elas. Mesmo que estes resultados sejam expressivos, o fato de serem mulheres acaba por ficar mais em evidência.

Marques et. al. (2014) fazem uma leitura sobre a veiculação na mídia do esporte paralímpico, e trazem um fenômeno semelhante ao Rugby feminino. Há um posicionamento de insatisfação dos atletas com a abordagem realizada, uma vez que o foco da mídia está, em maior parte, na superação da deficiência e não nos feitos atléticos. Os autores apontam que existe uma tendência em divulgar o atleta com deficiência como um herói que consegue feitos extraordinários apesar das desvantagens que lhes são impostas.

Essa abordagem diminui o valor simbólico dos feitos atléticos destes atletas, evidenciando a deficiência em detrimento da aptidão esportiva e embutindo baixas expectativas quanto ao indivíduo no meio esportivo (MARQUES et al., 2014).

Esta insatisfação dos atletas paralímpicos é semelhante à encontrada nos discursos das atletas de Rugby neste presente trabalho. Elas não se mostram satisfeitas com a exploração midiática da imagem feminina, em detrimento do reconhecimento como esportistas com potencial de destaque. Ao ser abordada a feminilidade em detrimento dos feitos atléticos das jogadoras de Rugby, tem-se o mesmo processo de

diminuição do valor simbólico das conquistas esportivas, tal como evidenciado no estudo com estes atletas paralímpicos.

Apesar deste histórico de abordagem midiática, nota-se um maior número de reportagens e de jogos de Rugby transmitidos pela televisão. De acordo com as atletas no estudo de Oliveira, a proximidade com os Jogos Olímpicos tem direcionado mais as reportagens aos resultados conquistados por elas (OLIVEIRA, 2013).

Ao investigar a percepção das jogadoras da seleção brasileira foi possível verificar que a entrada da modalidade nos Jogos Olímpicos tem acarretado uma sensação de melhoria na divulgação do Rugby na mídia, com um aumento no número de reportagens sobre a modalidade, e maior número de transmissões de jogos pela televisão. É percebido por elas que essas reportagens estão vindo mais no sentido de valorizar os feitos atléticos da equipe.

Também se pode perceber que está havendo um processo de maior financiamento sobre as atividades da seleção brasileira de Rugby feminino, o que segundo as jogadoras, possibilitará melhores resultados, indo ao encontro do fato que os Jogos Olímpicos trazem a necessidade de atletas e equipes cada vez mais preparados e profissionais. As atletas esperam que os Jogos de 2016 sejam um grande espetáculo, pois tal como elas, os demais países também estão se preparando para uma participação que agrade o público e auxilie o Rugby a conquistar maior divulgação e investimentos.

## **REFERÊNCIAS**

- BETTI, M. Esporte na mídia ou esporte da mídia? Motrivivência, 2002.
- BOURDIEU, P. Sobre a televisão. Jorge Zahar Editor, 1997.
- CHARMAZ, K. A construção da teoria fundamentada: guia prático para análise qualitativa. 2ª Ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- COAKLEY, J. Sports in society: issues and controversies. 10 ed. New York: McGraw-Hill, 2008.

*A Percepção das Jogadoras da Seleção Brasileira de Rugby sobre a Entrada da Modalidade nos Jogos Olímpicos: Expectativa por Maior Valorização da Modalidade*

---

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE RUGBY. O Rugby. Disponível em <<http://www.brasilrugby.com.br/>> Acessado em 19/11/2014.

ELIAS, N.; DUNNING, E. A busca da excitação. Lisboa: Difel, 1992.

MARCHI JR., V. Sacando o voleibol. Hucitec: Unijuí, 2004.

\_\_\_\_\_. Como é possível ser esportivo e sociológico? In: GEBARA, A; PILATTI, L. A. Ensaio sobre história e sociologia nos esportes. Coleção Norbert Elias V.2 Jundiá, 1ª Ed. Ed. Fontoura, 2006, p. 159-195.

MARQUES, R. F. R., GUTIERREZ, L. G., ALMEIDA, M. A. B. DE; NUNOMURA, M; MENEZES, R. P. Abordagem midiática sobre o esporte paralímpico: o ponto de vista de atletas brasileiros. Movimento, v. 20, n. 3, p. 989-1015, 2014.

OLIVEIRA, F.V.C. A inserção feminina no campo social do Rugby: percepção das atletas da seleção brasileira. Trabalho de conclusão do curso de graduação em Educação Física da Escola de Educação Física e Esporte de Ribeirão Preto - Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, 2013.

PRONI, M. W. A Reinvenção dos Jogos Olímpicos: um projeto de marketing. Esporte e Sociedade, ano 3, n. 9, 2008.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. Pesquisa Qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de Teoria Fundamentada. 2ª Ed. Porto Alegre: Artmed, Porto Alegre, 2008, p.288.

---



## **O SOFT POWER E OS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS<sup>12</sup>**

O trabalho a seguir visa discutir, de forma teórica, a influência dos megaeventos na política internacional. Os grandes eventos esportivos sempre tiveram importância no cenário internacional, muitas vezes ofuscando até mesmo as questões esportivas, porém essa atuação esteve quase sempre restrita aos países desenvolvidos. Nos últimos anos uma nova gama de atores surgiu na economia mundial, os chamados BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) que começam a se destacar como potências econômicas e políticas.

Analisamos a ascensão desses países no cenário internacional e como os megaeventos esportivos podem ser parte importante nessa estratégia. Para isso utilizamos a teoria do Soft Power, que defende que na política internacional atual os poderes militar e econômico perdem força como formas de coesão, dando lugar a outras formas de influência. Serão analisados dois megaeventos brasileiros, dois da Rússia, dois da África do Sul, um da China e um da Índia no sentido de demonstrar a importância atual destas atividades e a adequação da teoria do soft power para a sua melhor compreensão.

Poder, assim como todos os conceitos mais elementares, é extremamente difícil de ser definido tendo diferentes significados de acordo com a interpretação do autor. Na política internacional, entre várias outras definições, poder pode ser descrito como “is having the ability to influence another to act in ways in which that entity would not have acted otherwise” (Wilson, 2008).

---

<sup>12</sup> Diego Gutierrez. Bolsista FAPESP e mestrando em Mudança Social e Participação Política pela EACH/USP.

Joseph S. Nye Jr em 1990 no seu livro *Bound to Lead: The Changing Nature of American Power*, e depois em uma série de artigos e outras publicações, reinterpretaria a noção de poder na política internacional, dividindo-o em duas grandes categorias, Hard e Soft, termos que em pouquíssimo tempo se consagrariam tanto na academia quanto na própria política, sendo inclusive tema de discursos dos mais variados líderes internacionais, como Hu Jin Tao em 2007, quando, no 17º congresso do partido comunista, se referiu a necessidade da China aumentar o seu Soft Power

A noção de Hard Power pode ser definida de uma maneira direta, sendo a capacidade de coerção de uma nação sobre as outras, descrita por Nye, em uma analogia muito simples, como incentivos (cenouras) e ameaças (porrete). Os estudos do Hard Power irão se focar no poder militar, econômico e ameaças diplomáticas como ferramentas para um estado conseguir seus objetivos. (Campbell e O'Hanlon 2006).

Soft Power é definido pelo próprio Nye como: "A country may obtain the outcomes it wants in world politics because other countries –admiring its values, emulating, its examples, aspiring, to its level of prosperity and openness- want to follow it. In this sense, it is also important to set the agenda and attract others in world politics, and not only to force them to change by threatening military force or economic sanctions. This Soft Power- getting others to want the outcomes you want- co-opts peoples rather coerces them" (Nye, 2004)

Para o autor, poder nas relações internacionais é a capacidade de um país conseguir os resultados que quer na política internacional e, como descrito acima, isso pode ser feito por meio da coerção (Hard Power) ou da cooptação (Soft Power). Sendo muito mais fácil e barato para um país fazer com que os outros queiram o mesmo que ele.

Utilizando a noção de Interdependência como base, que defende que o mundo contemporâneo é caracterizado por uma multiplicidade de canais, ausência de

hierarquia e a diminuição da importância do poder militar, Nye argumentará que antigos atributos nacionais como a disponibilidade de matéria bruta, tamanho da população, capacidade militar e localização geográfica estão perdendo força como armas de influência internacional. Na era da internet outros elementos ganham destaque no poder de um país influenciar aqueles a sua volta, como a cultura, a ideologia, a capacidade tecnológica e a atratividade das instituições (Ding, 2010).

Outra noção importante para Nye é a ideia de que o poder está relacionado com o contexto, logo algo que é uma fonte de poder em uma relação, não necessariamente se constituirá em outra (Huang e Ding, 2006). Usando o próprio exemplo do Soft Power Nye argumenta que Hollywood pode constituir um elemento de atração para alguns grupos ao mesmo tempo que gera repulsa em outros, como no caso do mundo mulçumano, que vê nos valores divulgados nos filmes uma ameaça ao seu modo de vida.

Vale destacar que as noções propostas por Nye, podem ser relacionadas com estudos anteriores, principalmente com os nove elementos do poder nacional de Hans J. Morgenthau, que são, entre outros, caráter nacional, moral nacional, qualidade da diplomacia, e qualidade do governo todos associados com elementos imateriais que são descritos no Soft Power (Huang e Ding, 2006; Ding, 2010)

Outro conceito importante, no qual o Soft Power se apoia, é a Diplomacia Pública que usa a imagem nacional e a relação com o público internacional para realizar objetivos políticos e tem como base a relação entre três elementos: governo, mídia de massas e opinião pública. Nesse sentido Nye irá defender que a Diplomacia Pública atrai a atenção para os recursos do Soft Power.

Os críticos do Soft Power irão atestar a dificuldade para dissociar o Hard do Soft, ou quanto de cada elemento existe na influência real de um país e como é impossível acompanhar a inter-relação entre eles. Respondendo às críticas o próprio Nye

(2009), e outros teóricos, abraçaram a noção de Smart Power, que é a utilização combinada de elementos Hard e Soft, por uma nação para conseguir seus objetivos na política internacional.

O Soft Power é, em última instância, constituído por todos aqueles elementos que não estão relacionados com o poder econômico e militar (Cooper, 2004). Daí a dificuldade de medir sua influência de forma objetiva e criar categorias que possam isolar seus elementos, já que é constituído por fatores em grande parte imateriais, que não podem ser medidos e pesados da mesma forma que o tamanho de um exército ao a capacidade de produção de bombas.

Nye irá dividir as fontes de Soft Power em três elementos principais: a cultura, os valores políticos e a política internacional. Cultura engloba os aspectos da sociedade, e seus valores, na medida em que eles são atrativos para os outros, como os países que buscam emular o modo de vida e as tradições das nações mais bem vistas. A cultura de um país pode ser divulgada pelo comércio, intercâmbio cultural e turismo.

Os valores políticos podem ser definidos na forma como as instituições e os valores de um país são vistos no exterior. Os países nórdicos, por exemplo, apesar do pequeno poderio militar e econômico são considerados como exemplos de sociedades democráticas e pelo histórico de respeito aos direitos humanos.

Política internacional, para Nye, é o conjunto das condições que fazem com que um país tenha uma legitimidade maior que outros na hora do debate internacional, podendo, com a sua opinião sobre determinado assunto, ser referência para outros. Um dos exemplos mais gritantes nesse caso é o Vaticano, um país que praticamente não possui Hard Power, mas que por ser o centro da fé católica tem uma enorme influência sobre os países de maioria católica, influenciando com suas declarações pessoas e governos.

A relação entre a política e os eventos esportivos é quase tão velha quanto os próprios eventos, com o protótipo dos megaeventos modernos como as Olimpíadas de Berlim de 1936, utilizada pelo estado nazista para demonstrar a superioridade do estado alemão e do povo germânico, sendo considerado o protótipo dos megaeventos modernos (Grix e Lee, 2013). No período da guerra fria os jogos foram o palco perfeito para a disputa da superioridade simbólica entre o capitalismo e o comunismo, liderados respectivamente pelos EUA e pela URSS.

Os eventos esportivos, porém, sofreram grandes mudanças a partir dos anos 80 com a percepção pelos estados de que eles seriam um meio relativamente barato de divulgação do país no cenário internacional e de melhora da imagem da nação como um todo. Grande prova disso é o fato de que o IOC e a FIFA encontravam dificuldades para definir suas sedes nas primeiras décadas dos jogos, enquanto hoje até mesmo nações já estabelecidas no cenário internacional, como Inglaterra e Alemanha, estão dispostas a gastar quantidades estratosféricas de dinheiro para sediar eventos esportivos (Preuss e Alfs, 2011; Grix e Lee, 2013).

Os megaeventos hoje são situações de enorme apelo popular, que graças às inovações na área de comunicação atingem bilhões de pessoas em todos os cantos de mundo. São uma grande vitrine para inovações tecnológicas nos mais diversos setores, sendo a oportunidade para o país mostrar suas conquistas nos mais diversos campos, desde a mobilidade urbana até segurança social. (Manzenreiter, 2010)

Outro elemento importante na ascensão dos eventos esportivo é que o esporte talvez seja um dos poucos elementos compartilhados de maneira quase universal, com todas as nações jogando de acordo com as mesmas regras e valores semelhantes. Isto permite que a disputa assuma um caráter universal, com todas as nações jogando o mesmo jogo da mesma maneira (Grix e Lee, 2013).

A noção de Soft Power oferece diversas ferramentas para entendermos esse novo fenômeno (Manzenreiter, 2010; Preuss e Alfs, 2011; Grix e Lee, 2013). Como discutimos na primeira parte do artigo, na abordagem de Nye as relações internacionais passam por uma mudança que leva à diminuição da influência dos elementos Hard na política internacional, militares e econômicos, e um aumento dos elementos Soft, relacionados com a cultura e a opinião internacional do país.

O Soft Power está intrinsicamente relacionado com a opinião pública, tendo a população uma importância fundamental nessa nova abordagem das relações internacionais. A evolução das tecnologias de comunicação e o advento da internet tornam esse jogo ainda mais complexo, já que a informação agora é produzida em quantidades inéditas e tem abrangência quase universal, sendo a disputa por visibilidade muito difícil, com os mais diversos atores, dos maiores aos menores, lutando para serem ouvidos tanto no âmbito nacional quanto internacional.

Nesse novo cenário os megaeventos esportivos apresentam uma oportunidade, que já existia antes em menor escala, para o país divulgar sua imagem para o mundo e, através dos valores universais dos jogos, atingir uma audiência global.

*“As communicative practices, international sporting events are important opportunities for hosting states to showcase their sameness (which is not only a core component of attractiveness to others but also a source of legitimacy global agents). By successfully hosting a major sporting event to showcase shared social norms and sameness, the state can enhance its international prestige and attractiveness in order to boost its agency in international politics.” (Grix e Lee, 2013)*

Como já foi exposto, Nye divide as fontes de Soft Power em três categorias principais: a cultura, valores políticos e política internacional. Os megaeventos esportivos

apresentam uma grande oportunidade para enriquecer, na imagem internacional, esses três aspectos.

A cultura é divulgada pelo evento com um todo, com um grande número de turistas, principalmente na copa do mundo, vagando pelo país e tendo contatos com os mais diversos aspectos do povo, nem sempre positivos. Os eventos de abertura e encerramento constituem o ápice, com apresentações cada vez mais cinematográficas que tem como objetivo mostrar os feitos e as qualidades do povo. O grande exemplo foi a cerimônia de abertura das Olimpíadas de Pequim, que tinham como tema central mostrar a história milenar da civilização chinesa para um público nem sempre ciente do passado desse país. (Manzenreiter, 2010)

Os valores políticos são divulgados na organização da competição e no funcionamento das instituições como um todo. Essa parte ganha um destaque cada vez maior com a internet, pois é cada vez mais difícil esconder a informação. Com a proximidade do evento as instituições, o respeito aos direitos humanos e a situação de vida no país passam por um escrutínio da opinião pública internacional, isso aliado a ONGs e movimentos sociais que utilizam a visibilidade do evento para divulgar suas causas.

A política internacional é onde o resultado dos jogos é menos evidente. Os países sede podem ganhar nesse aspecto, pois a visibilidade dada às suas instituições e à sua cultura no período pode garantir um novo prestígio internacional. Esse aspecto porém está ligado ao desempenho dos outros dois, a cultura e os valores políticos

Medir o legado desses eventos é muito complicado, pois pela sua importância cada vez maior, sediarlos envolve mudanças nos mais diversos aspectos do país, desde a mobilidade urbana e a habitação, até políticos e jurídicos (Preuss, 2007). No campo do Soft Power o gasto de bilhões de dólares, o suposto lucro e uma audiência massiva não

representam por si só o sucesso da empreitada, podendo resultar em enormes fracassos como veremos adiante.

A política e os eventos esportivos sempre tiveram uma grande ligação. O que está mudando são os atores que atuam nesse tipo de evento. Antes restritos aos países desenvolvidos e mais ativos esportivamente, o cenário dos megaeventos é cada vez mais dominado pelas nações em desenvolvimento, mais especificamente os BRICS.

As Olimpíadas são tradicionalmente restritas aos países desenvolvidos do ocidente. Só saindo nas Olimpíadas de Tóquio em 1966 e Seoul 1988, no que se convencionou chamar de “coming-out-parties”, que representaram a entrada desses países no rol das nações desenvolvidas (Collins, SD). As Olimpíadas de Inverno também seguem uma lógica semelhante. Nesse aspecto fica clara a mudança nos atores, com Pequim sendo sede em 2008 e o Rio de Janeiro recebendo o evento em 2016, na primeira olímpiada na América do Sul, enquanto Sochi recebeu a edição de inverno em 2014.

Na Copa do Mundo de Futebol essa mudança fica evidente em outros aspectos. O futebol, apesar do esporte mais popular do mundo, não possui aceitação universal, como no caso dos jogos Olímpicos. A escolha da sede então estará vinculada à popularidade do esporte no país e restrita ao eixo América Latina e Europa Ocidental, onde é mais popular. Nesse caso a mudança pode ser notada pelo o distanciamento entre a escolha da sede e a popularidade do esporte. A partir de 1994, com a Copa dos Estados Unidos, o evento se dirigirá para países pouco expressivos no cenário futebolístico, como África do Sul e Japão, com Rússia e Qatar recebendo as próximas. No caso dos BRICS, especificamente, o evento terá passado por África do Sul, Rússia e Brasil.

A Índia, por questões internas, principalmente pela falta de interesse popular nos esportes, não possui a mesma disposição em relação aos megaeventos, mas à sua



maneira também faz parte dessa tendência, sediando os Commonwealth Games, que no caso específico dessa edição adquiriam ares de megaevento.

Apesar da escolha em sediar um megaevento estar relacionada a uma série de fatores relativos à estratégia internacional do país, atuação de atores internos e uma agenda muito variada, os BRICS possuem algumas características em comum. Os cinco países, se analisados apenas no aspecto Hard, são potências mundiais, tem grande capacidade militar, sendo que China, Índia e Rússia são potências nucleares, estão na vanguarda dos mais diversos campos da tecnologia, desde a exploração de petróleo até indústria aeroespacial, possuem mercados consumidores de grande vulto, são líderes regionais incontestes e estima-se que, até 2030, Índia, China e Brasil estejam entre as quatro maiores economias do mundo.

A posse de tamanho poder econômico e militar não impede que, nas relações internacionais modernas, esses países não consigam exercer o poder de maneira tranquila, sendo vistos com muita desconfiança pelas outras nações, ou como atores de menor expressão. Fatores como o sistema político, visto como antidemocráticos ou uma democracia frágil em todos eles, o não comprometimento com os direitos humanos e uma atuação econômica agressiva fazem com que essas nações tenham dificuldade de exercer seu Soft Power de maneira eficiente.

A China é o caso emblemático dessa situação, segunda maior economia do planeta, maior população, um exército de grande capacidade e detentora de uma história milenar tem sua ascensão no cenário internacional vista com grande desconfiança, sendo encarada como um rival em potencial e uma força desestabilizadora na política mundial, o que faz com que o país tenha muita dificuldade em fazer valer sua agenda. Nos últimos anos a noção de Soft Power ganhou destaque, tanto na academia quanto na política chinesa, como um possível meio de melhorar a imagem do país e torna-lo, de fato uma superpotência (Huang e Ding, 2006; Ding, 2010).

Nesse ambiente os megaeventos esportivos são vistos como uma chance de mostrar para o mundo o desenvolvimento do país, sua capacidade organizacional e, através do ideal universal dos jogos, se mostrar como um ator que age de acordo com as noções internacionais, ao mesmo tempo que celebra suas características únicas para o mundo e as benesses que seus sistemas político e econômico trazem para a população. (Grix e Lee, 2014).

Sediar esses eventos entra na estratégia de Soft Power de todos os países envolvidos, o resultado porém, na maioria das vezes, é imprevisível, podendo funcionar da maneira exatamente oposta, ou cumprindo apenas parte do que era esperado. Para efeito deste artigo serão analisados os dois exemplos mais extremos dessa estratégia, a África do Sul como um grande sucesso e o caso de Sochi como uma falha.

O caso da Copa do Mundo da África do Sul é considerado um sucesso, mas o evento que realmente sintetiza o que é a utilização dos megaeventos esportivos para aumentar o Soft Power é a Copa do Mundo de Rugby de 1995. Apesar de ser o terceiro maior evento esportivo do planeta, as copas do mundo de rugby não podem ser consideradas como um megaevento clássico, os investimentos ainda são consideravelmente inferiores aos dos outros e o esporte não possui a mesma amplitude do futebol, mesmo assim alguns elementos específicos da situação da África do Sul fazem com esse caso seja exemplar.

O país, no momento da copa de rugby, passava por um momento extremamente conturbado. O Apartheid chegava ao fim, depois de mais de meio século de segregação e dominação branca. Existiam muitas dúvidas sobre a viabilidade do governo de Nelson Mandela e se seria possível a reconciliação entre brancos e negros depois de tantos anos de exploração e violência de ambas as partes e se o governo do CNA não acabaria em ditadura e carnificina, como tantos outros na África. Nesse cenário a Copa do Mundo de Rugby, um esporte jogado majoritariamente por brancos e

intimamente relacionado com o Apartheid, foi utilizado pelo governo como uma mostra da união do país e a imagem de brancos e negros comemorando juntos o título trouxe para a transição sul-africana uma credibilidade internacional que não conseguiria de outra maneira.

A Olimpíada de inverno de Sochi, em 2014, pode ser considerada um caso onde as expectativas não foram cumpridas, até mesmo funcionando da maneira oposta. Apresentada em 2000, como uma grande vitória para o então presidente Vladimir Putin, o evento, juntamente com a Copa do Mundo em 2018, serviria como vitrine de uma nova Rússia, melhorando a conturbada imagem do país no cenário internacional.

No final, o que aconteceu pode ser considerado um grande fracasso. Os gastos exorbitantes e muito além do que era esperado contribuiriam ainda mais para a imagem de um governo corrupto, comandado por uma oligarquia que visa apenas o enriquecimento próprio. Os casos de desapropriação forçada para construir as instalações olímpicas, a atitude belicosa do governo em relação a protestos e a aprovação da chamada lei anti-gay contribuíram apenas para aumentar a noção do estado russo como pouco comprometido com os direitos humanos.

A ramificação dos megaeventos e a influência dos BRICS no cenário mundial, como fenômenos ainda em construção, não podem ser totalmente definidas. Neste trabalho procuramos analisar os megaeventos esportivos nesse novo cenário internacional e como eles se mostram ferramentas importantes na construção do prestígio dos atores que, apesar de deterem um poder militar e econômico de grande importância, ainda não são vistos como potências mundiais.

Discutimos, também, como sediar esses acontecimentos pode servir como vitrine para os valores dessas nações e divulgar um novo país, que muitas vezes fica em segundo plano num cenário internacional que ainda os vê como nações atrasadas. Mas,

sediar um megaevento esportivo também pode ter um efeito inverso, servindo para confirmar velhos preconceitos.

## REFERÊNCIAS

- Campbell, Kurt M., and Michael E. O'Hanlon. *Hard power: The new politics of national security*. Basic Books, 2006.
- Collins, Sandra. "Asian Soft-Power: Globalization and Regionalism in the East Asia Olympic Games."
- Cooper, Robert. "Hard power, soft power and the goals of diplomacy." *American power in the 21st century* (2004): 167-180.
- Ding, Sheng. "Analyzing Rising Power from the Perspective of Soft Power: a new look at China's rise to the status quo power." *Journal of Contemporary China* 19.64 (2010): 255-272.
- Grix, Jonathan, and Donna Lee. "Soft Power, Sports Mega-Events and Emerging States: The Lure of the Politics of Attraction." *Global Society* 27.4 (2013): 521-536.
- Huang, Yanzhong, and Sheng Ding. "Dragon's underbelly: An analysis of China's soft power." *East Asia* 23.4 (2006): 22-44.
- Manzenreiter, Wolfram. "The Beijing games in the western imagination of China: The weak power of soft power." *Journal of Sport & Social Issues* 34.1 (2010): 29-48.
- Nye, Joseph S. *Soft power: The means to success in world politics*. PublicAffairs, 2004.
- Preuss, Holger. "The conceptualisation and measurement of mega sport event legacies." *Journal of sport & tourism* 12.3-4 (2007): 207-228.
- Preuss, Holger, and Christian Alfs. "Signaling through the 2008 Beijing Olympics—Using Mega Sport Events to Change the Perception and Image of the Host." *European Sport Management Quarterly* 11.1 (2011): 55-71.
- Wilson, Ernest J. "Hard power, soft power, smart power." *The annals of the American academy of Political and Social Science* 616.1 (2008): 110-124.
-